



**INSTITUTO
FEDERAL**

São Paulo

Câmpus
Bragança Paulista

Projeto Político Pedagógico 2021-2023

**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Câmpus Bragança Paulista**

[Aprovado pela Resolução nº BRA.010/2021, de 23 de novembro de 2021](#)

COMISSÃO LOCAL DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Comissão de revisão do Projeto Político Pedagógico (PPP) do Câmpus Bragança Paulista constituída pela Portaria Nº BRA.0075/2021, de 05 de julho de 2021.

- André Marcelo Panhan - Diretor Adjunto Educacional
- Mirella Novais Oliveira - Representantes dos Componentes Curriculares da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)
- Luciene Angélica Cardoso Valle - Representantes Docente do Eixo Tecnológico de Informação e Comunicação
- Cintia Macedo de Lima - Representante Docente do Eixo Tecnológico Controle e Processos Industriais
- Ricardo Alexandre Alves Pereira - Representante Docente do Curso de Licenciatura em Matemática
- Victor Oscar Martins Claro - Representante da Extensão
- Anteni de Sousa Belchior - Representante da Pesquisa
- Enzo Basílio Roberto - Pedagogo / Representante dos Técnicos Administrativos
- Irineu Baptista Crivillari - Representante da Comunidade Externa
- Júlio César Maniezzo Barboza - Representante Discente dos Cursos Técnicos Integrado ao Ensino Médio
- Helvio Fernando Guedes – Representante Discente do Curso Técnico Concomitante/ Subsequente em Mecatrônica
- Amadeus Pantoja Faigle Vicari - Representante Discente dos Cursos Superiores

Sumário

Apresentação	5
Justificativa	6
Capítulo 1- Dos objetivos e princípios	7
1.1- Histórico do IFSP	7
Função social, objetivos e metas	8
Missão, Visão e Valores	9
1.2 - Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão	10
1.3-Princípios norteadores	12
Capítulo 2 - Caracterização da unidade	17
2.1 - O campus na cidade	17
Câmpus Bragança Paulista	20
2.2-Estrutura Física	22
Prédio São Miguel	22
Centro Bragantino de Tecnologia e Inovação (CBTI)	28
2.3-Equipe escolar	29
Relação de Professores	29
Relação de Técnicos Administrativos	32
Capítulo 3 - Pressupostos Pedagógicos do campus	36
3.1 - Ética, cidadania, mundo do trabalho e inclusão social	36
3.2 - Gestão Democrática (Órgãos, Conselhos, Comissões)	37
Conselho de Câmpus - CONCAM	40
3.3 - Ensino (processos, metodologia, avaliação)	40
3.4 - Pesquisa (visão e ações/projetos)	43
3.5 - Extensão (visão e ações/projetos)	44
Capítulo 4 - Estrutura e organização dos cursos	46
4.1 - Cursos Técnicos Integrado ao Ensino Médio	46
Eletroeletrônica	46
Informática	49
Mecânica	53
4.2 - Cursos Técnicos Concomitante e Subsequente	55
Técnico em Mecatrônica nas formas Concomitante/Subsequente	55
4.3 - Cursos Superiores	56
Bacharelado em Engenharia de Controle e Automação	56
Licenciatura em Matemática	58
Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	59
Tecnologia em Mecatrônica Industrial	60
4.4 - Cursos de Pós-Graduação	61
Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Estratégica de Tecnologia da Informação	61

4.5 - Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC)	62
4.6 - Novos cursos	62
Especialização em ensino da matemática dos anos iniciais do ensino fundamental	62
Curso PROEJA de Operador de Computador Integrado ao Ensino Fundamental	63
Capítulo 5 - Políticas de Inclusão	64
5.1 - Projetos institucionais	64
5.2 - Bolsa Discente	65
Bolsas de Ensino	65
Bolsas de Extensão	66
Bolsas de Pesquisa Iniciação Científica	66
5.3 - Órgãos da Administração do Câmpus	66
5.4 - CPA - Comissão Própria de Avaliação	67
5.5 - Movimento Estudantil	68
5.6 - Núcleos de apoio	68
Napne	68
Coordenadoria Sociopedagógica	69
Assistência Estudantil	72
Capítulo 6 - Diagnóstico da situação atual	75
6.1 - Ensino	75
Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio	75
Curso Técnico em Mecatrônica nas formas Concomitante/Subsequente	79
Curso Superior de Bacharelado em Engenharia de Controle e Automação	84
Curso Superior de Licenciatura em Matemática	86
Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (ADS)	87
Curso Superior de Tecnologia em Mecatrônica Industrial	89
Biblioteca	90
Coordenadoria Sociopedagógica	92
Carácter Geral	93
6.2 - Pesquisa	95
6.3 - Extensão	97
6.4 - Administrativa	100
Capítulo 7 - Construção e Reconstrução do Projeto Político Pedagógico	104
7.1 - Avaliação do processo de construção	104
Considerações Finais	106
Referências	107

Apresentação

Os princípios que norteiam as atividades de ensino, pesquisa e extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - Câmpus Bragança Paulista (IFSP-BRA) foram discutidos com a comunidade acadêmica durante o processo de elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP 2015-2019), com a profundidade e oportunidade necessárias.

A construção deste documento contou com a ampla participação da comunidade, envolvendo discentes, docentes, técnico-administrativos e sociedade, além do grande número de contribuições coletadas através de reuniões. Essas estratégias proporcionaram um documento consistente e representativo, demonstrando senso de pertencimento e responsabilidade pública, inserção e atuação social.

Buscando contemplar temas como desenvolvimento local e regional, responsabilidade social, educação inovadora e transformadora, excelência acadêmica, inovação, geração de conhecimento e transferência de tecnologia, foi projetada a Instituição que a comunidade quer para os próximos quatro anos. Na compreensão de que o Câmpus Bragança Paulista não pode perder seu foco na ciência e no conhecimento, ficou evidenciado que seu papel deve contemplar o diálogo permanente e o compromisso com a inclusão e com o resgate social.

Este PPP traça as políticas de ensino, pesquisa e extensão, a partir das indicações da comunidade, e foca na busca pela educação inclusiva, cidadã, autônoma e empreendedora, na inovação, na permanente qualificação das pessoas, na interdisciplinaridade e na transdisciplinaridade. Guarda, assim, a estreita relação do IFSP-BRA com sua história e suas origens de escola com forte inserção regional e compromisso com a transformação social.

Justificativa

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) é um instrumento teórico-metodológico que tem por finalidade subsidiar as ações, de forma sistematizada, pautado em princípios legais, filosóficos e pedagógicos. Sua elaboração está prevista no inciso I, do Art. 12, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, o qual cita que: “Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica”. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional ainda estabelece que a elaboração do PPP deve ser coletiva, democrática e participativa, os:

[...] Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de: I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

[...] Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; [...]

A elaboração do Projeto Político-Pedagógico também se justifica pela necessidade de identificar junto à comunidade escolar as fragilidades e potencialidades, modo a definir ações e estratégias para a práxis educativa, refletindo a função social da escola pública, garantindo uma educação pública de qualidade e que contribua para a melhoria da escolarização da população atendida. Nesse sentido, o Projeto Político-Pedagógico do IFSP Bragança Paulista, segue a Pedagogia Histórico-Crítica:

[...] por apresentar uma prática pedagógica que propõe uma interação entre conteúdo e a realidade concreta, visando a transformação da sociedade através da ação-compreensão-ação do aluno, que enfoca nos conteúdos, como produção histórico-social de todos os homens [...].

Entendendo o ser humano como ser histórico e social, buscando garantir o acesso, a permanência e a apropriação dos conhecimentos historicamente construídos pela humanidade. Nessa perspectiva, este Projeto Político Pedagógico se constitui numa iniciativa e compromisso com a educação para emancipação do sujeito, por meio da garantia do cumprimento de sua função social: socializar os conhecimentos artísticos, filosóficos, técnicos e científicos. Busca-se não perder a criticidade, diante das diretrizes filosóficas, políticas e pedagógicas voltadas à educação escolar de qualidade e pretende-se que seja concretizado por meio da ação coletiva dos segmentos da comunidade escolar. Espera-se que as intencionalidades desse Projeto Político Pedagógico possibilitem um novo repensar e contribuam para a prática pedagógica da perspectiva adotada.

Capítulo 1- Dos objetivos e princípios

Neste capítulo será apresentado o histórico do IFSP, a indissociabilidade entre as áreas de Ensino, Pesquisa e Extensão e seus princípios norteadores.

1.1- Histórico do IFSP

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) que busca oferecer um ensino público, gratuito e de qualidade apresenta mais de 100 anos de história. No decorrer dessa longa trajetória, o Instituto teve diversas denominações, sendo a primeira delas a de Escola de Aprendizes Artífices (Decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909) presente em cada uma das capitais dos Estados da República. Nesse início de funcionamento, eram ofertados os cursos de tornearia, de eletricidade e de mecânica, além das oficinas de carpintaria e artes decorativas.

O ensino no Brasil passou por uma nova estruturação administrativa e funcional no ano de 1937, quando passou a ser chamada de Liceu Industrial de São Paulo (Lei n. 378, de 13 de janeiro de 1937). Na área educacional, foi criado o Departamento Nacional da Educação que, por sua vez, foi estruturado em oito divisões de ensino: primário, industrial, comercial, doméstico, secundário, superior, extraescolar e educação física.

Novas reformas na educação profissional ocorreram em 1942, época em que se tornou premente a formação de pessoal técnico qualificado. Neste mesmo ano, através do Decreto-Lei n. 4.073, foi definida a Lei Orgânica do Ensino Industrial, que fixou as bases de organização e de regime do ensino industrial.

Cabia ao ensino industrial formar profissionais aptos ao exercício de ofício e técnicas nas atividades industriais. Além disso, tinha como finalidades dar a trabalhadores jovens e adultos da indústria, não diplomados ou habilitados, uma qualificação profissional que lhes aumentasse a eficiência e a produtividade; aperfeiçoar ou especializar os conhecimentos e capacidades de trabalhadores diplomados ou habilitados e, por fim, divulgar conhecimentos de atualidades técnicas.

Em 1942, diante das bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial surge a Escola Técnica de São Paulo (Decreto-Lei n. 4.127), com o objetivo de oferecer “os cursos técnicos e os cursos pedagógicos, e bem assim os cursos industriais e os cursos de mestría, de que trata o regulamento do quadro dos cursos de ensino industrial”. Esse decreto, porém, condicionava o início do funcionamento da Escola Técnica de São Paulo à construção de novas instalações próprias, mantendo-a na situação de Escola Industrial de São Paulo enquanto não se concretizassem tais condições. Em 1946, a escola paulista recebeu autorização para implantar o curso de construção de máquinas e motores e o de pontes e estradas.

Em 20 de agosto de 1965, foi sancionada a Lei n. 4.759, que transformou a Escola Técnica de São Paulo em Escola Técnica Federal, abrangendo todas as escolas técnicas e instituições de nível superior do sistema federal. Os cursos técnicos de Eletrotécnica, de Eletrônica e Telecomunicações e de Processamento de Dados foram, então, implantados no período de 1965 a 1978, os quais se somaram aos de Edificações e Mecânica, já oferecidos.

Ainda sobre Escola Técnica Federal, a LDB de 1971 trouxe grandes implicações, pois possibilitou a formação de técnicos através de cursos integrados ao ensino médio

(técnico e médio), completados em quatro anos e cuja carga horária média era de 4.500 horas/aula (PDI-IFSP, 2014-2018, p.40).

Em 1994, a Lei n. 8.948, de 08 de dezembro, transformou as Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), que com o Decreto nº 5.224, de 01 de outubro de 2004 foi autorizado a “ministrar ensino superior de graduação e de pós-graduação lato sensu e stricto sensu, visando à formação de profissionais e especialistas na área tecnológica” (Artigo 4º, V).

No ano de 2008, com a Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, foram criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Os Institutos Federais, implantados num total de 38 através desta lei, são definidos em seu Art. 2 como “instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas (...)”.

Comprovando a abrangência de sua atuação, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, antigo CEFET-SP, além de investir fortemente na realização de pesquisas aplicadas e no desenvolvimento de atividades de extensão, oferece: cursos técnicos, tanto na forma de cursos integrados ao ensino médio (para aqueles que concluíram a educação fundamental), quanto na forma concomitante ou subsequente (para estudantes que concluíram a educação fundamental e para aqueles que concluíram o ensino médio ou estejam cursando no mínimo o 2º. ano desse nível de ensino); cursos de graduação (licenciaturas, bacharelados e superiores de tecnologia); cursos de pós-graduação (lato sensu e stricto sensu). Por fim, pensando em proporcionar oportunidades de estudos para aqueles que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou médio na idade regular, o IFSP investe também no Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA).

Função social, objetivos e metas

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFSP), historicamente, constitui-se como espaço formativo no âmbito da educação e do ensino profissionalizante, acompanhando os processos de transformação no mundo do ensino e do trabalho, com a perspectiva de diminuição das desigualdades sociais no Brasil. Neste sentido, busca construir uma práxis educativa que contribua para a inserção social, para a formação integradora e para a produção do conhecimento.

O IFSP tem como objetivo central agregar à formação acadêmica a preparação para o mundo do trabalho, discutindo os princípios das tecnologias a ele relativas. Compreende-se, para isso, que seja preciso derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura, na perspectiva da emancipação humana.

A partir da compreensão da relação indissociável entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura, a organização e desenvolvimento curricular, em seus objetivos, conteúdos e métodos, baseia-se a concepção do trabalho como princípio educativo. Com isso, a Educação Profissional deve explicitar o modo como o saber se relaciona com o processo de trabalho, ao propiciar também a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos e sócio-históricos da atividade produtiva, para promover o desenvolvimento intelectual e a apreensão de elementos culturais que configurem a vida cidadã e economicamente ativa.

Entre seus aspectos fundadores, os Institutos Federais (PACHECO, 2011), tem como principais metas: 1) expandir a oferta de educação profissional pública e de qualidade; 2) estar aberto à comunidade por meio da verticalização da oferta de cursos (da modalidade EJA até a pós-graduação e cursos de curta duração) e do acesso facilitado pela ampliação da rede em todas as regiões do país; 3) formar cidadãos para o mundo do trabalho e não somente para o “mercado” de trabalho, por meio de uma Educação crítica e reflexiva

Missão, Visão e Valores

O resgate do histórico da instituição bem como a observação da Lei nº 11.892/2008, que criou os Institutos Federais, e todas as demandas que o Instituto recebe da sociedade, conduziram à proposição de uma tríade que servirá de guia no exercício das responsabilidades e busca de superação dos desafios institucionais, esta tríade é composta pela Missão, Visão e Valores do IFSP, apresentados no Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023.

Missão

Ofertar educação profissional, científica e tecnológica orientada por uma práxis educativa que efetive a formação integral e contribua para a inclusão social, o desenvolvimento regional, a produção e a socialização do conhecimento.

Visão

Ser referência em educação profissional, científica e tecnológica, na formação de professores e na produção e socialização do conhecimento.

Valores

1. Democracia, pautada na ampla participação, igualdade e representatividade, na criação e desenvolvimento coletivo;
2. Direitos Humanos, pautado na dignidade a todas as pessoas, na liberdade de opinião e de expressão e no respeito mútuo;
3. Ética, pautada pela responsabilidade com o bem público e pela cooperação e justiça social;
4. Excelência, pautada na governança pública, no aperfeiçoamento das relações sociais e no desenvolvimento humano;
5. Gestão participativa e democrática, pautada pelos princípios de democracia, corresponsabilidade, coletividade e respeito à liberdade de expressão;
6. Identidade institucional, pautada nas finalidades e características institucionais, distintivas e duradouras (resistentes ao tempo);
7. Inclusão Social, pautada na igualdade, respeito, solidariedade, na participação igualitária de todos na escola e na sociedade;
8. Inovação, pautada no desenvolvimento do arranjo produtivo e para a qualidade de vida das pessoas;
9. Respeito à diversidade, pautado pelos princípios da igualdade nas relações sociais, étnicos-raciais e de gênero e o reconhecimento e respeito às diferenças;
10. Soberania Nacional, pautada na democracia, na igualdade dos Estados na comunidade internacional, associado a independência nacional;
11. Sustentabilidade, pautada pela responsabilidade ambiental e social;

12. Transparência, relacionado ao Estado Democrático e de Direito, pautado na publicidade e no acesso à informação.

1.2 - Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão

A Constituição de 1988 se apresentou como a superação institucional do regime autoritário instaurado nos anos 60. Nela, dentre os diversos dispositivos que incorporavam avanços na direção da maior democratização da sociedade brasileira e na tentativa da construção efetiva da cidadania, houve a afirmação da autonomia e do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como norteadores das ações desenvolvidas no âmbito das universidades (art. 207). Na sequência desse esforço legislativo, deu-se a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 9.394, de 20/12/1996), em que apareceu reiterado o princípio da autonomia e foram desdobrados os seus reflexos nas várias dimensões da vida acadêmica.

Sob o princípio constitucional da indissociabilidade, existe o desafio de delinear algumas noções sobre o ensino, a pesquisa e a extensão, visando nortear a prática acadêmica no interior do IFSP. O primeiro passo é definir, claramente, os conceitos a serem adotados de ensino, pesquisa e extensão.

O Ensino, compreendido como o processo educativo de formação e interação social que se realiza em um tempo histórico determinado e com características ideológicas específicas, permite a construção de conhecimentos, habilidades e valores para o desenvolvimento humano, integral e pleno, e para a participação na sociedade.

Além da instrução e da orientação do sujeito para a apropriação do conhecimento, a educação também tem um sentido de dentro para fora, que significa a possibilidade de o sujeito revelar suas potencialidades e educar-se.

A educação, como parte de um todo que forma a sociedade, sofre as influências do acentuado avanço científico e tecnológico e das mudanças advindas desse processo, que encaminha os princípios e a estruturação de novos modelos.

A Pesquisa é um procedimento reflexivo sistemático, controlado e crítico, que permite descobrir novos fatos ou dados, relações ou leis em qualquer campo do conhecimento (ANDER-EGG, 1978, apud MARCONI; LAKATOS, 2003). A pesquisa, portanto, é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais sendo, portanto, uma atividade intelectual relacionada diretamente com a aprendizagem e com o estímulo à criticidade e à criatividade.

A Extensão, por sua vez, é um processo educativo, interdisciplinar, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a Escola e outros setores da Sociedade (FORPROEX, 2012). Esse processo educativo transformador somente se efetiva no momento em que a Extensão se configura como um espaço de produção de conhecimento a partir da troca de saberes e de experiências estabelecida na relação entre a comunidade interna e externa. Ou seja, sendo vital o diálogo entre sociedade e instituição educacional, torna-se possível a esta identificar e refletir sobre os anseios e problemas colocados pela sociedade, bem como estabelecer estratégias e soluções condizentes às demandas sociais e consoantes à capacidade científica e tecnológica do IFSP. Portanto, a Extensão pressupõe o contato entre a comunidade interna de determinada instituição e sua comunidade externa, mediada pelo conhecimento e pela reflexão crítica.

A compreensão de extensão se baseia na noção segundo a qual toda instituição educacional é social e, como tal, deve assumir o compromisso de formar e qualificar as

peças para atuarem de forma responsável e de serem protagonistas da promoção e da garantia dos valores democráticos e cidadãos. O pressuposto, portanto, se assenta na noção de que todo o trabalho realizado nas instituições de ensino, assim como a produção de conhecimento gerado por elas é um bem social, e que ele deve ser apropriado pela sociedade em benefício de seus interesses e pela transformação social.

Na prática, significa dizer que a pesquisa, a extensão e o ensino devem se converter num processo educativo capaz de formar, qualificar e emancipar os sujeitos, e que a produção de conhecimento científico tenha como finalidade reduzir as desigualdades sociais e aprimorar as condições de vida das pessoas, material, social e culturalmente. Nesse sentido, a Extensão potencializa o diálogo, a produção de novas relações e de novos saberes, a reflexão sobre as práticas educativas adotadas e as ações institucionais, bem como possibilita construir conhecimentos sobre novas bases metodológicas; além de favorecer o contato ampliado de pessoas da comunidade externa com o conhecimento produzido no interior da instituição.

Em 2008, a autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia foi afirmada por meio da Lei de criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (art. 1º da Lei nº 11.892, 29/12/2008), que também os caracterizou como instituições de pesquisa tecnológica e de extensão (art. 6, incisos VII e VIII). Portanto, o mesmo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão estabelecido pelo parágrafo 2º do art. 207 da Constituição Federal também se tornou norteador das ações desenvolvidas no âmbito destas instituições.

Tendo em vista que as Instituições de ensino, pesquisa e extensão são os locais onde acontecem experimentos pedagógicos e epistemológicos, torna-se necessário rever a linearidade e a hierarquização na proposição das estruturas curriculares, reconhecendo a existência dos vários processos de aquisição/produção do conhecimento. Na sequência, deve-se permitir aos estudantes utilizá-los de acordo com suas potencialidades, levando em conta a suas experiências de vida e os conhecimentos previamente adquiridos (ForGRAD, 2000), o que significa valorizar a “bagagem individual” visando incitar a aprendizagem. Nesse sentido, é necessário estimular um trabalho de criação coletiva, introduzindo a participação em projetos envolvidos com diferentes áreas, preferivelmente integrados, onde o professor e os estudantes se incluam como autores, desenvolvendo a capacidade de negociar, de argumentar, de articular, de criar e de se solidarizar. Aproxima, assim, os processos educativos da realidade à qual o estudante estará submetido fora da instituição. Para isso, tempos e espaços diferentes serão necessários (DOS REIS, 2013).

Os Institutos Federais constituem um passo importante rumo à democratização do ensino, guiando seu Projeto Político Pedagógico com o intuito de priorizar um conjunto de atividades interdisciplinares intencionalmente desenvolvidas para o processo formativo, em que se permita ensinar e aprender, envolvendo servidores e estudantes. Essa perspectiva requer que o Projeto Pedagógico seja construído a partir desse novo paradigma. Sabe-se, contudo, que isso não acontecerá espontaneamente já que a alteração das práticas pedagógicas, partindo-se da concepção do estudante como ele próprio mediador da sua cognição (FREIRE, 2011), irá requerer esforço coordenado para que não fique apenas no papel (DOS REIS, 2013).

Em suma, o ensino, a pesquisa e a extensão, quando indissociados e bem articulados, deverão conduzir à mudança significativa nos processos de ensino e aprendizagem, permitindo a formação para a atividade profissional e para a cidadania.

1.3-Princípios norteadores

A lei de criação dos Institutos Federais (Lei nº 11.892/2008) e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI-IFSP 2014-2018) são importantes documentos que fundamentam as ações do Instituto Federal de São Paulo. Neste sentido, com base nestes documentos, destacamos abaixo algumas concepções e princípios norteadores do IFSP.

O IFSP objetiva levar em conta o fato de que o desenvolvimento humano é um processo de construção contínua e que se estende ao longo da vida dos indivíduos e das sociedades de forma indissociável.

Ao compreender o sujeito como um ser sócio-histórico, ou seja, resultado de um conjunto de relações sociais historicamente determinadas, em constante construção e transformação. O IFSP acredita que o desenvolvimento de capacidades, potencialidades, habilidades, competências, valores e atitudes especificamente humanos perpassam diretamente por uma ação educativa (PDI-IFSP 2014-2018). Neste sentido, a instituição de ensino tem em si a responsabilidade de levar o estudante ao pleno desenvolvimento enquanto cidadão através do conhecimento construído visando uma formação geral e universal no sentido amplo.

Nossa instituição se identifica e se compromete com um projeto democrático de sociedade que compreende e pratica a educação como um compromisso de transformação, capaz de dar sentido cada vez maior tanto à nossa prática social enquanto instituição, como também a cada sujeito individual, que se encontra envolvido com este processo.

Neste sentido, a educação assume papel cada vez mais imprescindível no processo de desenvolvimento social e também econômico. Compreende-se a educação como processo de formação e interação social que se realiza em um tempo histórico determinado e com características ideológicas específicas, permitindo a construção de conhecimentos, habilidades e valores para o desenvolvimento humano integral e pleno, e para a participação na sociedade.

A educação, com isso, é fator importante e indispensável no processo de transformação dessa realidade social. Além da instrução e da orientação do sujeito para a apropriação do conhecimento, a educação também tem um sentido de dentro para fora, que significa a possibilidade de o sujeito revelar suas potencialidades e educar-se.

Assim sendo, a proposta pedagógica do IFSP vincula-se à ideia de que o ensino não se limita à transmissão de informações e/ou ao desenvolvimento de capacidades técnicas para um exercício profissional específico, mas, ao contrário, a formação de seus estudantes deve contemplar a chamada “cultura geral” - saberes cujo sentido formativo não se confundem necessariamente com uma aplicação imediata – e o engajamento político – por meio do desenvolvimento da consciência crítica dos estudantes.

O vínculo da educação com o contexto social e cultural leva a questionamentos e a revisão de modelos educacionais estabelecidos para atender os anseios e necessidades da sociedade, apresentando desafios acentuados e problematizados. No mundo globalizado e em constantes transformações, o conceito de educação vem sendo revisto e ampliado, assumindo uma perspectiva processual que não se encerra ao final da escolarização, mas se prolonga ao longo da vida do indivíduo para permitir que ele possa responder aos desafios da provisoriedade do conhecimento, num contexto em constante mudança. (DELLORS, 1999)

O IFSP reconhece a formação técnica e tecnológica como um dos elementos estruturantes capazes de contribuir para o desenvolvimento humano tanto do ponto de vista individual como coletivo. A proposta educacional dos Institutos Federais está pautada,

atualmente, em uma concepção humanista de educação, buscando integrar ciência, tecnologia e cultura como dimensões indissociáveis da vida humana e desenvolver a capacidade de investigação científica para a construção da autonomia intelectual:

O modelo dos Institutos Federais surge como uma autarquia de regime especial de base educacional humanístico-técnico-científica. É uma instituição que articula a educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino. (BRASIL, 2010, p. 19)

O objetivo principal passa pela formação profissional técnica e tecnológica de qualidade, isso só se torna possível na medida em que o processo educativo contribua com a construção de cidadãos através de novos saberes. Ora se o que se busca é a formação do cidadão para o mundo do trabalho, superando o conceito da mera formação do profissional para o mercado é preciso esforços para “derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana, é um dos objetivos basilares dos Institutos”. (BRASIL, 2010, p. 10)

Nesta perspectiva, nos aproximamos da compreensão do trabalho como princípio educativo (RAMOS, 2004 e FRIGOTTO, 2004) na medida em que coloca exigências específicas para o processo educativo, visando à participação direta dos membros da sociedade no trabalho produtivo. Com isso, a educação deve explicitar o modo como o saber se relaciona com o processo de trabalho, ao propiciar também a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos e sócio-históricos da atividade produtiva, para promover o desenvolvimento intelectual e a apreensão de elementos culturais que configurem a vida cidadã e economicamente ativa.

Assim, insere-se no contexto a educação profissional, em que o conhecimento científico adquire o sentido de força produtiva, focando-se o trabalho como primeiro fundamento da educação como prática social.

Assim, a educação profissional e tecnológica trata-se de uma política pública, por seu compromisso social, tanto por contribuir para o desenvolvimento econômico e tecnológico nacional, quanto por ser fator de fortalecimento do processo de inserção cidadã. O objetivo da formação profissional não é formar um profissional para o mercado de trabalho, mas sim um cidadão para o mundo do trabalho:

Assim, a educação exercida no IFSP não estará restrita a uma formação estritamente profissional, mas contribuirá para a iniciação à ciência e a promoção de instrumentos que levem à reflexão sobre o mundo e as tecnologias (PDI 2009-2013, p. 41)

Neste sentido, a escola, como instituição educativa da sociedade, é o espaço privilegiado da educação formal, lugar de cultura e sistematização do saber científico, que possibilita a apropriação dos instrumentos teóricos e práticos para análise e compreensão da realidade, do mundo em que vivemos, a fim de que haja uma interação consciente das pessoas consigo mesmas, delas entre si, delas com o conhecimento, com o meio ambiente e com outros produtos da cultura, ampliando, dessa forma, sua visão de mundo.

É como uma instituição educativa muito maior que uma “escola”, que se situa o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, na perspectiva da educação profissional e tecnológica. Por sua excelência e seus vínculos com a sociedade produtiva,

esta instituição pode protagonizar um projeto inovador e progressista, comprometido com a democracia e a justiça social, ao buscar a construção de novos sujeitos históricos, aptos a se inserir no mundo do trabalho, compreendendo-o e transformando-o.

Tais diretrizes reafirmam o compromisso dos IFs com a formação humanística de docentes e discentes, que precede a qualificação para o trabalho e enxerga a educação profissional e tecnológica baseada na integração entre ciência, tecnologia e cultura.

No contexto da educação profissional, a concepção de conhecimento articula as ciências naturais, humanas e tecnológicas com o mundo do trabalho, partindo da premissa da construção desse conhecimento baseado nos seguintes eixos: trabalho, ciência, tecnologia e cultura.

Os Institutos Federais, em sua concepção, amalgamam trabalho ciência-tecnologia-cultura na busca de soluções para os problemas de seu tempo, aspectos que necessariamente devem estar em movimento e articulados ao dinamismo histórico da sociedade em seu processo de desenvolvimento (BRASIL, 2010, p. 34).

A ciência envolve conceitos e métodos que, ao mesmo tempo em que são estabilizados e transmitidos de geração em geração, podem e devem ser questionados e superados historicamente, no movimento permanente de construção de novos conhecimentos. Esses conhecimentos, produzidos e legitimados socialmente ao longo da história, são resultado de um processo empreendido pela humanidade na busca da compreensão e da transformação dos fenômenos naturais e sociais, no movimento do ser humano como produtor de sua realidade que, por isso, precisa apropriar-se dela para poder transformá-la.

A transformação da Ciência foi correlata com uma transformação no conhecimento técnico. Esse conhecimento passou a ter outro caráter. Deixou de ser um conhecimento sem nexos e sem formalização. Pode-se creditar a esse momento o surgimento de um novo conhecimento, o conhecimento tecnológico, que significa um conhecimento produtivo articulado e consciente. Esse novo saber que constitui a Tecnologia não é um saber sem significado e conexões.

Como apontado por alguns autores, a Tecnologia surge como um aprofundamento de um processo de racionalização da civilização que repercute na técnica. Essa racionalização pode ser entendida como identificação das causas dos fenômenos e, nesse sentido, constitui uma efetiva cientificação da Técnica.

Assim, ao buscar-se a transformação da ciência em força produtiva, marca-se a noção de tecnologia, que se caracteriza como uma extensão das capacidades humanas, ao visar a satisfação das necessidades, mediando o conhecimento científico e a produção. É possível compreender o processo histórico de transformação da ciência em atividade produtiva por meio do desenvolvimento tecnológico.

A Tecnologia tem dinâmica própria e, embora interagindo com a Ciência, ela busca conhecimentos específicos. A Tecnologia é estilo de trabalho, de pesquisa, que incorpora metodologias e conceitos da pesquisa científica, porém também é um campo do conhecimento cuja aplicação passa por outros critérios como eficácia e viabilidade técnico-econômica e social. (PDI-IFSP, 2014-2018, p. 147)

Considerando esta visão de escola articulada com o trabalho e com a formação integrada do estudante temos a construção do conhecimento como algo dinâmico e significativo e não fragmentado e descontextualizado. Nesse sentido o IFSP em seu PPI, afirma que o fazer pedagógico deve trabalhar “na superação da separação ciência/tecnologia e teoria/prática [...], tentando estabelecer o diálogo entre os conhecimentos científicos, tecnológicos, sociais e humanísticos e conhecimentos e habilidades relacionadas ao trabalho” (PDI-IFSP, 2014-2018, p.157).

O conhecimento para o mundo do trabalho vai além da técnica e da produção, envolvendo relações sociais, culturais e científicas. A Educação nesse viés estaria ligada a um movimento constante, em que o conhecimento produzido historicamente retorna à sociedade por meio do indivíduo que articula esse conhecimento com a realidade, transformando-o. (BRASIL, 2010)

Diante disso, a concepção de conhecimento está articulada ao conceito de processo educativo como dialógico integrando trabalho, ciência e cultura. No contexto da educação profissional o trabalho é o primeiro foco da educação enquanto prática social, que juntamente com a ciência e a cultura contribui para uma formação integrada do estudante. Nessa vertente o conhecimento ocorre em uma prática interativa com a realidade, que além de propiciar sua transmissão de geração em geração, o questiona, visando sua superação historicamente em um movimento permanente de construção de novos conhecimentos. Podemos afirmar então que o conhecimento não é algo estático, pelo contrário, trata-se de um processo de construção e reconstrução contínuo voltado à formação plena do educando (PDI-IFSP, 2014).

Partindo do princípio da autonomia e a gestão democrática que fazem parte da própria natureza do ato pedagógico, identifica-se a importância e a necessidade de se estabelecer relações democráticas que criem um ambiente institucional propício ao diálogo e à participação. Dessa forma, as práticas educativas devem levar em conta os diversos públicos presentes numa instituição em função das diferenças de gênero, de classe social, de etnia e de religiosidade.

Para tanto, o desafio cotidiano para a prática pedagógica docente é o desenvolvimento de ensino de qualidade junto à ampla gama de públicos que procuram por profissionalização e inserção do mercado de trabalho, mas sem perder de vista a formação integrada – para o mundo do trabalho.

Uma formação integrada, além de possibilitar o acesso a conhecimentos, promove a reflexão crítica sobre os padrões culturais, sobre as referências e tendências estéticas que se manifestam em tempos e espaços históricos, e incorpora os valores ético-políticos.

Integrando, com isso, a ciência e a cultura, a formação profissional deve objetivar a formação plena do educando, possibilitando construções intelectuais mais elevadas, apropriação de conceitos necessários para intervenção consciente na realidade e compreensão do processo histórico de construção do conhecimento. Assim, contribui-se para a formação de sujeitos autônomos, que possam compreender-se no mundo e dessa forma atuar nele por meio do trabalho, transformando a natureza e a cultura em função das necessidades coletivas da humanidade, ao mesmo tempo em que cuida da preservação.

No processo de ensino, entendemos que é importante priorizar uma metodologia que permita a inserção do educando como agente de sua aprendizagem, ou seja, a participação efetiva do estudante na construção de seu conhecimento. Uma das possibilidades metodológicas é trazer, para a sala de aula, os problemas do mundo atual e/ou situações problema que simulem a realidade, a fim de que os estudantes possam

sugerir propostas de resolução ou de possíveis encaminhamentos, promovendo-se o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico.

O currículo deve contribuir para a construção do pensamento crítico e para a formação integral do indivíduo. Além disso, deve ter como alicerce as questões éticas, respeitar a diversidade cultural e regional e proporcionar uma formação para a cidadania.

Para garantir a formação plena do educando, o currículo deve possibilitar construções intelectuais elevadas e a apropriação de conceitos, habilidades e atitudes necessários para a intervenção consciente na realidade.

Como princípio de organização dos componentes curriculares, a verticalização implica o reconhecimento de fluxos que permitam a construção de itinerários de formação entre os diferentes cursos da educação profissional e tecnológica: qualificação profissional, técnico, graduação e pós-graduação tecnológica.

Vale destacar que, a proposta curricular que integra o ensino médio à formação técnica supera o conceito de escola dual e fragmentada, estabelecendo o diálogo entre os conhecimentos científicos, tecnológicos, sociais e humanísticos e conhecimentos e habilidades relacionadas ao trabalho.

Em consonância com esse entendimento, o currículo se torna um poderoso instrumento de mediação para atingir o conhecimento científico, o desenvolvimento do raciocínio lógico, construtivo e criativo, para que se estabeleça uma consciência crítica e reflexiva no indivíduo ao ponto de transformar atitudes e convicções, levando este a participar de forma efetiva e responsável da vida social, política, cultural e econômica de seu país.

Capítulo 2 - Caracterização da unidade

Neste capítulo será apresentado o histórico da cidade de Bragança Paulista e do campus, sua estrutura física e a equipe escolar

2.1 - O campus na cidade

Antônio Pires Pimentel e sua esposa Ignácia da Silva Pimentel, moradores no então Distrito de Atibaia, em cumprimento de uma promessa, constroem uma capela em louvor a Nossa Senhora da Conceição, numa colina, à margem direita do Ribeirão Canivete (hoje, Lavapés, pequeno afluente do Rio Jaguary). Segundo se tem conhecimento, Antônio Pires Pimentel, estava doente e desenganado pelos médicos. Então, sua esposa fez uma promessa a Nossa Senhora da Conceição pela recuperação do marido, alcançando a graça.

Em agradecimento, o casal construiu a capela no alto da colina para venerar a santa e aquele local, a partir de então, começou a servir de passagem e descanso para tropeiros, começando a surgir, ao redor da capela, ranchos e barracas. Assim teve início o pequeno povoado, que recebeu o nome de Conceição do Jaguary e que tem como data de fundação o dia 15 de dezembro de 1763, freguesia criada com a denominação de Bragança, por Alvará de 13 de fevereiro de 1765, subordinado ao município de São Paulo.

Em 17 de outubro de 1797, a freguesia foi elevada à categoria de vila com a denominação de Bragança, por ordem Régia, desmembrando-se de Atibaia, que seria a sede na vila. Pela Lei Provincial nº 21 ou 541, de 24 de abril de 1856, foi elevada à condição de cidade, mantendo a mesma denominação. Pela Lei Estadual n.º 858, de 05 de dezembro de 1902, é criado o distrito de Tuiuti e anexado ao município de Bragança. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município é constituído de 2 distritos: Bragança e Tuiuti. Também por força de Lei Estadual (n.º 2.369, de 30 de novembro de 1929), foram criados os distritos de Pedra Grande e Vargem e anexados ao município de Bragança. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município de Bragança é constituído de 4 distritos: Bragança, Pedra Grande, Tuiuti e Vargem.

Apenas em 23 de dezembro de 1936, pela Lei Estadual n.º 2.784, é criado o distrito de Pinhal e anexado ao município de Bragança. Em divisões territoriais datadas de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, o município é constituído de 5 distritos: Bragança, Pedra Grande, Pinhal, Tuiuti e Vargem. Pelo Decreto Estadual n.º 9.775, de 30 de novembro de 1938, o distrito de Pinhal passou a denominar-se Pinhalzinho. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o município de Bragança é constituído de 5 distritos: Bragança, Pedra Grande, Pinhalzinho (ex-Pinhal), Tuiuti e Vargem.

Pelo Decreto-lei Estadual n.º 14.334, de 30 de novembro de 1944, o município de Bragança passou a denominar-se Bragança Paulista e o distrito de Pedra Grande a chamar-se Pedra Bela. Em divisão territorial datado de 01 de julho de 1950, o município já denominado Bragança Paulista é constituído por 5 distritos: Bragança Paulista (ex-Bragança), Pedra Bela (ex-Pedra Grande), Pinhalzinho, Tuiuti e Vargem. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 01 de julho de 1960.

Os distritos de Pedra Bela e Pinhalzinho são desmembrados de Bragança Paulista em 28 de fevereiro de 1964, pela Lei Estadual nº 8.092 e passam a constar na categoria de municípios. Em divisão territorial datada de 01 de janeiro de 1979, o município é constituído de 3 distritos: Bragança Paulista, Tuiuti e Vargem. Assim permanecendo em divisão

territorial datada de 1988. De igual forma, são elevados à municípios Tuiuti e Vargem, pela Lei Estadual nº 7644, de 30 de dezembro de 1991. Em divisão territorial datada de 1995, o município é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2009. A Figura 1 apresenta a localização geográfica do município de Bragança Paulista no Estado de São Paulo e as cidades vizinhas.



Figura 1 - Localização geográfica do município de Bragança Paulista-SP

População

A população estimada pelo IBGE de Bragança Paulista é de 170.533 pessoas, sendo que a população no último censo foi 146.744 pessoas, apresentando uma densidade demográfica de 286,26 hab/km².

População estimada [2020]	170.533 pessoas
População no último censo [2010]	146.744 pessoas
Densidade demográfica [2010]	286,26 hab/km ²

Trabalho e Rendimento

Em 2019, o salário médio mensal era de 2.5 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 31.0%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 156 de 645 e 118 de 645, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 482 de 5570 e 446 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 31.1% da população nessas condições, o que o colocava na posição 325 de 645 dentre as cidades do estado e na posição 4468 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

Salário médio mensal dos trabalhadores formais [2019]	2,5 salários mínimos
Pessoal ocupado [2019]	52.312 pessoas
População ocupada [2019]	31,0 %
Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo [2010]	31,1 %

Educação

Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2010]	97 %
IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental (Rede pública) [2019]	6,3
IDEB – Anos finais do ensino fundamental (Rede pública) [2019]	5,4
Matrículas no ensino fundamental [2020]	21.003 matrículas
Matrículas no ensino médio [2020]	5.846 matrículas
Docentes no ensino fundamental [2020]	1.276 docentes
Docentes no ensino médio [2020]	528 docentes
Número de estabelecimentos de ensino fundamental [2020]	83 escolas
Número de estabelecimentos de ensino médio [2020]	30 escolas

Economia

O Comércio, escolas e faculdades compõem a maior parcela da economia local, seguidos por indústrias (papeleira, alimentícia e eletrônica) e agricultura, apresentando um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,776.

PIB per capita [2018]	37.813,45 R\$
Percentual das receitas oriundas de fontes externas [2015]	61,7 %
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) [2010]	0,776
Total de receitas realizadas [2017]	474.355,07 R\$ (×1000)
Total de despesas empenhadas [2017]	419.569,19 R\$ (×1000)

Saúde

A taxa de mortalidade infantil média na cidade é de 9.92 para 1.000 nascidos vivos. As internações devido a diarreias são de 0.1 para cada 1.000 habitantes. Comparado com todos os municípios do estado, fica nas posições 315 de 645 e 465 de 645,

respectivamente. Quando comparado a cidades do Brasil todo, essas posições são de 3112 de 5570 e 4734 de 5570, respectivamente.

Mortalidade Infantil [2019]	9,92 óbitos por mil nascidos vivos
Internações por diarreia [2016]	0,1 internações por mil habitantes
Estabelecimentos de Saúde SUS [2009]	37 estabelecimentos

Território e Ambiente

Apresenta 87.1% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 71.2% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 56.5% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 361 de 645, 543 de 645 e 52 de 645, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 601 de 5570, 3035 de 5570 e 280 de 5570, respectivamente.

Área da unidade territorial [2020]	512,584 km ²
Esgotamento sanitário adequado [2010]	87,1 %
Arborização de vias públicas [2010]	71,2 %
Urbanização de vias públicas [2010]	56,5 %
Bioma [2019]	Mata Atlântica
Sistema Costeiro-Marinho [2019]	Não pertence
Hierarquia urbana [2018]	Centro Subregional A (3A)
Região de Influência [2018]	Arranjo Populacional de São Paulo/SP
Região intermediária [2020]	Campinas
Região imediata [2020]	Bragança Paulista
Mesorregião [2020]	Macro Metropolitana Paulista
Microrregião [2020]	Bragança Paulista

Câmpus Bragança Paulista

O município de Bragança Paulista apresenta forte consolidação de atividades relacionadas às indústrias de transformação, produção e distribuição de eletricidade, gás e água. Em Bragança Paulista, são realizados diversos eventos, promovidos por várias entidades, como: a Prefeitura Municipal, a Associação Comercial e Empresarial, o SEBRAE-SP, entre outras.

A Portaria Ministerial nº 1.712, de 20 de outubro de 2006, autorizou o funcionamento da então Unidade Descentralizada de Bragança Paulista (UNED-BRA) do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo (CEFET-SP) que iniciou as atividades em agosto de 2007, à Avenida Francisco Samuel Lucchesi Filho, 770 – Penha, Bragança Paulista-SP, a 89 km da Capital. Em dezembro de 2008, o CEFET-SP se transformou em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), e passou a ter relevância de universidade, destacando-se pela autonomia.

A Unidade Descentralizada de Bragança Paulista foi implantada oferecendo cursos técnicos concomitantes ou subsequentes nas áreas de Informática e Indústria, totalizando 80 vagas semestrais do curso Técnico em Programação e Desenvolvimento de Sistemas e

80 vagas semestrais do curso Técnico em Automação de Processos Industriais, com turmas em horários vespertino e noturno.

Em 2009, já na condição de câmpus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, iniciou-se a oferta dos cursos de nível superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas e de Tecnologia em Eletrônica Industrial, com 40 vagas cada, ambos no período noturno.

Em 2010, a oferta de vagas do curso Técnico em Programação e Desenvolvimento de Sistemas foi descontinuada, dando espaço à abertura do curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática. O mesmo ocorreu em 2011 com o curso Técnico em Automação Industrial, que foi descontinuado dando espaço à oferta do curso Técnico em Mecatrônica. Também em 2011, o câmpus passou a oferecer duas novas modalidades de ensino: a Licenciatura e o Técnico Integrado ao Ensino Médio. Nesse ano, foram oferecidas 80 vagas no curso de Licenciatura em Matemática, e 80 vagas para os cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio em Eletroeletrônica e em Mecânica.

Em 2012 e 2013, além das 80 vagas para os cursos Técnicos Integrados em Eletroeletrônica e em Mecânica, uma parceria com a Secretaria Estadual de Educação de São Paulo (SEE-SP) expandiu o número de vagas dos cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio. Foram oferecidas mais 80 vagas, divididas igualmente entre os cursos Técnico Integrado em Informática e o curso Técnico Integrado em Mecânica. No segundo semestre de 2012, o curso Superior de Tecnologia em Eletrônica Industrial foi descontinuado para dar espaço à oferta de um novo curso, o de Tecnologia em Mecatrônica Industrial.

Em 2014, o curso Técnico Integrado em Eletroeletrônica foi ofertado concomitantemente à última do curso Técnico Integrado em Informática da parceria com a SEESP. A partir de 2015, o curso Técnico Integrado em Informática passou a ser oferecido no câmpus todo ano, juntamente com uma turma do curso Técnico Integrado em Mecânica ou em Eletroeletrônica, que foram ofertados alternadamente até 2017. A partir do primeiro semestre de 2017, o câmpus passou a oferecer semestralmente seu primeiro curso de pós-graduação lato sensu em Gestão Estratégica de Tecnologia da Informação. Também nesse semestre se deu o início da primeira turma do curso de Engenharia de Controle e Automação, com oferta anual de 40 vagas no período noturno. No segundo semestre do mesmo ano, o curso Técnico Concomitante/Subsequente em Mecatrônica passou a ser ofertado com 80 vagas semestrais em dois períodos, vespertino e noturno.

Em janeiro de 2018, com a mudança para o novo prédio, construído à Avenida Major Fernando Valle, 2013, no bairro São Miguel, a infraestrutura do prédio se expandiu e, com isso, os três cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio em Informática, Eletroeletrônica e Mecânica passaram a ser ofertados anualmente com 40 vagas cada. Portanto, são oferecidas atualmente as seguintes vagas para cursos regulares no câmpus do IFSP de Bragança Paulista: 40 vagas anuais para o curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Informática; 40 vagas anuais para o curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Eletroeletrônica; 40 vagas anuais para o curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Mecânica; 80 vagas semestrais para o curso Técnico Concomitante/Subsequente ao Ensino Médio em Mecatrônica; 40 vagas semestrais para o curso de Licenciatura em Matemática; 40 vagas semestrais para o curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas; 40 vagas anuais para o curso de Bacharelado em Engenharia de Controle e Automação; e, 20 vagas semestrais para o curso de pós-graduação lato sensu em Gestão Estratégica da Tecnologia da Informação.

Atualmente, o quadro de servidores do câmpus Bragança Paulista é composto por 72 professores e 45 técnicos-administrativos. O espaço físico passou de um terreno de 2.488,05 m² na Avenida Francisco Samuel Lucchesi Filho, 770 – Penha, Bragança Paulista-SP, para uma área construída de 8.140 m² em um terreno de 22.901 m² na Avenida Major Fernando Valle, 2013, no bairro São Miguel, Bragança Paulista-SP. As instalações de infraestrutura física do câmpus novo estão basicamente divididas em dois blocos, com 3 e 5 andares, com diversos laboratórios do eixo tecnológico de Controle e Processos Industriais, do eixo de Informática e Comunicação, da área de Ensino de Matemática, para atividades multidisciplinares e de pesquisa, além de várias salas de aula, biblioteca, sala de eventos, cantina e copa e quadra esportiva.

Assim, o IFSP, no município de Bragança Paulista, fornece consolidadas oportunidades de educação para os jovens e adultos bragantinos e da região, a fim de habilitá-los para o ingresso nos setores educacional, de indústria, de informática, e afins, os quais demandam trabalhadores capacitados para contribuir com o progresso e desenvolvimento econômico.

2.2-Estrutura Física

Esta seção apresenta um resumo da infraestrutura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, Câmpus Bragança Paulista. As aulas ocorrem no prédio do bairro São Miguel e no prédio do bairro Penha foi implantado o Centro Bragantino de Tecnologia e Inovação (CBTI),

Prédio São Miguel

O espaço físico do bairro São Miguel compreende uma área de terreno de 22.901 m² e uma área total construída de 8.140 m², distribuídos em dois prédios Bloco A (com 3 pavimentos A300, A400 e A500) e Bloco B (com 5 pavimentos B100, B200, B300, B400 e B500).

Resumo dos espaços físicos disponíveis no prédio do bairro São Miguel

Local	Quantidade Atual	Área (M ²)
Área total do Câmpus	--	22.901,49
Estacionamento e acessos	--	5.582,07
Área interna construída	--	6743,53
Pátio	1	446,55
Salas de Aula	8	524,42
Laboratórios de informática	8	488,39
Laboratórios de Eletroeletrônica, Automação e Controle	5	296,03
Laboratórios de Mecânica: Ensaios, Metrologia, Oficina, CNC, Hidráulica e Pneumática	6	686,14
Laboratório de Química e Biologia	1	88,99

Laboratório de Física	1	61,87
Laboratório de Artes e Línguas	1	61,85
Quadra Poliesportiva	1	523,32
Organizações Estudantis (Centro Acadêmico, Grêmio e Clube Atlético)	1	12,09
Biblioteca	1	439,54
Auditório (Sala de Convenções)	1	154,85

O prédio do IFSP-BRA no bairro São Miguel conta com laboratórios do eixo tecnológico Controle e Processos Industriais e do eixo Informática e Comunicação, Laboratório de Ensino de Matemática, laboratório multidisciplinar, salas de aula, biblioteca, quadra, sala de eventos, sala de pesquisa, cantina e copa com geladeira e micro-ondas para os estudantes.

B100: Primeiro andar do Bloco B

Local	Descrição	Área (M ²)
Corredor B100	Área de Circulação	109,15
Sala B101	Laboratório de Mecânica	375,81
Sala B102	Laboratório de Metalografia	61,85
Sala B103	Almoxarifado da Mecânica	15,86
Banheiro B104	Sanitário Masculino	19,48
Banheiro B105	Sanitário Feminino	21,90
Sala B106	Laboratório de Ensaios Mecânicos não Destrutivos	62,78
Sala B107	Laboratório de Ensaios Mecânicos	61,88
Circulação	Área de Circulação	19,97
Salas B108, B109 E B110	Coordenadoria de Tecnologia da Informação	41,66
Sala B111	Oficina de Manutenção	24,59
Sala B112	Almoxarifado	43,90
Copa B113	Copa - Terceirizados	15,9
Copa 114-b118	Copa - Servidores	32,57
Sala B115	Depósito Educação Física	6,99
Banheiro B116	Sanitário Feminino	13,97
Banheiro B117	Sanitário Masculino	13,95

B119	Depósito de Material de Limpeza	3,37
Corredor B113	Área de Circulação	25,86
Sala B120	Compressor	--
Sala B121	Desfazimento	45

B200: Segundo andar do Bloco B

Local	Descrição	Área (m ²)
Sala B201	Laboratório de Eletrônica	47,49
Sala B202	Laboratório de Eletrotécnica	61,93
Corredor B202	Área de Circulação	12,54
Sala B203	Almoxarifado da Eletroeletrônica	15,86
Banheiro B204	Sanitário Masculino	19,44
Banheiro B205	Sanitário Feminino	21,92
Corredor B200	Área de Circulação	176,11
Sala B206	Laboratório de Eletrônica	62,83
Sala B207	Laboratório de Eletrônica	61,89
Sala B208	Laboratório de CNC	61,89
Sala B209	Laboratório de Controlador Lógico Programável (CLP)	61,89
Sala B210	Laboratório de Hidráulica e Pneumática	61,93

A300: Primeiro andar do Bloco A

Local	Descrição	Área (m ²)
Sala A301	Papelaria (Vigilantes)	16,51
Sala A302	Coordenadoria de Registros Acadêmicos	51,59
Sala A303	Sala de Equipamentos	8,00
Cantina A304	Cantina	24,22
Copa A305	Copa Dos Estudante	39,61
Sala A306	Guarita	5,47
Banheiro A306	Sanitário Guarita	1,36

Rampa	Área de Circulação (Rampa)*	1.300,00
Circulação	Área de Circulação	73,31
Circulação	Área de Circulação	54,69

B300: Terceiro andar do Bloco B

Local	Descrição	Área (M ²)
Salas B301, B302, B303, B304 E B305	Biblioteca	439,54
Banheiro B306	Sanitário Masculino	29,42
Banheiro B307	Sanitário Feminino	28,88
Sala B308	Sala de Reunião e Videoconferência	15
Banheiro B309	Sanitário Feminino	8,64
Banheiro B310	Sanitário Masculino	8,62
Sala B311	Coordenadoria de Apoio à Direção	18,94
Sala B312	Direção Geral	13,36
Sala B313	Sanitário Direção Geral	2,44
Sala B314	Sala de Reunião da CSP	12,07
Sala B315	Coordenadoria Sociopedagógica	17,57
Sala B316	Diretoria Adjunta Educacional	8,28
Sala B317	Coordenadoria De Apoio Ao Ensino	45,3
Sala B318	Arquivo Permanente	9,03
Sala B319	Coordenadoria de Licitações e Contratos e Coordenadoria de Contabilidade e Finanças	27,92
Sala B320	Diretoria Adjunta de Administração	6,09
Sala B321	Coordenadoria de Almoxarifado, Manutenção e Patrimônio	11,15
Sala B322	Coordenadoria de Gestão de Pessoas	19,41
Sala B323	Sala de Reunião	24,77

A400: Segundo andar do Bloco A

Local	Descrição	Área (m ²)
Sala A401	Laboratório de Informática	79,98
Sala A402	Laboratório de Informática	54,85
Banheiro A403	Sanitário Masculino	22,97
Banheiro A404	Sanitário Feminino	29,52
Sala A405	Laboratório de Informática	55,72
Sala A406	Laboratório de Informática	54,08
Sala A407	Laboratório de Informática	54,85
Sala A408	Laboratório de Informática	79,98
Circulação	Área de Circulação	120,07
Circulação	Área de Circulação	73,35
Circulação	Área de Circulação	81,84

B400: Quarto andar do Bloco B

Local	Descrição	Área (m ²)
Salas B401, B402 e B403	Laboratório de Química e Biologia	88,99
Sala B404	Laboratório de Física	61,87
Sala B405	Laboratório de Artes e Línguas	61,85
Banheiro B406	Sanitário Feminino	19,44
Banheiro B407	Sanitário Masculino	19,44
Sala B408	Sala dos Professores	44,5
Banheiro B409	Sanitário Masculino	6,76
Banheiro B410	Sanitário Feminino	6,76
Sala B411	Atendimento ao Estudante	7,35
Sala B412	Sala CIMNE	10,12
Sala B413	Gabinete de Professores	11,7
Sala B414	Gabinete de Professores	15,32
Sala B415	Gabinete de Professores	15,66
Sala B416	Gabinete de Professores	12,06

Sala B417	Gabinete de Professores	12,08
Sala B418	Gabinete de Professores	15,66
Sala B419	Gabinete de Professores	15,67
Sala B420	Gabinete Empresa Júnior	12,09
Sala B421	Organização Estudantil/Sinasefe	12,09
Sala B422	Sala Coordenadoria de Pesquisa e Inovação	15,66
Sala B423	Sala Coordenadoria de Extensão	15,66
Sala B424	Gabinete de Professores	12,08
Sala B425	Sala de Coordenadores Cursos Técnicos	19,93
Sala B426	Atendimento Coordenadores	17,63
Sala B427	Sala de Coordenadores Cursos Superiores	16,83

A500: Terceiro andar do Bloco A

Local	Descrição	Área (m ²)
Sala A501	Sala de Eventos	154,85
Banheiro A502	Sanitário Masculino	22,87
Banheiro A503	Sanitário Feminino	29,53
Sala A504	Laboratório de Pesquisa	55,71
Sala A505	Laboratório de Informática	54,07
Sala A506	Laboratório de Informática	54,86
Sala A507	Laboratório de Ensino De Matemática	80,08

B500: Quinto andar do Bloco B

Local	Descrição	Área (M ²)
Sala B501	Sala de Aula	90,26
Sala B502	Sala de Aula	61,89
Sala B503	Sala de Aula (Segunda Porta da Sala)	--

Sala B504	Sala de Aula	61,89
Sala B505	Sala de Aula (Segunda Porta Da Sala)	--
Banheiro B506	Sanitário Masculino	29,66
Banheiro B507	Sanitário Feminino	28,91
Sala B508	Sala de Aula	62,78
Sala B509	Sala de Aula (Segunda Porta Da Sala)	--
Sala B510	Sala de Aula	61,89
Sala B511	Sala de Aula (Segunda Porta Da Sala)	--
Sala B512	Sala de Aula	61,89
Sala B513	Sala de Aula (Segunda Porta Da Sala)	--
Sala B514	Sala de Aula	61,89
Sala B515	Sala de Aula (Segunda Porta Da Sala)	--
Sala B516	Sala de Aula	61,93

Centro Bragantino de Tecnologia e Inovação (CBTI)

O Núcleo Incubador Bragantino está localizado no Campus Penha do IFSP Bragança Paulista, um prédio com 2700m² de área, e será parte do Centro Bragantino de Tecnologia e Inovação (CBTI), que está sendo implementado em parceria com a Prefeitura de Bragança Paulista.

O CBTI será um hub com diversos serviços destinado ao desenvolvimento de um ecossistema inovador, com serviços como LabMaker, SEBRAE, Banco do Povo, Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Coworking, laboratório de pesquisas e o Núcleo Incubador Bragantino. O centro contará ainda com salas de treinamento, central de atendimento da prefeitura aos empreendedores e auditório.

Serão disponibilizados espaços individualizados de trabalho, divididos em salas, e espaços de uso coletivo. As regras de utilização desses espaços estarão definidas no Regimento Interno do Núcleo e nos Editais de seleção de empreendimentos, o espaço do Núcleo Incubador disponibilizará aos empreendedores:

- I. Uma sala de 116m² destinada ao Coworking, tendo no espaço compartilhado postos de trabalho, computadores, mesa de reunião e recepção;
- II. Salas individuais nas seguintes quantidades: 2 salas com 12,9m² , 2 salas com 16,3m² , 2 salas com 19,2m² , 1 sala com 21,4m² e 1 sala com 22,6m², com condições para uso estabelecidas em Edital;

III. Sala com 128m² , destinada a montagem de linhas de produção.

2.3-Equipe escolar

No Câmpus Bragança Paulista, atualmente o quadro de servidores é composto por 72 professores e 45 técnico-administrativos, alocados em diferentes setores para definir e executar localmente estas ações.

Relação de Professores

Nº	SIAPE	NOME	ÁREA	DISCIPLINA
1	1816334	Adilson de Souza Candido	Indústria	Eletrônica
2	2147479	Adilson Vitor Rodrigues	Indústria	Mecânica
3	2149588	Adriano Henrique Machado	Formação Geral	História
4	2895765	Alexandre Fonseca Jorge	Indústria	Eletrônica
5	1808306	Alexandre Tomazati Oliveira	Indústria	Eletrônica
6	1847918	Ana Cristina Gobbo César	Formação Geral	Biologia
7	1652019	Ana Paula Muller Giancoli	Informática	Informática
8	1861020	André Luis Maciel Leme	Informática	Informática
9	1914923	André Marcelo Panhan	Informática	Informática
10	2356212	Bruno Pavani Azevedo	Matemática	Matemática
11	1610325	Cesar Alexandre Silva Lima	Informática	Informática
12	1102224	Cíntia Macedo de Lima	Indústria	Mecânica
13	1618967	Clayton Eduardo dos Santos	Informática	Informática
14	2685916	Cristian da Rocha Duarte	Indústria	Eletrônica
15	2876352	Cristiano Santana Cunha de Oliveira	Indústria	Eletrônica
16	1813109	Cristina Correa de Oliveira	Informática	Informática
17	1644849	Damásio Sacrini	Indústria	Mecânica
18	2222753	Daniel Tebaldi Santos	Matemática	Matemática

19	1932436	Denis Rafael Nacbar	Matemática	Matemática
20	1171002	Edilson Rosa Barbosa de Jesus	Indústria	Mecânica
21	2692965	Eliane Andreoli Gorgonio dos Santos (em exercício na CDI-GAB)	Formação Geral	Português/Inglês/ Libras
22	1610030	Elisandra Aparecida Alves da Silva	Informática	Informática
23	1042878	Emilio Carlos Rodrigues	Informática	Informática
24	2319440	Enzo Gaudino Mendes	Indústria	Eletrônica
25	1096600	Fernanda Cristina Gaspar Lemes	Matemática	Educação
26	2163108	Fernando Rodrigues	Formação Geral	Filosofia
27	2873851	Flávio Cezar Amate	Informática	Informática
28	1102167	Frederico de Oliveira Simões	Indústria	Eletrônica
29	2958116	Geraldo Creci Filho	Indústria	Mecânica
30	2145453	Glauco Aparecido de Campos	Matemática	Matemática
31	2359535	Iara Leme Russo Cury	Formação Geral	Geografia
32	2766654	Iracema Hiroko Iramina Arashiro	Matemática	Matemática
33	1822887	Jefferson de Souza Pinto	Informática	Gestão
34	1813550	João Roberto Moro	Formação Geral	Física
35	1524886	José Erick de Souza Lima	Indústria	Eletrônica
36	1874077	José Galhardo Leite de Moraes	Matemática	Matemática
37	1644115	José Orlando Balastrero Jr.	Indústria	Mecânica
38	1055653	Josias Falararo Pagotto	Formação Geral	Química
39	2825072	Kauê Reis dos Santos	Industria	Eletrônica
40	3069407	Kelly Cristina de Oliveira	Formação Geral	Português/Inglês
41	2577687	Letícia Souza Netto Brandi	Informática	Informática
42	1487565	Lidiane Cristina da Silva (cedida para UNIFESP)	Informática	Informática

43	1228149	Lilian Karam Parente Cury Spiller	Matemática	Matemática
44	2315287	Luana Ferrarotto	Matemática	Educação
45	1878978	Luciano Bernardes de Paula	Informática	Informática
46	1644398	Luciano Guimarães Mendes	Indústria	Eletrônica
47	2891638	Luciene Angélica Cardoso Valle	Informática	Informática
48	2086408	Luis Vanderlei Torres	Indústria	Mecânica
48	1867614	Luiz Fernando Tibaldi Kurahassi	Indústria	Eletrônica
50	2319983	Luiz Gustavo Diniz de Oliveira Veras	informática	Informática
51	2068106	Marcos Alexandre Fernandes	Indústria	Mecânica
52	2357830	Marcos Tarcisio Florindo	Formação Geral	Sociologia
53	2167755	Maria Isabel D`Andrade de Sousa Moniz	Formação Geral	Português
54	2145073	Marina Mitie Gishifu Osio	Matemática	Matemática
55	1578084	Maurício Costa Carreira	Indústria	Física
56	3142103	Mirella Novais Oliveira	Formação Geral	Português/Espanhol
57	1889614	Orlando Leonardo Berenguel (em exercício na DPG-PRP)	Informática	Gestão
58	2157870	Rafael Prearo Lima	Formação Geral	Português/Inglês
59	1847070	Ricardo Alexandre Alves Pereira	Matemática	Matemática
60	1676012	Ricardo Micaroni	Indústria	Mecânica
61	1147362	Robson Piacente Alves	Matemática	Matemática
62	1808085	Rodrigo Rafael Gomes	Matemática	Matemática
63	1923383	Rosalvo Soares Cavalcante Filho	Informática	Informática
64	2163216	Rubens Pantano Filho	Formação Geral	Física
65	1913814	Sergio Ricardo Pacheco	Indústria	Eletrônica

66	2731325	Sidney Domingues	Indústria	Mecânica
67	1932941	Talita de Paula Cypriano de Souza	Informática	Informática
68	1492181	Túlio Cesar Rodrigues	Indústria	Mecânica
69	1585861	Valentina Piragibe	Formação Geral	Educação Física
70	1809678	Vitor Garcia	Indústria	Eletrônica
71	2331915	Wagner Ideali	Indústria	Eletrônica
72	1809622	Wilson Vendramel	Informática	Informática

Relação de Técnicos Administrativos

Nº	NOME	CARGO	SETOR
1	Adriana Lustosa de Almeida	Auxiliar de Biblioteca	Coordenadoria de Biblioteca
2	Alessandra Casimiro de Souza Matricaldi	Assistente Social	Coordenadoria Sociopedagógica
3	Ana Letícia Sucomine Carreira	Assistente em Administração	Coordenadoria de Extensão
4	Ana Mara Nogueira Monezzi	Assistente em Administração	Coordenadoria de Apoio ao Ensino
5	Anderson Caldas Cailleaux	Assistente em Administração	Coordenadoria de Licitações e Contratos
6	Anteni de Sousa Belchior	TAE	Coordenadoria de Pesquisa e Inovação
7	Ariana Paula da Costa	Assistente de Alunos	Coordenadoria de Apoio ao Ensino
8	Aysa Mara Roveri Arcanjo	Psicóloga	Coordenadoria Sociopedagógica
9	Camila Fátima dos Santos	Assistente em Administração	Coordenadoria de Registros Acadêmicos
10	César Alexandre Bassi	Assistente de Alunos	Coordenadoria de

			Apoio ao Ensino
11	Daniel Gandia	Assistente em Administração	Coordenadoria de Almoarifado, Manutenção e Patrimônio
12	Eder José da Costa Sacconi (em exercício na PRO-PRP)	TAE	REITORIA
13	Edice Ramos de Camargo Aguiar	Assistente em Administração	Coordenadoria de Licitações e Contratos
14	Enzo Basílio Roberto	Pedagogo	Coordenadoria de Apoio ao Ensino
15	Eric Douglas Nakazawa	Assistente em Administração	Coordenadoria de Contabilidade e Finanças
16	Evanilton Marques de Lima	Técnico de Laboratório - Área: Informática	Coordenadoria de Tecnologia da Informação
17	Fabiana Natália Macedo de Camargo	Bibliotecária	Coordenadoria de Biblioteca
18	Fabiana Ruksenas Gianelli	Contador	Coordenadoria de Contabilidade e Finanças
19	Henrique José Dorigo	Administrador	Coordenadoria de Almoarifado, Manutenção e Patrimônio
20	Ines Alves Moreira Dorigo	Tecnólogo - formação	Coordenadoria de Licitações e Contratos
21	Ismael Marques Junior	Assistente de Alunos	Coordenadoria de Apoio ao Ensino
22	Izandro Gimenez Marques	Auxiliar em administração	Coordenadoria de Registros Acadêmicos
23	Jade Schevenin	Administrador	Diretoria Adjunta Administrativa
24	João Júnior Marques de Lima	Assistente em	Coordenadoria de

		Administração	Extensão
25	Jonas Gonçalves Rossi	Assistente em Administração	Coordenadoria de Gestão de Pessoas
26	Karin Rumiko Kagi	Programador Visual	Coordenadoria de Apoio à Direção
27	Karla Cristiny Moraes da Silva	Pedagogo	Coordenadoria Sociopedagógica
28	Lea da Silva Lima Assunção	Assistente em Administração	Coordenadoria de Gestão de Pessoas
29	Leandro Piazzon Corrêa	Técnico de Laboratório Área: Mecânica	Diretoria Adjunta Educacional
30	Leticia Leite Batista	Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais	Coordenadoria de Apoio ao Ensino
31	Luiz Nelson Viana Filho	Técnico de Laboratório - Área: Informática	Coordenadoria de Tecnologia da Informação
32	Márcio Follador	Assistente em Administração	Coordenadoria de Registros Acadêmicos
33	Mayara Fernanda Oliveira Lima Rodrigues	Bibliotecária	Coordenadoria de Biblioteca
34	Murilo José de Carvalho	Tecnólogo - formação	Diretoria Adjunta Educacional
35	Pedro Luis Calheiros da Silva	Técnico em Laboratório - Mecânica	Diretoria Adjunta Educacional
36	Sandra Cristina Martins de Oliveira	Técnico em Tecnologia da Informação	Coordenadoria de Tecnologia da Informação
37	Silvana Camargo de Castro	TAE	Coordenadoria de Apoio ao Ensino
38	Tiago Minoru Taguchi	Técnico de Laboratório Área: Informática	Coordenadoria de Tecnologia da Informação

39	Túlio Ferneda	Auxiliar em Assuntos Educacionais	Coordenadoria de Registros Acadêmicos
40	Valdislaine Maria da Silva	Técnico de Laboratório - Ciências da Natureza	Diretoria Adjunta Educacional
41	Valmirene Lisboa de Araújo	técnico em contabilidade	Coordenadoria de Contabilidade e Finanças
42	Vanderlei Benedito da Silva Filho	Técnico em Tecnologia da Informação	Coordenadoria de Extensão
43	Victor Hugo Fonseca Campos	Assistente de Alunos	Coordenadoria de Gestão de Pessoas
44	Victor Oscar Martins Claro	TAE	Coordenadoria de Extensão
45	Vinicius Sorroche da Silva	TECNICO DE LABORATORIO AREA	Diretoria Adjunta Educacional

Capítulo 3 - Pressupostos Pedagógicos do campus

Neste capítulo serão apresentados os pressupostos pedagógicos do Câmpus Bragança Paulista, ou seja, princípios dos quais paremos e que fundamentam o processo de ensino-aprendizagem, atrelados a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a gestão democrática de uma escola pública.

3.1 - Ética, cidadania, mundo do trabalho e inclusão social

Comumente os indivíduos buscam pelos seus direitos, sejam eles políticos, civis ou sociais e da mesma forma, cobra-se de cada pessoa o cumprimento dos seus deveres. Quando tais atos acontecem, significa que ali exerceu-se a cidadania, concretizou-se o melhor, não apenas para um ser humano, mas sim para o grupo no qual ele está inserido.

Partindo dessa premissa, a prática da cidadania é imperativa no Câmpus Bragança Paulista. Mais que isso, o incentivo, orientação, análise de casos e debates sobre o tema fomentam espaços, cujos estudantes exercem com criticidade sua condição de cidadão, colaborando para uma sociedade cada vez mais justa, igualitária e democrática. Para PINSKY ser cidadão é:

Ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei: é, em resumo, ter direitos civis. É também participar no destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos. Os direitos civis e políticos não asseguram a democracia sem os direitos sociais, aqueles que garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, a uma velhice tranquila. Exercer a cidadania plena é ter direitos civis, políticos e sociais. (PINSKY, 2003, p.09)

Sendo assim, não há como desvincular a cidadania da ética, principalmente se a considerarmos como a constituição de valores, embasada nos conceitos de bem e virtude, responsáveis pelas relações consideradas justas e aceitáveis. Cabe, pois, lembrar que os valores cultivados no Câmpus de Bragança Paulista estão norteados por expectativas de manter um equilíbrio social no que concerne às questões morais dentro de um espaço comum. Não obstante, Vinha e Assis afirmam sobre a construção de personalidades éticas:

Construir na instituição educativa um ambiente favorável ao desenvolvimento de personalidades autônomas é algo complexo, mas necessário se de fato queremos efetivamente formar cidadãos éticos. (VINHA e ASSIS, 2015, p.8)

Alinhada com as ideias supracitadas, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 já enfatizava, em diversas passagens, a relação indissociável entre educação e cidadania, evidenciando como finalidade precípua da educação o preparo do estudante para firmar-se como indivíduo capaz de exercer com criticidade o seu direito de fala, pautado em valores e princípios éticos. Coadunados às normativas brasileiras, os Institutos Federais traçam o mesmo caminho de conduta e orientação ética e cidadã,

objetivando um alcance mais amplo dentro da esfera da inclusão social e ampliando oportunidades de êxito no mundo do trabalho.

3.2 - Gestão Democrática (Órgãos, Conselhos, Comissões)

Desde a Lei 11.892, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no país, evidencia-se a questão da ética, cidadania, mundo do trabalho e inclusão social como princípios que regem os Institutos Federais. Tal afirmação confirma-se concretamente em ao menos dois dos artigos da mencionada lei, sendo o primeiro deles o Artigo 6º, inciso I. Nele destaca-se como uma das finalidades:

Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional. (BRASIL, 2008)

De forma análoga, o capítulo que apresenta os objetivos dos (IFs) Institutos Federais ressalta os aspectos emancipatórios a serem desenvolvidos durante o processo de ensino-aprendizagem. É no Artigo 7º, inciso V que tal assertiva se manifesta, quando destaca a importância de “estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional”.

Para além dos instrumentos normativos, o Câmpus Bragança Paulista empreende alguns eventos ao longo do semestre/ano letivo, os quais visam o desenvolvimento de competências e habilidades voltadas ao protagonismo dos estudantes e colaborativas no processo de autonomia desses cidadãos, conforme preconizado nas normativas educacionais do país. Tais acontecimentos também estão ancorados nos conceitos e finalidades relacionados ao mundo do trabalho e inclusão social. Sob esse prisma, enquadram-se

- A. A SEMAT (Semana de Matemática e Educação Matemática), com objetivo de enriquecimento acadêmico do futuro professor e do professor atuante no ensino básico;
- B. A Semana da Diversidade, cujo fito é o de fomentar discussões acerca das temáticas culturais, relações étnico-raciais, relações de gênero e sexualidade, englobando ainda todos os conceitos e abordagens, que envolvem pluralidade, multiplicidade, diferentes modos de percepção e heterogeneidade no IFSP;
- C. A BRAGANTEC, Feira de Ciências e Tecnologia, que busca incentivar a criatividade e a inovação dos estudantes, despertar vocações científicas e/ou tecnológicas e identificar jovens talentosos que possam ser estimulados a seguirem carreiras científico-tecnológicas;
- D. A SEMTEC, Semana de Ciência e Tecnologia - que apresenta em sua programação ciclo de palestras, minicursos e mostra de trabalhos de Matemática, Ciência e Tecnologia realizados pelos estudantes e professores do câmpus em parceria com a indústria da região, com temas que permeiam todos os cursos e auxiliam a inserção e permanência no mercado de trabalho.

A Gestão Democrática no ensino público é uma obrigação legal imposta pela LDBEN 9.394/1996, porém, adveio para garantir a participação dos sujeitos concernidos no processo educacional em opinar, debater, discordar, propor e deliberar sobre os caminhos a serem trilhados, ou seja, na busca de uma qualidade social da educação. Por experiências relatadas, em diversas produções como livros, teses, dissertações e artigos, de profissionais e pesquisadores, que participaram da construção de processos democráticos participativos ou pesquisaram sobre esta temática, há conclusões de contribuições potentes de melhoria institucional por meio da inserção dos segmentos escolares¹ em instâncias de deliberações, inclusive com a diminuição da carga de processos burocráticos entre outras enumerações de melhorias, como evidência Ferrarotto apud Leite (2005), na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, foram:

... reformas curriculares; melhoria de práticas e métodos de ensino; controle de fluxos; preocupação com cursos de especialização, atenção à disciplina crítica e a reprovação, retenção, diploma e evasão de alunos e atenção ao seu nível socioeconômico; iniciativas para oferecer cursos de extensão, cursos noturno, cursos novos e interdisciplinares; preocupação com RHs e melhorias administrativas e de infraestrutura (LEITE, 2005).

Conforme Ferrarotto (2014), a participação é entendida enquanto envolvimento ativo dos atores da comunidade educacional nos processos decisórios da instituição. Refere-se a ter voz ativa, mesmo que muitas vezes não seja a decisiva. Relaciona-se, portanto, a possibilidades deliberativas que, por sua vez, não se concentram apenas no gestor, mas são diluídas com os demais componentes da escola e sua comunidade. Neste aspecto a Gestão Democrática Participativa no ensino é variável indispensável para a formação integral² do estudante em um contexto de formação profissional-humana-cidadã. Segundo Ferrarotto apud Betini (2009):

... participação e democracia na escola buscam autonomia e independência de todos os seus integrantes, de todos os envolvidos no processo educacional. A direção democrática da escola extrapola o seu limite e forma a consciência crítica de participação do cidadão na sociedade, desenvolvendo a competência da cidadania, da política, atuando como um instrumento de formação.

Portanto, como instrumento de formação, a Gestão Democrática Participativa deve permear todos os processos e procedimentos institucionais irrestritamente. Para construir-se uma cultura institucional de participação nos processos e procedimentos de gestão é necessária uma abordagem pedagógica que permita a apropriação teórico-metodológica que dê respaldo a este pressuposto, sendo assim, somente a pedagogia social pode fundamentar as ações em busca da real formação social dos sujeitos, como objetiva a política pública de criação da Rede Federal, como afirma Pacheco (2011):

¹ Servidores (gestores, corpo docente, funcionários), estudantes e responsáveis/famílias.

² A formação integral do estudante é entendida, além do aspecto cognitivo, pela obrigatoriedade que a instituição educacional tem de promover o desenvolvimento de outros aspectos, como o afetivo, o social, o físico e o político, bem como a criticidade, a criatividade e a sensibilidade, numa perspectiva emancipatória que permita a atuação solidariamente responsável nos coletivos aos quais pertença. Para além da dimensão individual, a formação alcança uma dimensão social

... porém, ao eleger como princípio de sua prática educacional a prevalência do bem social sobre os demais interesses que essas instituições consolidam seu papel junto à sociedade. E na construção de uma rede de saberes que entrelaça cultura, trabalho, ciência e tecnologia em favor da sociedade, identificam-se como verdadeiras incubadoras de políticas sociais.

Para Leite (2005), alguns pressupostos característicos de processos democráticos que devem fundamentar os princípios de Gestão Democrática Participativa:

- A. democracia direta: auto legislação, autocrítica e cidadania ativa;
- B. práxis política: construção da democracia e da aprendizagem política antes e durante o processo com impacto nas reformas realizadas;
- C. participação dos sujeitos: protagonismo de diferentes atores, em que todos podem exercer funções de governo por períodos alternados;
- D. instituição como bem público: instituição pertencente ao cidadão e a sociedade, em prol do bem comum, sem vincular-se a interesses individuais associados a empresas ou partidos;
- E. avaliação como bem público: avaliação da ação pedagógica, de sua responsabilidade social e do bem comum.

Uma vez que tais procedimentos são concebidos como um processo social, envolve a participação deliberativa de todos os segmentos escolares e comunidade, a pedagogia social entra neste contexto como potencializadora da auto-organização dos coletivos e para isso, há necessidade de conhecer a realidade e dominar o conteúdo das ciências, para a proposição de reflexões, análises e ações, dentro dos ambientes da escola, como a sala de aula. Prática que, se executada, poderá conduzir os diversos coletivos ao comprometimento solidário, às negociações de qualidade e ao compartilhamento de responsabilidades.

- Garantir espaços de debate e discussões;
- Construção coletiva e processual;
- Existe a possibilidade de escolha na sala de aula? Os servidores garantem escolhas na sala de aula?
- A gestão democrática não é representada por uma pessoa apenas, seja ele o diretor ou o reitor;
- O princípio da gestão democrática está incorporado em todas as instâncias?
- Baixo movimento propositivo no campus, pouco envolvimento dos servidores. Quando há propostas, há pouco incentivo;
- Prazos curtos e pouca apropriação dos processos;
- Apesar da gestão local, há uma hierarquia;
- O que é democracia?
- Qual é o papel do gestor?
- Um dos princípios da democracia é pensar na coletividade;
- Só nos responsabilizamos por aquilo que nos apropriamos.

Conselho de Câmpus - CONCAM

O Conselho de Câmpus (CONCAM) é o órgão normativo, consultivo e deliberativo no âmbito de cada câmpus do IFSP, sendo regido pelo regimento aprovado pelo Conselho Superior (CONSUP), a Resolução nº 45, de 15 de junho de 2015.

Dentre outras questões, cabe ao CONCAM aprovar as diretrizes e metas de atuação do câmpus e zelar pela adequada execução de sua política educacional; debater e aprovar as questões relativas aos relatórios de gestão e propostas de gastos orçamentários; discutir e aprovar o Projeto Político Pedagógico (PPP) e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), além das normas e regulamentos internos, dos projetos pedagógicos de cursos e suas alterações. Ou seja, as decisões do Conselho de Câmpus afetam a vida de toda a comunidade acadêmica.

No Câmpus Bragança Paulista, o CONCAM é composto por três titulares e três suplentes de cada segmento (discente, docente e técnicos administrativos em educação), escolhidos por seus pares, além de representantes da comunidade externa (egressos, sociedade civil organizada e poder público estadual ou municipal), com um mandato de dois anos.

3.3 - Ensino (processos, metodologia, avaliação)

Segundo o estatuto do IFSP, em seu inciso I, Artigo 4º do Capítulo III, é princípio norteador da sua prática: “o compromisso com a justiça social, a equidade, a cidadania, a ética, a preservação do meio ambiente, a transparência e a gestão democrática.” Ora, esse princípio pontua claramente o caráter integrador da concepção de educação que deve ser realizada, não apenas porque busca integrar o processo educativo como um todo, mas sobretudo porque o relaciona à sociedade e o identifica com ela. Essa integração deve acontecer, assim, na forma de uma efetiva construção e de um fortalecimento da cidadania, da ética e da democracia, garantindo o comprometimento do IF com a justiça social, dadas as condições econômicas e materiais vivenciadas, sem perder de vista a preocupação com o equilíbrio ambiental e a sua preservação.

Cada Instituto Federal está inserido em um contexto socioeconômico e cultural diferente, que apresenta características e peculiaridades próprias. Dessa forma, os princípios norteadores e os pressupostos pedagógicos do IFSP precisam objetivar uma relação com a sociedade em que ele está instalado, de maneira a contribuir para o desenvolvimento cultural e socioeconômico local, regional e do próprio país, através da formação e qualificação de cidadãos para os diversos setores da sociedade, com o propósito de que, por meio da investigação e da pesquisa, possa gerar soluções técnicas e tecnológicas às demandas da sociedade e às peculiaridades da região onde está inserido.

Diante do exposto, o processo de avaliação, com o fito de contemplar o desenvolvimento da laboração do ensino-aprendizagem individual e coletivo, será norteado pela concepção formativa, processual e contínua. Tal perfil, indica ainda a contextualização dos conhecimentos e das atividades desenvolvidas, realizada de forma diagnóstica, contínua, processual e cumulativa. Ainda sobre esse tema, a Organização Didática evidencia que:

Art. 133. A avaliação deverá ser contínua e cumulativa, assumindo, de forma integrada, no processo ensino-aprendizagem, as funções

diagnóstica, formativa e somativa, com preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

§ 1º. A avaliação dos aspectos qualitativos compreende, além da acumulação de conhecimentos (avaliação quantitativa), o diagnóstico, a orientação e a reorientação do processo ensino-aprendizagem, visando ao aprofundamento dos conhecimentos e ao desenvolvimento de habilidades e atitudes pelos(as) estudantes. (IFSP, 2016, título V, capítulo III, p. 48).

Assim sendo, pode-se considerar diversos instrumentos, a fim de efetivar a avaliação da aprendizagem nos termos supracitados. Entre eles, vale elencar: exercícios, trabalhos individuais e/ou coletivos, fichas de observações, relatórios, auto avaliação, provas escritas, práticas e/ou orais, seminários, ações interdisciplinares, Projetos Integradores, visitas técnicas, Trabalho de Conclusão de Curso, Estágio Curricular Supervisionado e outros. Consoante às necessidades pedagógicas, o processo avaliativo poderá ocorrer de forma presencial, remoto ou considerando ambas modalidades de ensino.

Deve-se ainda evidenciar o caráter de transparência dentro do processo avaliativo, o qual será assegurado ao corpo discente o direito de conhecer os resultados, a partir de vistas dos referidos instrumentos. Sendo assim, é imperativo que haja um registro acadêmico, compreendendo desde a apuração de frequência das atividades didáticas até a síntese das ações pedagógicas desenvolvidas, “incluindo estudos de recuperação da aprendizagem, e a avaliação do aproveitamento acadêmico em todos os componentes curriculares” (IFSP, 2016, título V, capítulo III, p. 49). Deve-se considerar ainda, concretizando o IFSP como espaço de inclusão, que para o estudante com deficiência haverá adoção de instrumentos e critérios de avaliação que considerem sua singularidade. Por fim, quanto aos critérios de aprovação e reprovação dos discentes da Educação Básica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, vale o exposto na Resolução Normativa IFSP n.º 02/2021, de 29 de junho de 2021.

Para que seja possível esse tipo de processo avaliativo, os métodos educativos empregados devem estar de acordo aos preceitos também indicados nas Organizações Didáticas. É importante enfatizar que esses princípios necessitam ser compreendidos tanto no processo de organização pedagógica, como em sua relação com a sociedade, assegurando um ensino de qualidade, nos diversos níveis em que se oferta a educação profissional e tecnológica. Seu objetivo, afinal, é integrar a preparação para o mundo do trabalho a uma formação acadêmica crítica e cidadã, derrubando assim as barreiras entre o ensino técnico e o científico e projetando uma educação que articule em seus pressupostos as bases do trabalho, da ciência e da cultura em geral, visando tornar os IFs centros de excelência, em especial no ensino de ciências e ciências aplicadas.

Dessa forma, é importante priorizar uma metodologia que permita a inserção do educando como agente de sua aprendizagem, ou seja, que promova a participação efetiva do discente na construção de seu conhecimento. Nessa esfera, uma das possibilidades metodológicas é trazer para a sala de aula os problemas do mundo atual e/ou situações-problema que simulem a realidade, com a finalidade de que os envolvidos possam sugerir propostas de resolução ou possíveis encaminhamentos, promovendo-se o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico, fazendo uso de Metodologias Ativas.

No que tange à Formação Continuada de Professores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), constitui-se em um conjunto de

atividades e ações voltadas para o processo de desenvolvimento e aperfeiçoamento profissional dos docentes. Iniciando-se no ano de 2014, a Formação Continuada busca a valorização do profissional, assim como a constante reflexão sobre a prática docente, concebendo o câmpus como local privilegiado de construção e produção coletivo de conhecimento, onde é necessário estabelecer discussões contextualizadas sobre o fazer pedagógico.

Em 29 de setembro de 2014, de acordo com o Memorando Circular 001/DAP/PRE, a Pró-Reitoria de Ensino (PRE), criou-se a Diretoria de Ações Pedagógicas (DAP), hoje denominado Departamento de Articulação Pedagógica, Ações Inclusivas e Formação Continuada (DAPE), que tem por finalidade, dentre outras, de identificar e desenvolver projetos voltados para a formação continuada em parceria com os demais Departamentos e Diretorias da Pró-reitoria de Ensino. Assim o DAPE incentivou e orientou a criação de comissões nos diferentes câmpus.

A Resolução N°138/2015, de 08 de dezembro de 2015, que aprova a Política de Formação Continuada de Professores do IFSP, estabelece que as ações de Formação Continuada de Professores do IFSP têm por objetivo:

1. Promover a valorização do profissional da educação, por meio de sua constante formação para as atividades educacionais, culturais, técnicas, Científicas e extensionistas;
2. Propiciar a reflexão crítica sobre o fazer pedagógico;
3. Realizar a formação continuada de professores, por meio de encontros e/ou reuniões pedagógicas, abordando questões ligadas à prática docente, também em busca de alternativas frente aos desafios do contexto educativo;
4. Propiciar estudos de referenciais teóricos e da legislação educacional para subsidiar as ações pedagógicas;
5. Contribuir com a prática docente no que tange ao processo de ensino e aprendizagem;
6. Incentivar e apoiar as iniciativas de formação continuada promovidas pelos servidores;
7. Promover discussões e divulgar materiais pertinentes aos temas abordados na formação continuada;
8. Oferecer suporte pedagógico às demandas identificadas;
9. Promover ações para o desenvolvimento e aprofundamento dos saberes docentes, em suas dimensões técnicas, científicas e pedagógicas. (IFSP, 2015)

Atualmente, a Equipe de formação continuada é formada por dois representantes da Coordenadoria Sociopedagógica e docentes representantes das seguintes áreas: Componentes Curriculares da Base Nacional Comum, Eixo Tecnológico Controle e Processos Industriais, Eixo Informática e Comunicação e Licenciatura em Matemática. Tal representação de cada área ou curso é importante, na medida que contempla as demandas específicas de cada área, diversificando a equipe.

A equipe participa de formações e reuniões com o DAPE, realiza reuniões periódicas entre os membros para tratar de temas específicos à formação continuada (organização, planejamento, execução e avaliação) e discutir sobre as demandas docentes. A organização dos encontros também vem sendo realizada em conjunto com as demais coordenadorias e coordenações de curso. Os encontros de formação continuada são

realizados mensalmente, em dias que já constam no calendário acadêmico-administrativo e em horários já estabelecidos previamente. São abordados temas diversos que dizem respeito à prática docente e atuação profissional, interação professor-aluno, diversidade e inclusão, avaliação, uso de tecnologias, metodologias de ensino, dentre outros.

Para que tais pressupostos sejam colocados em prática é preciso, além de uma educação integradora e crítica, a compreensão da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Esse tripé torna-se a base para que os conhecimentos, as habilidades e os valores formulados dentro do processo educativo possam ser constantemente debatidos e refletidos. Por meio da criticidade, da criatividade e do contato com a realidade, almeja-se a geração e a produção de inovações que conduzam a novos fatos, novos dados, e mesmo a projetos de intervenção e de transformação, produzindo uma interlocução entre os saberes e as experiências apreendidos nos Institutos com a comunidade e a sociedade em geral.

3.4 - Pesquisa (visão e ações/projetos)

A lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, prevê a realização e o estímulo da pesquisa aplicada, da produção cultural, do empreendedorismo, do cooperativismo e do desenvolvimento científico e tecnológico no âmbito das atividades dos Institutos Federais, em seu artigo 6º, inciso VIII.

Dessa forma, a pesquisa é compreendida como princípio educativo, ou seja, como processo de produção de conhecimentos, como atividade essencial para promoção da aprendizagem, por meio da qual ocorre a formação dos conceitos científicos e o desenvolvimento das atividades mentais superiores (VIGOTSKI, 2001).

Como elemento do processo pedagógico, a pesquisa aplicada contribui diretamente no processo de ensino e aprendizagem, permitindo formação para o exercício da cidadania e para o desempenho de atividades profissionais. A pesquisa é, portanto, uma ação intelectual que dialoga com as questões postas pelo mundo que cerca o educando, estimulando sua criatividade, propiciando novas descobertas, aprendizagens e estímulo ao pensamento crítico e criativo.

A articulação das atividades de ensino, pesquisa e de extensão sustenta as principais metas do IFSP, em consonância com o princípio constitucional de indissociabilidade dessas atividades educacionais (Art. 207 da Constituição Federal). Assim, como pressuposto político-educativo temos a pesquisa contribuindo diretamente para efetivação do Direito à Educação, conforme assevera Libâneo (2003), dentro de uma perspectiva social, constituída de significação e promotora de transformações.

Nesse âmbito, o câmpus Bragança Paulista, em consonância com as diretrizes do IFSP, desenvolve ações e programas de iniciação científica. As principais modalidades de iniciação científica do IFSP são: o Programa de Iniciação Científica Institucional (PIBIFSP), regulamentado pela Portaria do IFSP nº 3.904 de 04 de dezembro de 2018; o Programa Iniciação Científica Voluntária (PIVICT), regulamentado pela Portaria do IFSP nº 3.903, de 04 de dezembro de 2018. Além disso, são estimulados a participação em programas de iniciação científica de agências de fomento (PIBIT/PIBIC/PIBIC-EM).

Os projetos de pesquisa submetidos são avaliados pelo Comitê de Pesquisa (Compesq), que é formado por pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, sendo responsável por fomentar, acompanhar e analisar as atividades de pesquisa, inovação e

pós-graduação do câmpus bem como estimular a associação destas atividades com as de extensão e ensino.

Todos os estudantes regularmente matriculados nos diferentes cursos do câmpus são estimulados a participar dos projetos de pesquisa.

Adicionalmente, as ações de pesquisa também apoiam e incentivam a implementação e consolidação de grupos de pesquisa, a integração de pesquisadores em torno de temáticas de interesse comum e na difusão do conhecimento produzido no âmbito do câmpus. Essa política está regulamentada pela Portaria do IFSP nº 3.815, de 27 de novembro de 2018, que estabelece as condições e diretrizes para a criação, certificação, manutenção e acompanhamento das atividades dos grupos de pesquisa no âmbito do IFSP.

Como estratégia de divulgação científica e tecnológica são realizados no câmpus eventos como: Congresso Científico da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia no IFSP (CONCISTEC), Semana da Ciência e Tecnologia do Câmpus Bragança Paulista (Semtec), Semana de Matemática e Educação Matemática Câmpus Bragança Paulista (Semat) e a Feira de Ciência e Tecnologia da região bragantina (Bragantec), esta última voltada para estudantes da educação básica. A Bragantec tem por objetivo incentivar a criatividade e a inovação dos estudantes; despertar vocações científicas e/ou tecnológicas; e identificar jovens talentosos que possam ser estimulados a seguirem carreiras científico-tecnológicas.

O IFSP também conta com o Programa Institucional de Incentivo à Participação em Eventos Científicos e Tecnológicos para servidores do IFSP (PIPECT), aprovado pela Resolução nº 41, de 6 de maio de 2014; e com o Programa institucional de incentivo à participação estudante em eventos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (PIPDE).

Atualmente o grande desafio da pesquisa no câmpus Bragança Paulista é consolidar-se como elemento do processo pedagógico, por meio do qual o estudante e o docente sejam capazes de fazer da pesquisa uma atividade indissociável das atividades de ensino e extensão, tendo em vista a consolidação dos conceitos científicos, entendendo-a como primordial para o desenvolvimento da autonomia intelectual e, portanto, potencializadora de uma educação que possibilita ao indivíduo o desenvolvimento de sua capacidade de gerar conhecimentos a partir de uma prática dialógica com a realidade.

3.5 - Extensão (visão e ações/projetos)

As atividades de extensão do câmpus Bragança Paulista, em todos os níveis de ensino, pautadas na Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, visam articular as atividades de ensino e pesquisa, desenvolvidas no IFSP, com as demandas sociais, promovendo diálogo permanente e amplo com a sociedade.

As ações de extensão caracterizam-se pela articulação do conhecimento científico advindo do ensino e da pesquisa com as necessidades e demandas da comunidade onde o IFSP se insere, interagindo e transformando a realidade social, possibilitando a formação de consciência crítica tanto da comunidade interna do IFSP (docentes, discentes e técnicos-administrativos), quanto dos diversos atores sociais envolvidos.

Assim, por meio da Extensão, os Institutos Federais garantem a articulação com os diferentes segmentos sociais e com o mundo do trabalho; propiciam espaço privilegiado de vivências e de trocas de experiências e saberes; promovem a reflexão crítica dos envolvidos; impulsionam o desenvolvimento socioeconômico, equitativo e sustentável.

A Política Nacional de Extensão Universitária define as cinco diretrizes que devem orientar a formulação e implementação das ações de extensão, pactuadas no FORPROEX:

Interação Dialógica, Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade, Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão, Impacto na Formação do Estudante e Impacto e Transformação Social.

“A extensão é um processo educativo, cultural, político, social, científico e tecnológico que promove a interação dialógica e transformadora entre as instituições e a sociedade, levando em consideração a territorialidade. (FORPROEXT, 2015.)”

As ações de extensão desenvolvidas no âmbito do IFSP são regulamentadas pela Portaria 2.968 de 24 de agosto de 2015. Essas ações podem ser caracterizadas como programa, projeto, curso de extensão, evento e prestação de serviço. Todas devem ser desenvolvidas com a comunidade externa e participação, com protagonismo, de estudantes.

Os projetos e programas promovem a interação da comunidade com os docentes, estudantes e técnicos administrativos envolvidos, enriquecendo o processo educativo, a prática da cidadania e o exercício profissional. Mantido pelo IFSP, destinado a seus estudantes, o Programa de Bolsas de Extensão tem base na Resolução do Conselho Superior do IFSP N° 568, de 5 de abril de 2012, sendo regulamentado pela Portaria N° 3639, de 25 de julho de 2013.

Os cursos de extensão caracterizam-se por serem uma ação pedagógica de caráter teórico e prático, presencial ou a distância, planejada e organizada de modo sistemático para atender às necessidades da sociedade, visando ao desenvolvimento, à atualização e ao aperfeiçoamento de conhecimentos.

A extensão também se materializa por meio de atividades articuladas com o mundo do trabalho, como o estágio supervisionado, o programa jovem aprendiz, a empresa júnior e o acompanhamento de egressos. A articulação com os arranjos produtivos locais e regionais pode se dar por meio de celebração de convênios e acordos de cooperação com instituições locais, regionais, nacionais e internacionais.

As atividades de extensão reafirmam o princípio constitucional da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, expresso no art. 207 da Constituição Federal que atesta a extensão como processo educativo que adquire maior efetividade quando aliada ao ensino (formação de pessoas) e à pesquisa (geração de conhecimento).

Capítulo 4 - Estrutura e organização dos cursos

Como instituição de ensino, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP cumpre com os objetivos da educação nacional, especialmente em relação à sua especificidade: educação básica e profissional e educação superior. Assim, caracteriza-se pela “oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas”, nos 51 termos da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais.

Nesse sentido, a concepção de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) orienta os processos de formação com base nas premissas da integração e da articulação entre ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos e do desenvolvimento da capacidade de investigação científica como dimensões essenciais à manutenção da autonomia e dos saberes necessários ao permanente exercício da laboralidade, que se traduzem nas ações de ensino, pesquisa e extensão. Por outro lado, tendo em vista que é essencial à educação profissional e tecnológica contribuir para o progresso socioeconômico, as atuais políticas dialogam efetivamente com as políticas sociais e econômicas, dentre outras, com destaque para aquelas com enfoques locais e regionais.

Em busca de uma formação humana e cidadã que precede a qualificação para o exercício da laboralidade e pauta-se no compromisso de assegurar aos profissionais formados a capacidade de manter-se permanentemente em desenvolvimento, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo articula a educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino.

4.1 - Cursos Técnicos Integrado ao Ensino Médio

O curso técnico integrado ao ensino médio é oferecido a quem já concluiu o Ensino Fundamental. O curso garante tanto a formação do Ensino Médio quanto a técnica profissional. Tem duração de 3 anos e a forma de ingresso é por meio de histórico escolar. Atualmente, o Campus Bragança Paulista do IFSP oferece os seguintes cursos: eletroeletrônica, mecânica e informática

Eletroeletrônica

O curso Técnico em Eletroeletrônica Integrado ao Ensino Médio, pertencente ao eixo tecnológico “Controle e Processos Industriais”, é ofertado no Campus Bragança Paulista na modalidade presencial aos alunos que concluíram o ensino fundamental, garantindo tanto a formação do ensino médio quanto a técnica profissional. Ao longo do curso são desenvolvidas atividades teóricas e práticas que permitem o pleno desenvolvimento das habilidades dos estudantes, objetivando uma formação integral nesta etapa da educação básica. O ingresso se dá por meio de Processo Seletivo realizado anualmente, sendo a carga horária do curso distribuída em três anos letivos, organizados a partir dos calendários escolares anuais. O trabalho didático pedagógico desenvolvido no curso tem como balizadores centrais os objetivos do curso e o perfil do egresso, estabelecidos neste

documento a partir do Currículo de Referência do Curso Técnico em Eletroeletrônica Integrado ao Ensino Médio do IFSP (Resolução 59/2021).

Objetivos do curso

1. Desenvolver a criatividade, o espírito crítico, a capacidade para análise e síntese, o autoconhecimento, a sociabilização, a autonomia e a responsabilidade nos estudantes. A formação deve garantir a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos industriais, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina;
2. Formar profissionais competentes e capacitados para atuar no mercado de trabalho com ética e responsabilidade social e ambiental, observando as normas técnicas e de segurança na produção de bens, serviços e conhecimentos, bem como a formação humana e cidadã, alicerçada na articulação entre ciência, tecnologia e cultura;
3. Fomentar a atuação como técnico dentro de normas de Saúde, Segurança e Meio Ambiente;
4. Fomentara realização de atividades de manutenção, instalação, reparação e melhorias de sistemas eletroeletrônicos, com capacidade e competências de coordenação de equipes de trabalho, planejamento, desenvolvimento e avaliação de projetos;
5. Fomentar a atuação na execução, instalação, manutenção e integração de equipamentos e sistemas industriais;
6. Desenvolver projetos de manutenção de instalações e de sistemas industriais, caracterizando e determinando aplicações de materiais, acessórios, dispositivos, instrumentos, equipamentos e máquinas;
7. Desenvolver as habilidades lógico-matemáticas em sua aplicação à resolução de problemas práticos no ambiente de trabalho e na sociedade;
8. Ler e interpretar desenhos e representações gráficas utilizados na eletroeletrônica em projetos de instalações, máquinas e equipamentos;
9. Identificar os elementos de conversão, transformação, transmissão e distribuição de energia, aplicando-os nos trabalhos de implantação e manutenção do processo produtivo, além de coordenar atividades de utilização e conservação de energia, propondo a racionalização de uso e de fontes alternativas;
10. Integrar o cidadão como elemento capaz de pensar soluções às necessidades específicas de sua comunidade e qualificar os processos econômicos nos quais está inserido;
11. Formar um profissional de forma integral com cidadania e responsabilidade social e ambiental;
12. Elaborar projetos, layout, diagramas e esquemas, correlacionando-os com as normas técnicas e com os princípios científicos e tecnológicos, levando em consideração a quantificação dos custos e os prazos do projeto;
13. Formar profissionais capazes de atuar na função de técnico;
14. Aplicar normas técnicas e especificações de catálogos, manuais e tabelas em projetos, processos de fabricação, instalação de máquinas e equipamentos e, também, na manutenção industrial;
15. Ler e interpretar desenhos e representações gráficas utilizados na eletroeletrônica em projetos de instalações, máquinas e equipamentos;

16. Atuar em instalação e manutenção preditiva, corretiva e preventiva de equipamentos e sistemas eletroeletrônicos. Realizar ensaios e instalações de equipamentos eletroeletrônicos;
17. O curso irá disponibilizar ao aluno um conjunto de conhecimentos de programação, redes e integração de protocolos visando a sua capacidade de projetar e manter programas e redes industriais dos sistemas de automação;
18. Aplicar técnicas e métodos de medição e controle de grandezas físicas;
19. Atuar de acordo com as normas técnicas de saúde e segurança no trabalho e de controle de qualidade;
20. Aplicar normas técnicas de saúde e segurança no trabalho e de controle de qualidade no processo industrial. Coordenar e desenvolver equipes de trabalho que atuem na instalação, na produção e na manutenção preditiva, corretiva e preventiva, aplicando métodos e técnicas de gestão administrativa e de pessoal;
21. Capacitar o aluno no projeto, especificação e montagem de equipamentos e sistemas automatizados controlados com variáveis contínuas e/ou discretas;
22. Atuar de acordo com as normas técnicas de saúde e segurança no trabalho e de controle de qualidade;
23. Desenvolver sua visão técnico-humanista a partir de atividades didático-pedagógicas, que trabalhem: a objetividade, diversidade sexual, de gênero e étnico-racial, dedução, indução, análise, síntese e raciocínio complexo para a solução de problemas e desafios;
24. Integrar o cidadão como elemento capaz de pensar soluções às necessidades específicas de sua comunidade e qualificar os processos econômicos nos quais está inserido;
25. Compreender interações entre organismos e ambiente, fenômenos naturais e processos químicos relacionados com a vida humana, relacionando conhecimentos científicos, aspectos culturais, novas tecnologias, características individuais e consequências ambientais e sociais;
26. Entender e problematizar o desenvolvimento da sociedade em suas contradições em seus conflitos, como processo de ocupação de espaços físicos e as relações da vida humana com a paisagem, em seus desdobramentos político-sociais, culturais, econômicos e humanos;
27. Interpretar os conhecimentos sobre a pessoa, a sociedade, a economia, as práticas sociais e culturais em condutas de indagação, análise, problematização e protagonismo diante de situações novas, problemas ou questões da vida pessoal, social, política, econômica e cultural;
28. Ser capaz de ler e produzir textos provenientes de diferentes linguagens, reconhecendo gêneros discursivos, estratégias e recursos expressivos de que se compõem; além de mobilizar, relacionar e organizar informações intra e extra textuais como modo de ampliar sua capacidade crítica, bem como suas possibilidades de acesso a diferentes culturas;
29. Permitir aos estudantes vivenciar, experimentar, valorizar e apreciar os benefícios advindos da cultura de movimento, bem como construir a percepção e compreensão crítica dos sentidos e significados das suas diversas manifestações na sociedade contemporânea; permitir-lhes ainda o entendimento de si mesmos como sujeitos mergulhados em diferentes realidades culturais nas quais não se dissociam corpo, movimento e intencionalidade, destacando a criatividade e a ludicidade com elementos fundamentais no processo formativo;

30. Reconhecer padrões para classificar e solucionar situações-problema, utilizando os diversos conceitos operacionais da matemática para não só resolver o raciocínio lógico, mas também para aplicar em outras diversas áreas do conhecimento e no próprio cotidiano.

Perfil do egresso

O egresso compreende o mundo e os processos produtivos que o transformam a partir de uma formação integral que articula conhecimentos científicos, culturais e tecnológicos e atua criticamente em face às transformações do mundo do trabalho, ao impacto das novas tecnologias e às flutuações da economia globalizada. Em sua formação integral, relaciona conhecimentos das áreas do Ensino Médio aos conteúdos do Eixo Tecnológico de Controle e Processos Industriais, mais especificamente na área de Eletroeletrônica, permitindo-lhe prosseguir seus estudos e responder aos desafios de sua carreira. No exercício profissional, o técnico em Eletroeletrônica planeja e executa a instalação e manutenção de equipamentos e instalações eletroeletrônicas industriais. Projeta e instala sistemas de acionamento e controle eletroeletrônicos. Aplica medidas para o uso eficiente da energia elétrica e de fontes de energias alternativas. Elabora, desenvolve e executa projetos de instalações elétricas em edificações em baixa tensão. Realiza medições, testes e calibrações de equipamentos eletroeletrônicos. Executa procedimentos de controle de qualidade e gestão. Inspecciona componentes, produtos, serviços e atividades de profissionais da área de Eletroeletrônica. Em sua atuação cidadã, compreende as demandas e expectativas da comunidade regional e local, e intervém de forma responsável e ética, respeitando as diferenças, reconhecendo a diversidade sexual, de gênero e étnico-racial e contribuindo para a inclusão social e para o desenvolvimento sustentável.

Informática

O curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, pertencente ao eixo tecnológico “Informação e Comunicação”, é ofertado no Campus Bragança Paulista na modalidade presencial aos alunos que concluíram o ensino fundamental, garantindo tanto a formação do ensino médio quanto a técnica profissional. Ao longo do curso são desenvolvidas atividades teóricas e práticas que permitem o pleno desenvolvimento das habilidades dos estudantes, objetivando uma formação integral nesta etapa da educação básica. O ingresso se dá por meio de Processo Seletivo realizado anualmente, sendo a carga horária do curso distribuída em três anos letivos, organizados a partir dos calendários escolares anuais. O trabalho didático pedagógico desenvolvido no curso tem como balizadores centrais os objetivos do curso e o perfil do egresso, estabelecidos neste documento, a partir do Currículo de Referência do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio do IFSP (Resolução 67/2021).

Objetivos do curso

1. Promover a integração entre a educação básica e a educação profissional, consolidando e aprofundando os conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental;
2. Preparar o aluno para sua integração ao mundo do trabalho, contemplando as dimensões do eixo tecnológico Informação e Comunicação;
3. Assumir como princípios balizadores em suas práticas educativas o respeito aos direitos humanos e o reconhecimento da diversidade, pautado pelos princípios da

- igualdade nas relações sociais, étnicos-raciais, religiosa, sexual e de gênero e o reconhecimento e respeito às diferenças;
4. Formar profissionais que apliquem os conhecimentos científicos e tecnológicos voltados para o desenvolvimento, o teste, a atualização e a manutenção de sistemas computacionais, de acordo com as tendências atuais da área de tecnologia;
 5. Oportunizar reflexões sobre o exercício da cidadania no ambiente de atuação profissional e na vida social, por meio do respeito ao pluralismo de ideias e atitudes éticas;
 6. Propiciar o desenvolvimento educacional do sujeito para continuar os estudos, articulando-os com os fundamentos científicos da pesquisa e extensão, por meio de processos educativos que promovam a autonomia, a cidadania e o protagonismo na construção de seu projeto de vida e que garantam a indissociabilidade entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura;
 7. Proporcionar uma formação geral integrada, possibilitando a compreensão de maneira crítica e autônoma de sua atuação no mundo como cidadãos e profissionais técnicos de qualidade, estimulando a inovação tecnológica;
 8. Possibilitar a análise de situações-problema e avaliar aplicações do conhecimento científico e tecnológico e suas implicações no mundo, utilizando procedimentos e linguagens próprios das Ciências da Natureza;
 9. Desenvolver o reconhecimento e utilizar os conhecimentos historicamente produzidos pela ciência da natureza para laborar argumentos, realizar previsões e propostas de intervenção, pautadas em evidências científicas e fundamentar decisões éticas e responsáveis;
 10. Promover ações coletivas que aperfeiçoem processos produtivos, minimizem impactos socioambientais, sendo capaz de comunicar suas descobertas e conclusões a públicos variados, em diversos contextos e por meio de diferentes mídias e tecnologias digitais de informação e comunicação;
 11. Possibilitar o estudo sistemático dos fenômenos, processos e características físicas, químicas e biológicas dos diversos materiais, espaços e seres vivos, de forma a compreender as peculiaridades e consequências de alterações o ambiente e na diversidade da vida;
 12. Promover a análise e problematizar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos e espaços;
 13. Oportunizar a compreensão dos processos históricos que geram e transformam as sociedades e geram classes hegemônicas e dominantes;
 14. Desenvolver a compreensão que as transformações históricas dentro do desenvolvimento de processos mais amplos que envolvem realidades regionais, nacionais e internacionais implicam em consequências que podem significar permanências ou transformações, e mesmo rupturas, em estruturas sociais e na cultura, na infraestrutura econômica e na superestrutura que corresponde ao Estado, que estão em permanente transformação;
 15. Promover a valorização e reflexão a respeito do patrimônio histórico e cultural e de seus significados, favorecendo a reflexão, argumentação e construção da memória histórica das classes e setores subalternos, dominados e marginalizados da sociedade;
 16. Promover o desenvolvimento da consciência crítica acerca da realidade sócio-histórica, cultural e política e do mundo do trabalho;

17. Formar profissionais com visão humanística e técnica capazes de compreender a produção material e imaterial da humanidade, reconhecendo todas as manifestações artísticas e culturais como parte do patrimônio histórico e cultural da humanidade e de sua própria sociedade e como produtos das transformações materiais vividas por diferentes grupos humanos em diferentes contextos históricos;
18. Promover o conhecimento do legado intelectual e cultural da humanidade por meio do estudo das diferentes correntes filosóficas;
19. Formar profissionais que possuam o entendimento de sua inserção e ocupação do espaço geográfico e as relações da vida humana com a paisagem, em seus desdobramentos político-sociais, culturais, econômicos e humanos;
20. Promover o desenvolvimento de estratégias, conceitos e procedimentos matemáticos, em unidades de conhecimento da Matemática – Números e Álgebra, Geometria e Medidas, Probabilidade e Estatística – para interpretar, construir modelos e resolver problemas em diversos contextos;
21. Proporcionar aos estudantes experiências que lhes permitam articular conhecimentos matemáticos ao propor e/ou participar de ações para investigar desafios do mundo contemporâneo, incluindo as implicações da tecnologia no mundo do trabalho, por meio de conceitos, procedimentos e linguagens próprios da Matemática;
22. Propiciar espaços formativos que reconheçam a matemática além de seu caráter instrumental, colocando-se como área do conhecimento advinda da construção humana, com características próprias de investigação e de linguagem;
23. Fomentar o domínio da linguagem matemática e suas relações com o mundo e com as Ciências, incentivando a compreensão e utilização diferentes registros de representação matemáticos (algébrico, geométrico, estatístico, computacional etc.), na busca de solução e comunicação de resultados de problemas, de modo a favorecer a construção e o desenvolvimento do raciocínio matemático;
24. Proporcionar os conhecimentos necessários para o entendimento dos significados, da estrutura e da função dos conceitos matemáticos; de tal forma que o estudante possa relacionar conceitos teóricos com situações reais e estabelecer relações com outras áreas do saber;
25. Incentivar o olhar crítico e a postura criativa dos estudantes frente à Matemática e proporcionar aos estudantes experiências que permitam o desenvolvimento de diferentes maneiras de pensar, representar, comunicar, argumentar e transformar a realidade por meio do conhecimento matemático;
26. Oportunizar a investigação e a elaboração de conjecturas a respeito de diferentes conceitos e propriedades matemáticas, empregando recursos e estratégias como observação de padrões, experimentações e tecnologias digitais na construção de sistemas computacionais, evidenciando a lógica existente na Informática, tanto na estruturação de sistemas como na elaboração de softwares;
27. Oportunizar a compreensão das línguas como fenômeno (geo)político, histórico, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso, reconhecendo-as e vivenciando-as como formas de expressões identitárias, pessoais e coletivas, bem como incentivar o respeito às variedades linguísticas e a ação no enfrentamento de preconceitos de qualquer natureza, na promoção e na garantia da democracia, dos direitos humanos, da consciência socioambiental e do consumo responsável, em âmbito local, regional e global, evidenciando o respeito a diversidade de saberes, identidades e culturas;

28. Fomentar o uso das diferentes formas de linguagens, códigos e suas tecnologias considerando-as como meios de busca e produção de signos e significados ao expressarem, investigarem e se comunicarem por intermédio das artes, da motricidade, da oralidade e da escrita;
29. Proporcionar a aprendizagem de diferentes manifestações da cultura corporal, possibilitando ao discente reconhecer e valorizar as diferenças de desempenho, linguagem e expressão, além de identificar, na convivência e nas práticas pacíficas, maneiras eficazes de crescimento coletivo, dialogando, refletindo e adotando uma postura democrática sobre diferentes pontos de vista postos em debate;
30. Propiciar espaços formativos que oportunizem a compreensão do funcionamento das diferentes linguagens e práticas culturais (artísticas, corporais e verbais), mobilizando-as na recepção e produção de conhecimentos, pautados em formação integral com vistas ao exercício da cidadania para atuação como agente modificador nas várias esferas sociais;
31. Capacitar os discentes a ler, articular, interpretar e expressar-se por meio de símbolos e códigos em diferentes linguagens e representações, estabelecendo estratégias de solução e articulando os conhecimentos das várias ciências e outros campos do saber, em uma perspectiva histórico-social e formação de consciência crítica e da própria identidade;
32. Possibilitar o domínio da análise, interpretação e aplicação dos recursos expressivos das linguagens, relacionando textos e discursos com seus contextos de produção e circulação para a apresentação de ideias e projetos voltados à ciência e tecnologia;
33. Capacitar os estudantes a lerem e produzirem, com destreza e criatividade, diversos gêneros textuais e artísticos, de modo a desenvolver habilidades de comunicação verbal e corporal para que consigam compreender e se fazerem entender em diferentes contextos, profissionais ou não;
34. Incentivar a realização de produções significativas, individuais e coletivas, em consonância com as necessidades do mundo globalizado moderno, promovendo os Direitos Humanos e o respeito ao meio ambiente;
35. Proporcionar ações para que desenvolvam a relação de qualidade e autoconfiança com as próprias produções (verbais, motrizes e artísticas), possibilitando os processos de construção, expressão e comunicação de suas ideias, análises, argumentos, sentimentos e emoções, tanto em língua vernácula quanto estrangeira;
36. Proporcionar aos estudantes experiências que lhes permitam utilizar e compreender as diferentes linguagens para exercer de forma autônoma, crítica, criativa, ética e solidária sua performance social;
37. Capacitar os estudantes para a análise, reflexão, respeito e preservação das diversas manifestações de Arte – em suas múltiplas funções – utilizadas por diferentes grupos sociais e étnicos, interagindo com o patrimônio nacional e internacional, que se deve conhecer e compreender em sua dimensão sócio-histórica;
38. Fornecer noções para a aplicação de conceitos artísticos que permitam ao aluno conhecer, analisar, refletir e compreender critérios culturalmente construídos e embasados em conhecimentos afins, de caráter filosófico, histórico, sociológico, científico e tecnológico, entre outros;
39. Proporcionar ao aluno amplo conhecimento das línguas Portuguesa e estrangeira (Língua Inglesa e/ou Espanhola) que permitam o uso da norma culta na forma

- escrita e oral em seus contextos formais, além de capacitá-lo na compreensão do uso adequado de suas variações linguísticas, quando necessário;
40. Habilitar o egresso a reconhecer e fazer uso das estruturas gramaticais, do vocabulário e das expressões técnicas pertinentes a sua área de formação, bem como utilizá-las como ferramenta para sua inserção social e no mundo do trabalho;
 41. Inserir o estudante no mundo da literatura, evidenciando sua importância no contexto histórico e sua relevância enquanto instrumento de expressão dos movimentos sociais e culturais e para o despertar do interesse pela leitura;
 42. Mobilizar práticas de linguagem no universo digital e práticas artísticas, corporais e verbais, considerando as dimensões técnicas, críticas, criativas, éticas e estéticas, para expandir as formas de produzir sentidos, de engajar-se em práticas autorais e coletivas, e de aprender a aprender nos campos da ciência, cultura, trabalho, informação e vida pessoal e coletiva;
 43. Valorizar e incentivar a comunicação interpessoal de forma ética e respeitosa, nos diversos ambientes, sejam acadêmicos, profissionais ou sociais.

Perfil do egresso

O egresso do Curso Técnico em Informática atua na sociedade (da qual integra o mundo do trabalho) de forma crítica, ética e transformadora, valorizando aspectos da cidadania, colaborando com ações de inclusão social, respeitando os direitos humanos, reconhecendo as diversidades existentes nas relações sociais e as demandas ambientais. Compreende que o desenvolvimento tecnológico modifica as relações profissionais e interpessoais. Atua em diferentes modalidades do mundo do trabalho, entendendo seu caráter, sua essência e a indissociabilidade entre os saberes práticos e teóricos. Reconhece a diversidade sexual, de gênero e as relações étnico-raciais atuando na desconstrução do machismo e racismo estruturais, do preconceito de qualquer tipo e das mais diversas formas de discriminação e desigualdade sociais, raciais e de gênero, dentro e fora das relações de trabalho. Desenvolve sistemas computacionais com base em metodologias, linguagens de programação, bancos de dados, ambientes de desenvolvimento e tecnologias da engenharia de software. Conhece, instala e configura componentes de hardware, software, sistemas operacionais e redes de computadores locais de pequeno porte. Apresenta formação científica e tecnológica, que lhe permite atuar profissionalmente de forma a integrar trabalho, ciência, tecnologia e cultura, buscando a inovação, considerando o contexto sócio-político, econômico e o desenvolvimento sustentável, estando apto a prosseguir os estudos com autonomia intelectual e criatividade. Articula os conhecimentos em Ciências Humanas, Ciências da Natureza, Linguagens e Matemática ao eixo tecnológico de Informação e Comunicação.

Mecânica

O curso Técnico em Mecânica Integrado ao Ensino Médio, pertencente ao eixo tecnológico “Controle e Processos Industriais”, é ofertado no Campus Bragança Paulista na modalidade presencial aos alunos que concluíram o ensino fundamental, garantindo tanto a formação do ensino médio quanto a técnica profissional. Ao longo do curso são desenvolvidas atividades teóricas e práticas que permitem o pleno desenvolvimento das habilidades dos estudantes, objetivando uma formação integral nesta etapa da educação básica. O ingresso se dá por meio de Processo Seletivo realizado anualmente, sendo a carga horária do curso distribuída em três anos letivos, organizados a partir dos calendários

escolares anuais. O trabalho didático pedagógico desenvolvido no curso tem como balizadores centrais os objetivos do curso e o perfil do egresso, estabelecidos neste documento, a partir do Currículo de Referência do Curso Técnico em Mecânica Integrado ao Ensino Médio do IFSP (Resolução 78/2021).

Objetivos do curso

1. Formar profissionais capacitados a planejar suas ações de maneira ética, solidária e socialmente responsável, habilitando-os, com bases científicas, tecnológicas e humanísticas, por meio da articulação entre arte, filosofia, ciência e técnica e suas implicações para a educação profissional e tecnológica;
2. Proporcionar um processo educativo que articule ensino-pesquisa-extensão, considerando as especificidades regionais, relacionadas aos arranjos produtivos e à realidade socioeconômica dos discentes;
3. Promover o espaço formativo que reconheça e respeite as diversidades e identidades sexuais, de gênero e étnico-raciais de forma articulada com a educação em direitos humanos e discussão do desenvolvimento sustentável pautada na responsabilidade social e ambiental;
4. Utilizar as diferentes formas de linguagem, quais sejam, verbal, artística, corporal e científica para habilitar o estudante a compreender a sociedade, incluindo a leitura e interpretação de desenho técnico, diagramas, componentes e sistemas mecânicos relacionados às normas técnicas de desenho;
5. Capacitar o estudante a apropriar-se da variedade culta oral e escrita da Língua Portuguesa bem como permitir o conhecimento das línguas estrangeiras modernas como forma de acesso à informação e a outras culturas e grupos sociais;
6. Conceber e articular as vivências e experiências históricas, geográficas, sociais, filosóficas e artísticas, desenvolvendo, produzindo e reorganizando os conhecimentos para o exercício democrático da cidadania;
7. Proporcionar a compreensão e utilização de conceitos matemáticos e das ciências da natureza para investigação, interpretação, resolução de situações-problema e tomada de decisões, relacionando-os com sua aplicação na mecânica;
8. Oferecer educação pautada na integração entre a teoria e a vivência da prática profissional, envolvendo as múltiplas dimensões do eixo tecnológico do curso e das ciências e tecnologias a ele vinculadas;
9. Desenvolver competências técnicas e empreendedoras, além de habilidades, para o desempenho de diferentes atividades no campo da mecânica, tais como ferramental técnico, interatividade, criatividade, trabalho em equipe, gerenciamento de projetos e multifuncionalidade;
10. Capacitar o discente a planejar, executar e controlar instalações e manutenções de equipamentos mecânicos e eletromecânicos, ciente das questões éticas e ambientais, de sustentabilidade e viabilidade técnico-econômica envolvidas nos processos industriais;
11. Formar profissionais aptos a operar equipamentos de usinagem, aplicar procedimentos de soldagem e controlar processos de fabricação mecânica, desenvolvendo procedimentos de acordo com as normas técnicas e legislação vigentes;
12. Proporcionar a compreensão das características dos materiais usados para construção mecânica, com a aplicação e interpretação de técnicas de medição e ensaios mecânicos destrutivos e não-destrutivos em materiais e produtos;

13. Propiciar conhecimentos de controle da qualidade dos produtos e processos;
14. Habilitar o estudante no conhecimento de normas técnicas de higiene e segurança do trabalho e legislações ambientais.

Perfil do egresso

O técnico em mecânica é habilitado com bases científicas, tecnológicas e humanísticas, capaz de atuar profissionalmente no mundo do trabalho de forma proativa, crítica, empreendedora e ética, considerando o contexto sócio-político e econômico, orientando suas ações na perspectiva do desenvolvimento sustentável. Identifica as oportunidades, expectativas e demandas existentes na comunidade local e regional, e está apto a realizar escolhas que impliquem uma participação cidadã, com vista à inclusão social, aos direitos humanos e respeito e reconhecimento da diversidade sexual, de gênero e étnico-racial. Faz uso de diferentes formas de linguagem para comunicar ideias, valores e percepções em diversos contextos. Elabora projetos de produtos, ferramentas, controle de qualidade, controle de processos e manutenção relacionados a máquinas e equipamentos mecânicos. Planeja, aplica e controla procedimentos de instalação, de manutenção e inspeção mecânica de máquinas e equipamentos, opera equipamentos de usinagem e aplica procedimentos de soldagem. Realiza interpretação de desenho técnico. Controla processos de fabricação e aplica técnicas de medição e ensaios. Especifica materiais para construção mecânica. Faz uso de tecnologias emergentes. Articula, aprofunda e consolida conhecimentos, competências e habilidades referentes aos conteúdos fundamentais das Ciências da Natureza, Matemática, Ciências Humanas e Linguagens com o Eixo Tecnológico, permitindo o prosseguimento dos estudos em qualquer área do conhecimento e a atuação profissional.

4.2 - Cursos Técnicos Concomitante e Subsequente

O curso Técnico Concomitante ou Subsequente é oferecido a quem já concluiu o ensino fundamental e que tenha concluído ou esteja cursando, no mínimo, o segundo ano do Ensino Médio. O ingresso se dá por meio de Processo Seletivo realizado semestralmente.

Técnico em Mecatrônica nas formas Concomitante/Subsequente

O curso Técnico em Mecatrônica é oferecido desde 2012, no período noturno, e a previsão de sua manutenção consta no Plano de desenvolvimento institucional. A partir de 2017 ele passou a ser oferecido também no período vespertino. A maior parte dos estudantes que procura este curso (vespertino) é formado por estudantes do ensino médio da rede pública estadual, principalmente da cidade de Bragança Paulista. Segundo dados da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, existem 24 escolas estaduais no município. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), existiam, no ano de 2018, 6.372 estudantes matriculados no ensino médio em Bragança Paulista (<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/braganca-paulista/panorama>). Além do IFSP, existem outras três instituições que oferecem cursos técnicos na área de controle e processos industriais, sendo duas privadas e uma privada de interesse público, sem fins lucrativos.

Além do curso Técnico em Mecatrônica, o Campus Bragança Paulista oferece mais dois cursos técnicos e um curso de bacharelado na área de controle e processos industriais.

Portanto, levando em conta a experiência do Campus nessa área e, como o curso Técnico em Mecatrônica já é oferecido pelo Campus nos períodos vespertino e noturno, considera-se que existem condições adequadas de infraestrutura e corpo docente devidamente qualificado.

Objetivos do curso

1. Desenvolver habilidades para projetar, instalar, operar, programar, parametrizar, realizar medições e testes dos sistemas automatizados e robotizados;
2. Desenvolver a capacidade de executar a integração de equipamentos mecânicos e eletrônicos, caracterizando e determinando aplicações de materiais, acessórios, dispositivos, instrumentos e equipamentos;
3. Integrar teoria e prática de forma a proporcionar ao estudante, em sua formação, contato com bases científicas, tecnológicas e humanísticas;
4. Fortalecer atitudes positivas, preparando o educando para o mundo do trabalho de forma crítica e criativa, tendo em vista a identificação e resolução de problemas;
5. Promover espaços formativos que possibilitem o reconhecimento e respeito às diferenças, à diversidade cultural, aos princípios de igualdade nas relações sociais, étnicos-raciais, religiosa, sexual e de gênero.

Perfil do egresso

O egresso do Curso Técnico em Mecatrônica projeta, instala, opera, programa, parametriza e realiza medições e testes de equipamentos automatizados e robotizados. Executa a integração de equipamentos mecânicos e eletrônicos bem como os procedimentos de controle de qualidade e gestão. Possui formação científica e tecnológica, que lhe permite atuar profissionalmente de forma a integrar trabalho, ciência, tecnologia e cultura, considerando o contexto sócio-político, econômico e o desenvolvimento sustentável. Atua no mundo do trabalho de forma crítica, ética e transformadora, valorando aspectos da cidadania, colaborando com ações de inclusão social e respeitando os direitos humanos e reconhecendo as diversidades (culturais, étnico-raciais, de gênero e sexualidade) nas relações sociais e demandas ambientais.

4.3 - Cursos Superiores

O Câmpus Bragança Paulista do Instituto Federal de São Paulo oferece cursos de Ensino Superior a alunos que tenham concluído o Ensino Médio ou equivalente.

Todos os cursos são gratuitos e são divididos em cursos de Licenciatura, destinados a preparar professores para atuarem na educação básica, e cursos superiores de Bacharelado e Tecnologia, que forma profissionais especialistas com formação direcionada a atender os segmentos atuais e emergentes em atividades industriais e prestação de serviços, tendo em vista a constante evolução tecnológica.

Bacharelado em Engenharia de Controle e Automação

O curso de Engenharia de Controle e Automação do IFSP-BRA é estruturado de modo a formar um profissional altamente multidisciplinar e flexível. Portanto, que possua conhecimentos em diversas áreas da engenharia, principalmente, em eletroeletrônica, computação e mecânica com foco final na integração dessas para a realização do controle e da automação de sistemas. É esperado que o profissional formado pelo curso de

Engenharia de Controle e Automação do IFSP-BRA, ao longo de seu itinerário formativo de graduação, o aprimoramento da sua proatividade e da sua autonomia profissional, de modo que seja capaz de identificar as necessidades de automação apresentadas com o intuito de atendê-las com as tecnologias adequadas e recursos disponíveis.

Objetivos do curso

O Bacharelado em Engenharia de Controle e Automação do IFSP tem como objetivo geral a formação generalista, humanista, crítica e reflexiva de profissionais habilitados em produzir e aplicar conhecimentos científicos e tecnológicos, bem como atuar na difusão e no desenvolvimento de novas tecnologias na área de Controle e Automação, com capacidade de identificar e resolver problemas com criatividade, criticidade e autonomia, considerando aspectos éticos, humanistas, ambientais, econômicos, políticos, sociais e culturais.

Perfil do egresso

Em sintonia com os Fundamentos Político Pedagógicos dos Institutos Federais, Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Engenharia - Resolução CNE/CES nº 2, de 24 de abril de 2019, a Lei nº 5.194 de 24, de dezembro de 1966, Resolução CONFEA nº 218, de 29 de junho de 1973, Resolução CONFEA nº 1073, de 19 de abril de 2016 e Resolução Normativa CONFEA nº 427/1999 (específica para a Engenharia de Controle e Automação), os profissionais egressos dos cursos Bacharelados em Engenharia deste Instituto devem agregar à sua formação acadêmica os principais aspectos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais da sociedade atual.

O Curso Superior em Engenharia de Controle e Automação visa à formação omnilateral (trabalho-ciência-cultura) dos graduandos, de forma que seu egresso seja um profissional com formação técnica, tecnológica, humana, cidadã, com qualificação para o mundo do trabalho e capacidade de manter-se em desenvolvimento e atualização.

Além de sólida formação técnica e tecnológica, o egresso tem um perfil com visão holística e humanista, sendo também generalista, crítico, reflexivo, criativo, cooperativo e ético. É comprometido com uma sociedade democrática e socialmente justa e ser capaz de compreender processos produtivos e o seu papel dentro deles, incluindo as relações sociais.

O profissional formado aplica, desenvolve, adapta e utiliza novas tecnologias com atuação inovadora e empreendedora, reconhece as necessidades dos usuários e formula, analisa e cria soluções aos problemas a partir delas, resolvendo com senso crítico e de forma criativa os problemas da Engenharia, no desenvolvimento de projetos e soluções, aplicando em sua prática profissional perspectivas multidisciplinares e transdisciplinares, considerando aspectos globais, políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e de segurança e saúde no trabalho.

O egresso do curso de Engenharia do Instituto Federal de São Paulo atua nas novas demandas da sociedade e do mundo do trabalho, e se adapta a elas, com postura isenta de qualquer tipo de discriminação, comprometida com a responsabilidade social e o desenvolvimento sustentável.

Além da formação pessoal, o bacharel é capaz de ocupar postos de comando e de liderança técnica no ambiente de trabalho, enfrentando as mais diversas dificuldades sem receios, com confiança em suas potencialidades, demonstrando capacidade de investigação, inovação e permanente atualização.

De acordo com os Referenciais Nacionais dos Cursos de Engenharia, o Engenheiro de Controle e Automação é um profissional de formação generalista, que atua no controle e

automação de equipamentos, processos, unidades e sistemas de produção. Em sua atuação, estuda, projeta e especifica materiais, componentes, dispositivos ou equipamentos elétricos, eletromecânicos, eletrônicos, magnéticos, ópticos, de instrumentação, de aquisição de dados e de máquinas elétricas. Planeja, projeta, instala, opera e mantém sistemas de medição e instrumentação eletro-eletrônica, de acionamentos de máquinas, de controle e automação de processos, de equipamentos dedicados, de comando numérico e de máquinas de operação autônoma. Projeta, instala e mantém robôs, sistemas de manufatura e redes industriais. Coordena e supervisiona equipes de trabalho, realiza estudos de viabilidade técnico-econômica, executa e fiscaliza obras e serviços técnicos e efetua vistorias, perícias e avaliações, emitindo laudos e pareceres técnicos. Em suas atividades, considera aspectos referentes à ética, à segurança, à legislação e aos impactos ambientais. Visa atuação em todo o ciclo de vida e contexto do projeto de produtos (bens e serviços) e de seus componentes, sistemas e processos produtivos, inclusive inovando-os; atuação em todo o ciclo de vida e contexto de empreendimentos, inclusive na sua gestão e manutenção; e atuação na formação e atualização de futuros engenheiros e profissionais envolvidos em projetos de produtos (bens e serviços) e empreendimentos.

Licenciatura em Matemática

O curso visa a formação inicial de professores. A licenciatura tem duração de quatro anos e a forma de ingresso é realizada preferencialmente por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu/MEC).

O curso de licenciatura em Matemática visa a formação do professor, capacitando-o para compreender a Matemática dentro da realidade educacional brasileira considerando aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos. Pretende-se, com isso, que o futuro docente domine em profundidade o conteúdo de Matemática na sua organização estrutural e sequencial, para garantir a integração entre teoria e prática, relacionando diversas áreas do conhecimento, de modo interdisciplinar. Espera-se, ainda, o desenvolvimento da consciência acerca da importância da educação continuada, da ética no trabalho, da sua participação na definição da política educacional, que levam à revalorização do trabalho docente, bem como a potencialização do processo formativo dos estudantes.

Objetivos do curso

O curso tem como objetivo geral a formação inicial de profissionais para atuarem na docência em Matemática e na gestão dos processos pedagógicos inerentes às diferentes etapas e modalidades da Educação Básica. Dessa maneira, espera-se que, ao final do curso, os estudantes sejam capazes de:

1. Construir saberes matemáticos, didáticos e pedagógicos para o exercício da docência no Ensino Fundamental e Ensino Médio, em diferentes modalidades de Educação;
2. Conhecer e refletir sobre a organização e a gestão escolar através da vivência, análise, elaboração, execução e avaliação de projetos e programas educacionais;
3. Analisar, selecionar, adaptar e produzir materiais didático-pedagógicos, considerando os conteúdos específicos e as abordagens teórico-metodológicas do seu ensino;
4. Contextualizar a Matemática e inter-relacionar seus conceitos e propriedades com outras áreas do conhecimento, enfatizando a sua relevância no mundo contemporâneo;

5. Conhecer, elaborar e desenvolver situações de ensino e de aprendizagem que favoreçam a criatividade, a autonomia e a flexibilidade do pensamento matemático, não se restringindo às técnicas, fórmulas e algoritmos;
6. Conhecer e utilizar diferentes recursos tecnológicos, didáticos e pedagógicos como ferramentas de ensino, de aprendizagem e de resolução de problemas matemáticos;
7. Analisar criticamente e problematizar as diretrizes curriculares nacionais e outras determinações legais ao construir, desenvolver e avaliar projetos educacionais e demais atividades;
8. Refletir sobre a prática docente, compreendendo-a como um processo dinâmico e contínuo, considerando a pesquisa e a investigação como recursos para intervir na prática do professor e aperfeiçoar suas ações pedagógicas;
9. Desenvolver e promover ações que articulem ensino, pesquisa e extensão;
10. Reconhecer a diversidade e promover a educação inclusiva;
11. Compreender a ciência, e a matemática em particular, como atividade humana e como instrumento de interpretação e intervenção no mundo;
12. Ser um profissional consciente das dimensões ética, política, estética e técnica da docência na Educação Básica.

Perfil do egresso

O licenciado em Matemática está habilitado a exercer a docência em matemática em diferentes etapas e modalidades da Educação Básica, assim como participar da organização e gestão de sistemas de educação e suas instituições de ensino, com ética e compromisso, com vistas à construção de uma sociedade justa. Conduz propostas que abordam temas transversais no processo educacional, promovendo o respeito às diferenças em suas múltiplas dimensões, e que contribuem para a interlocução entre a escola e a comunidade. Seleciona, desenvolve e avalia situações e materiais didáticos, considerando os conteúdos específicos, pedagógicos, as abordagens teórico-metodológicas do seu ensino, as possibilidades interdisciplinares e as diretrizes curriculares nacionais e outras determinações legais. Promove a integração das tecnologias educacionais e de informação e comunicação em sala de aula, favorecendo a aprendizagem, a criatividade, a autonomia e a flexibilidade do pensamento matemático dos educandos. Possui uma postura investigativa que contribui para a elaboração de reflexões sobre a própria prática e para o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas, colaborando para a construção de conhecimento sobre questões de seu campo de atuação em um processo constante de formação continuada.

Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas

O Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas analisa, projeta, documenta, especifica, testa, implanta e mantém sistemas computacionais. Raciocínio lógico, emprego de linguagens de programação e de metodologias de construção de projetos, preocupação com a qualidade, usabilidade, robustez, integridade e segurança de programas computacionais são fundamentais a sua atuação.

Objetivos do curso

O Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas tem por objetivo geral desenvolver o estudante para que possa atuar na área de Tecnologia da Informação, tendo como referência os conhecimentos mais importantes no universo da

atividade profissional e promovendo também o desenvolvimento de competências genéricas de raciocínio, objetividade e iniciativa, além de estimular a cidadania e a responsabilidade social com espírito crítico, ético, inovador e empreendedor.

Perfil do egresso

O Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas formado pelo IFSP elabora e analisa projetos e coordena equipes de produção de software. Documenta, desenvolve, testa, implanta e mantém sistemas de informação, a partir da escolha das tecnologias mais apropriadas para cada situação. Avalia, seleciona, especifica e utiliza metodologias, tecnologias e ferramentas da engenharia de software, linguagens de programação e bancos de dados considerando a necessidade de garantir uma formação profissional tecnológica e assim contribuindo para o fortalecimento e crescimento dos arranjos produtivos, sejam eles locais, regionais e ou nacionais. Aplica conceitos e princípios de desenvolvimento de software que incluam atributos de qualidade relacionados à funcionalidade, manutenibilidade, portabilidade, usabilidade, confiabilidade, eficiência, segurança e compatibilidade. Conhece componentes de hardware e sistemas operacionais e identifica o modo como esses componentes afetam o desenvolvimento de software. Conhece e utiliza infraestrutura tecnológica de rede a fim de projetar, implementar e implantar sistemas de software e está apto a reconhecer novas técnicas e equipamentos em sua área de atuação. Vistoria, realiza perícia, avalia, emite laudo e parecer técnico em sua área de formação. Conhece aspectos éticos, morais e legais de sua área de atuação. Atua como empreendedor de modo crítico e proativo para desenvolver e propor soluções informatizadas, com responsabilidade social e ambiental.

Tecnologia em Mecatrônica Industrial

O curso visa atender a demanda por profissionais de Mecatrônica Industrial na microrregião de Bragança Paulista, integrando-se com as grandes empresas do setor de automação e correlatas, e ao mesmo tempo inserir nessas empresas um profissional com conhecimentos de nível superior fundamentados nas atuais tecnologias.

Objetivos do curso

O curso de Tecnologia em Mecatrônica Industrial tem como objetivo geral formar profissionais com formação tecnológica completa para atuar na análise e elaboração de projetos mecatrônicos e de automação industrial, na automatização de processos envolvendo equipamentos eletromecânicos industriais e na gestão da instalação e manutenção destes equipamentos, considerando questões relacionadas à segurança do trabalho, meio ambiente e ao bem estar humano nos processos industriais e tecnológicos.

Perfil do egresso

Pretende-se formar um profissional para atuar no mercado de trabalho atual, que seja possuidor de um pensamento sistêmico, mas abrangente, aberto, e intuitivo, capaz de adaptar-se às rápidas mudanças sociais e tecnológicas. Em síntese, ao perfil do profissional egresso neste curso pressupõe a formação tecnológica completa para atuar na análise e elaboração de projetos mecatrônicos e de automação industrial, na automatização de processos envolvendo equipamentos eletromecânicos industriais e na gestão da instalação e manutenção destes equipamentos. Ao Tecnólogo em Mecatrônica Industrial se pressupõe

espírito crítico, criativo e consciente, devendo ser generalista, com sólida e avançada formação tecnológica.

4.4 - Cursos de Pós-Graduação

O Câmpus Bragança Paulista do Instituto Federal de São Paulo oferece curso de pós-graduação gratuito a estudantes que tenham concluído a graduação.

Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Estratégica de Tecnologia da Informação

O curso se destina aos profissionais da área de tecnologia da informação, especialmente aos egressos dos cursos de graduação em Administração, Sistemas de Informação, Ciência da Computação, Engenharia da Computação, Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Tecnologia em Sistemas para a Internet e Tecnologia em Redes de Computadores. Os perfis esperados são: profissionais técnicos da área de tecnologia da informação que tenham assumido ou possuam perspectivas de assumir cargos gerenciais em suas empresas; profissionais da área de administração que desejam aprofundar seus conhecimentos sobre gestão de tecnologia da informação; profissionais de formação diversas atuando com tecnologia da informação que desejam qualificar seus conhecimentos sobre gestão, bem como profissionais com experiência na área de gestão de tecnologia da informação que desejam atualizar seus conhecimentos acadêmicos sobre o tema.

Objetivos do curso

O Curso de Especialização em Gestão Estratégica de Tecnologia da Informação (GETI) tem por objetivo geral atualizar e instrumentalizar o discente no que tange à gerência de projetos, tomada de decisão, elaboração de estratégias inovadoras e adaptação aos novos cenários econômicos, tecnológicos e sociais, bem como formar gestores competentes do ponto de vista ético e técnico, com perfil proativo, dinâmico e crítico, capaz de atuar na gestão de projetos de Tecnologia da Informação.

Perfil do egresso

O egresso do curso de Especialização em Gestão Estratégica de Tecnologia da Informação (GETI) estará habilitado a exercer as atividades relacionadas à gestão na área de tecnologia da informação e de seus procedimentos circunstanciais e paralelos de controle para o desempenho adequado de sistemas informatizados, alinhados aos objetivos e negócios da organização. Sua atuação profissional compreenderá: planejamento, implantação, acompanhamento, controle, coordenação e administração de sistemas informatizados e da infraestrutura que os suporta; e, ocorrerá em empresas relacionadas à área de tecnologia ou nas que fazem uso da tecnologia da informação em seu dia-a-dia. As funções esperadas a serem exercidas pelo egresso do curso são: coordenador, supervisor ou gerente da área de tecnologia da informação; coordenador, supervisor ou gerente de desenvolvimento de sistemas; coordenador, supervisor ou gerente de infraestrutura de tecnologia da informação; consultor em tecnologia da informação.

4.5 - Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC)

Os Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) são abertos a toda a comunidade. A oferta de vagas acontece ao longo do semestre e a faixa etária é livre. O ingresso nesses cursos se dá através de edital específico. A seleção acontece mediante ordem de chegada, sorteio, entre outros. Há que se observar, no entanto, se o edital que autoriza o curso estabelece algum tipo de pré-requisito para frequentá-lo. Caso não haja nenhum tipo de pré-requisito, qualquer pessoa da comunidade poderá cursá-lo.

O objetivo dessa modalidade de ensino é ampliar o alcance da educação profissional e aproximar a escola da comunidade, promovendo a iniciação ou aprimoramento de conhecimentos específicos.

O oferecimento dos cursos FIC variam de acordo com o semestre e disponibilidade de carga horária dos professores. Os últimos cursos oferecidos no Câmpus Bragança Paulista foram: Reflexões sobre alfabetização e letramento: conceitos e práticas, Fundamentos de Nuvem da Academia AWS (ACF), Arduíno - Básico, Computação Criativa para o Ensino Fundamental - Módulo 1, Computação Criativa para o Ensino Fundamental - Módulo 2. Web Básico - Aprenda a fazer seu primeiro site na internet, Desenvolvimento WEB – EaD.

4.6 - Novos cursos

Nesta seção são apresentados os novos cursos que deverão ser abertos nos próximos anos pelo Câmpus Bragança Paulista. Entretanto, cabe destacar que as solicitações de criação, alteração e extinção dos cursos do IFSP são encaminhadas pelo câmpus através dos projetos pedagógicos dos cursos e demais documentos exigidos pela Pró-reitoria de Ensino, analisadas pelo Conselho de Ensino e deliberadas pela aprovação ou reprovação pelo Conselho Superior do IFSP. A implantação dos novos cursos, portanto, está condicionada à legislação e aos procedimentos e regulamentações vigentes no IFSP à época da solicitação de criação, alteração e extinção dos cursos.

Especialização em ensino da matemática dos anos iniciais do ensino fundamental

O curso de Especialização em ensino da matemática dos anos iniciais do ensino fundamental destina-se ao desenvolvimento profissional de professores que ensinam matemática dos anos iniciais. O curso tem duração de 24 meses.

Previsão de início do curso: 1º sem/2023

Período: noturno

Objetivos do curso

O curso de Pós-Graduação Lato Sensu Especialização em ensino da matemática dos anos iniciais do ensino fundamental tem como objetivo geral fomentar o desenvolvimento profissional de professores por meio da investigação e reflexão sobre a matemática para os anos iniciais do Ensino Fundamental articulando teoria e prática, em direção à práxis educacional.

Perfil do Egresso

Espera-se que o egresso do curso de Especialização em ensino da matemática dos anos iniciais do ensino fundamental esteja apto a utilizar os conhecimentos desenvolvidos no curso para a concretização de uma prática docente que contribua com a melhoria do processo educativo das crianças. Espera-se, ainda, que o egresso tome consciência do seu processo formativo, percebendo-se como alguém que precisará continuar estudando e buscando conhecimentos. Nesse sentido, o desenvolvimento de pesquisas sobre a própria prática, incentivadas ao longo do curso, pode favorecer a construção de atividades para o ensino de matemática, de modo reflexivo e propositivo frente a situações didáticas para além daquelas estabelecidas pelos documentos oficiais.

Curso PROEJA de Operador de Computador Integrado ao Ensino Fundamental

O curso de Formação Inicial e Continuada de Qualificação Profissional em Operador de Computador Integrado ao Ensino Fundamental.

Previsão de início do curso: 1º sem/2023

Período: noturno

Objetivos do curso

O Curso FIC em Operador de Computador, vinculado ao PROEJA FIC/FUNDAMENTAL, na forma integrada ao ensino fundamental - EJA, presencial, tem como objetivo geral integrar os saberes da formação geral com a educação profissional, promovendo uma qualificação profissional aliada à elevação da escolaridade, de forma a articular as dimensões ciência, trabalho, tecnologia e cultura, tomando, como referência, o perfil dos estudantes e suas experiências anteriores, na perspectiva da formação humana integral

Perfil do Egresso

O egresso do Curso FIC em Operador de Computador demonstra avanços na aquisição de conhecimentos básicos, estando preparado para dar continuidade aos estudos. O egresso atua nas atividades relativas à área do curso, com possibilidades de inserção positiva no mundo do trabalho. Demonstra um perfil empreendedor. Estando preparado para editar textos, elaborar planilhas eletrônicas e apresentações de slides, criar sites, editar material audiovisual, pesquisar e navegar na internet e utilizar o correio eletrônico, instalar e configurar aplicativos de escritório e periféricos, organizar a entrada e saída de dados em sistemas de informação e selecionar programas de aplicação. O egresso poderá analisar e se apropriar das informações, a fim de desenvolver senso crítico, criatividade e atitudes éticas, integrando os conhecimentos gerais, aos da cidadania e da qualificação, na busca da elevação da escolaridade integrada à educação profissional.

Capítulo 5 - Políticas de Inclusão

No âmbito das Políticas de Inclusivas, o IFSP busca promover iniciativas relacionadas à permanência e ao êxito dos estudantes, com a construção de uma cultura de convivência, do respeito à diversidade e da eliminação de barreiras educacionais e atitudinais para a inclusão social e educacional dos estudantes. Além disso, também tem por finalidade articular, discutir e contribuir com ações pedagógicas, assim como identificar e desenvolver projetos voltados para a formação continuada e para o cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional.

5.1 - Projetos institucionais

No câmpus são desenvolvidos diversos projetos institucionais de pesquisa e extensão Porém, nesta seção destacamos o Programa de Reserva de Vaga como uma das políticas de inclusão desenvolvidas pelo IFSP.:

Reserva de Vagas (Cotas)

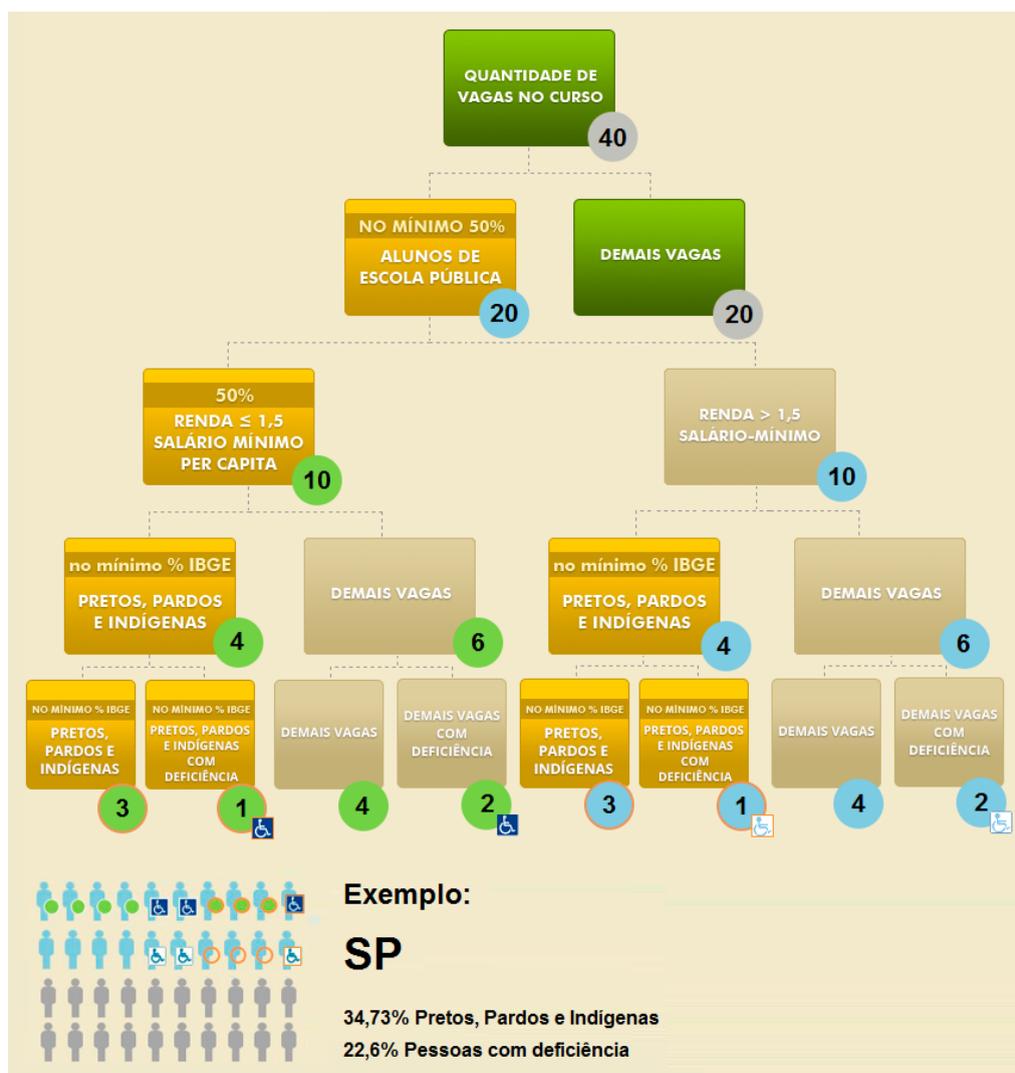


Figura 2 - Sistema de Reserva

A Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, e a Portaria Normativa nº 18, de 11 de outubro de 2012, reservam 50% das vagas ofertadas em instituições federais de educação à candidatos oriundos, integralmente, de escolas públicas (incluindo modalidade de Educação de Jovens e Adultos) e conclusão do Ensino Médio Pelo Enem, de acordo com suas características socioeconômicas.

Como podemos observar na Figura 2, as vagas reservadas (50% do total de vagas da instituição) são subdivididas: metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio por pessoa e metade para estudantes de escolas públicas independente de renda. Em ambos os casos, também é levado em conta o percentual mínimo correspondente ao da soma de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência no estado, de acordo com o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

5.2 - Bolsa Discente

Além das bolsas vinculadas à Pró-reitoria de Pesquisa e de Extensão, que fazem parte do programa de Bolsa Discente, instituído pela Resolução IFSP nº 568, de 5 de abril de 2012, há, também, a Bolsa de Ensino, vinculada à Pró-reitoria de Ensino.

Bolsas de Ensino

O programa de Bolsa de Ensino visa apoiar a participação dos discentes em atividades acadêmicas de ensino e projetos de estudos que contribuam para a formação integrada e para o aprimoramento acadêmico e profissional do aluno na sua área de formação.

Na relação compromisso entre o IFSP e o estudante, o bolsista não terá sua função caracterizada como cargo ou emprego, não sendo gerado vínculo empregatício de qualquer natureza e, conseqüentemente, não tendo validade para contagem de tempo de serviço.

O bolsista não poderá ter vínculo empregatício ou realizar estágio durante o período de vigência da bolsa em outra empresa e/ou instituição.

Os procedimentos para o estudante regularmente matriculado no IFSP participar do processo seletivo às Bolsas de Ensino são:

- Inscrever-se no Programa de Bolsas de Ensino do IFSP nos períodos pré-estabelecidos (acompanhe nas notícias abaixo);
- Estar matriculado ou se enquadrar dentro dos requisitos básicos que o projeto solicita;
- Comprovar compatibilidade entre os horários de suas atividades acadêmicas e os propostos para o desenvolvimento daquelas próprias do projeto ao qual está vinculado;
- Participar de entrevista agendada com o professor responsável, após análise da documentação exigida no ato da inscrição.

O Programa de Bolsas de Ensino, mantido pelo IFSP, é destinado aos seus alunos e tem base na Resolução do Conselho Superior do IFSP nº 568, de 5 de abril de 2012, e na portaria nº 1254, de 27 de março de 2013, que estabelece condições para implementação deste programa.

Bolsas de Extensão

Mantido pelo IFSP, destinado a seus estudantes, o Programa de Bolsas de Extensão tem base na Resolução do Conselho Superior do IFSP Nº 568, de 5 de abril de 2012, sendo regulamentado pela Portaria Nº 3639, de 25 de julho de 2013.

Os projetos que contemplam as bolsas são apresentados por servidores do câmpus, atendendo a edital específico divulgado no portal do Câmpus Bragança Paulista.

Para participar do Programa, na condição de bolsista, o estudante do IFSP - Câmpus Bragança Paulista deverá:

- Estar regularmente matriculado no IFSP;
- Preencher os requisitos estabelecidos no Projeto de Extensão.

O bolsista é selecionado pelo orientador do projeto por meio de entrevista.

Bolsas de Pesquisa Iniciação Científica

O IFSP oferece três modalidades de iniciação científica: o Programa de Iniciação Científica Institucional (PIBIFSP), o Programa de Iniciação Científica de agências de fomento (PIBIT/PIBIC/PIBIC-EM) e a Iniciação Científica Voluntária (PIVICT).

É importante lembrar que no caso da iniciação científica voluntária (PIVICT), não há pagamento de bolsa e o fluxo de submissão de projetos é contínuo, havendo períodos específicos de avaliação. Nas outras modalidades há pagamento de bolsa (com regras e detalhes definidos em cada edital) o que implica que o aluno não exerça outra atividade remunerada.

5.3 - Órgãos da Administração do Câmpus

Conselho de Câmpus (CONCAM): o Conselho de Câmpus é o órgão normativo, consultivo e deliberativo, como instância máxima no âmbito de cada Câmpus, por delegação do Conselho Superior do Instituto Federal de São Paulo. Conta com a composição do diretor, representantes docentes, discentes, técnicos-administrativo e sociedade civil. Compete a ele subsidiar e assessorar a Direção-Geral do Câmpus, aprovando diretrizes para atuação local, propostas orçamentárias, projetos, regulamentos internos e normas disciplinares, entre outras atribuições. Assim, serão estabelecidas competências gerais do Conselho de Câmpus no que se refere a: informações da comunidade relativas a assuntos de caráter administrativo, de ensino, de pesquisa e de extensão; diretrizes e metas de atuação do Câmpus e o zelo pela adequada execução de sua política educacional; calendários acadêmicos do Câmpus; promoções e divulgações das atividades do IFSP junto à sociedade; questões submetidas à sua apreciação; propostas de projetos pedagógicos de cursos, bem como suas alterações.

Conselho de Classe (Pedagógico e de Curso): os Conselhos de Classe do IFSP são organizados como instâncias consultivas (Conselho de Classe Pedagógico) e deliberativas (Conselho de Classe Deliberativo) e contam com a participação dos docentes da respectiva turma, do Coordenador de Curso/Área e do Pedagogo da CAE/CSP. São realizados de acordo com a proposta de cada curso e calendário escolar. A proposta de

consolidação de espaços de discussão nos conselhos consultivos, favorecida pela Organização Didática, trouxe ao Câmpus uma nova realidade ao acompanhamento contínuo dos alunos do nível técnico. A abertura ao diálogo e o constante relacionamento entre os professores e a CAE/CSP possibilitam o compartilhamento dos processos de ensino aprendizagem, das dificuldades em lidar com os alunos, buscando juntos soluções e caminhos para a melhoria do ensino.

Conselho de Classe Consultivo: também denominado Conselho de Classe Pedagógico, é presidido pelo Pedagogo ou, em sua ausência, pelo Coordenador de Curso. Ocorre de acordo com as necessidades apontadas pelo Coordenador do Curso ou pela CAE/CSP de cada Câmpus, com periodicidade bimestral, é dividido em três partes: na primeira, os docentes farão uma análise da turma identificando progressos, detectando dificuldades da turma no processo de ensino e aprendizagem; na segunda, a CAE/CSP apresentará dados de evasão e outros que auxiliem a compreensão do panorama traçado na primeira parte e também proporá alternativas didático-pedagógicas a serem adotadas visando sanar as dificuldades encontradas; na terceira, os membros, se necessário, farão as considerações finais e possíveis encaminhamentos.

Conselho de Classe Deliberativo: são realizados ao final do período letivo e divididos em três partes: na primeira, o Representante CAE/CSP fará uma análise da ficha individual de avaliação do estudante na série/módulo; na segunda, o Conselho de Classe deve elaborar o parecer sobre a situação final do estudante na série/módulo; na terceira, após a conclusão do Conselho de Classe, a CAE/CSP encaminhará lista à Coordenadoria de Registros Escolares, contendo a relação nominal dos estudantes submetidos ao conselho, devidamente assinada pelos professores e Coordenador de Curso/Área.

5.4 - CPA - Comissão Própria de Avaliação

A Comissão Própria de Avaliação – CPA, foi instituída no IFSP, em consonância com o art. 11, da Lei nº. 10.861/2004, como órgão de coordenação, condução e articulação do processo interno de avaliação institucional, de orientação, de sistematização e de prestação de informações às unidades universitárias e ao SINAES - Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior. Ela é composta por representantes externos e internos ao IFSP (professores, alunos e servidores técnico-administrativos) e tem como função coordenar a Autoavaliação Institucional do IFSP. É importante ressaltar que os processos de avaliação interna são fundamentais para a tomada de decisão e para a melhoria contínua da qualidade acadêmica. A Comissão Própria de Avaliação (CPA) é responsável por coordenar a autoavaliação institucional, desde a elaboração do método, passando pela sua implementação e sistematização dos resultados, até a redação do relatório final, que subsidia o planejamento administrativo pedagógico e é usado pelo INEP/MEC para o credenciamento institucional e reconhecimento dos cursos, entre outras atividades. A avaliação própria é um processo contínuo com o qual a Instituição adquire conhecimento sobre sua própria realidade, buscando compreender os significados do conjunto de suas atividades para melhorar a qualidade educativa e alcançar maior relevância social. A CPA é composta por representantes dos professores, alunos e servidores técnico-administrativos. A CPA tem atuação efetiva nas práticas acadêmicas e administrativas, possibilitando por meio de avaliações internas a melhoria dos serviços de diversos setores, melhorando

equipamentos, processos, acervos, entre outros, buscando atender plenamente os anseios da comunidade.

5.5 - Movimento Estudantil

O Movimento Estudantil é um canal para a construção da cidadania, mobilizando os indivíduos e colaborando para a formação de um profissional ético, cidadão e consciente de suas responsabilidades e de seus direitos. Fortalece o vínculo do estudante com a instituição de ensino e sua identidade, favorecendo as mais diversas formas de interação, além de representar e defender os interesses da categoria estudantil.

No que diz respeito à representação dos alunos no Câmpus Bragança Paulista houve recentemente a formação do **Centro Acadêmico Joaquim Gomes de Souza – CAJGS**, dos estudantes do curso de Licenciatura em Matemática e do **Grêmio Estudantil Manuel Carneiro de Sousa Bandeira Filho**, dos estudantes dos cursos técnicos. As organizações estudantis representam os estudantes da escola. Tendo como objetivo unir e movimentar os estudantes para a discussão de seus direitos e deveres, debatendo assuntos diversos sobre escola, comunidade e sociedade.

Além disso, em cada classe há um representante e um suplente que têm levado a direção algumas demandas dos alunos no que se refere a didática do professores, estrutura física e necessidades gerais dos estudantes.

5.6 - Núcleos de apoio

Napne

Por meio da atuação da do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), em conjunto com equipe da Coordenadoria Sociopedagógica, e docentes, busca-se desenvolver ações, programas, projetos que contribuam para a promoção da inclusão escolar de pessoas com necessidades educacionais específicas, com vistas a viabilizar as condições para o acesso, permanência e êxito, bem como qualidade de vida com ética, respeito, cidadania e social.

De acordo com a Portaria Normativa RET IFSP N. 8, DE 28 DE JUNHO DE 2021, o NAPNE tem, por objetivos:

- I. Contribuir para criação de espaços que viabilizem a discussão para a implementação da cultura da educação para a convivência, para o respeito à diversidade, para a promoção da acessibilidade arquitetônica, bem como para a eliminação das barreiras educacionais e atitudinais, incluindo socialmente a todos por meio da educação;
- II. Prestar apoio educacional aos estudantes;
- III. Difundir e programar as diretrizes de inclusão dos estudantes;
- IV. Envolver os diversos segmentos que compõem a comunidade escolar no sentido de estabelecer políticas e diretrizes para inclusão no IFSP enquanto um compromisso coletivo (de todos);
- V. Instigar a prática democrática e as ações inclusivas para os estudantes.

Em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 20/12/1996, com o Decreto nº 6.949, de 25/08/2009, com o Decreto nº 7.611, de 17/11/2011, com a Lei Brasileira da Inclusão (LBO, de 2015, com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e demais documentos pertinentes, o NAPNE presta apoio educacional aos estudantes que constituem o público-alvo da educação especial, ou seja, pessoas com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades/superdotação.

A identificação de estudantes com necessidades específicas é realizada no ato da matrícula ou no decorrer do curso, e as ações posteriores à identificação envolvem atendimentos com o estudante, pais ou responsáveis, reuniões com docentes, contatos com outros profissionais e/ou instituições envolvidas na situação do estudante e levantamento de dados pedagógicos. É fornecido também ao estudante público-alvo da educação especial, caso necessite, recursos de tecnologia assistiva disponíveis no campus como: materiais e jogos em braille e em áudio, recursos de informática acessíveis, material didático digital acessível, dentre outros.

Do mesmo modo, quando identificada a necessidade, é elaborado, em conjunto com o estudante, família, docente e demais profissionais envolvidos no caso, um Plano de Ensino Individualizado (PEI), para cada estudante com necessidades específicas, que conterá informações pregressas sobre o (a) estudante e sua trajetória escolar, bem como direcionamentos a serem implementados no processo de ensino e aprendizagem. São indicadas dificuldades e potencialidades do educando, e encaminhamentos e adaptações que serão realizadas em cada disciplina do curso, por semestre ou por ano.

Além do apoio aos estudantes, ao longo do ano, o NAPNE promove ações com o objetivo de estimular a cultura da educação para a convivência, respeito à diversidade e eliminação das barreiras educacionais e atitudinais na comunidade escolar. São realizadas palestras, oficinas, rodas de conversa no intuito de se discutir a temática da inclusão, do capacitismo e preconceito em relação a pessoas com deficiência, de maneira a promover a reflexão e uma efetiva mudança de atitude de toda comunidade. Ressalta-se que o NAPNE também participa, em parceria com os demais setores e comissões do campus, da identificação da necessidade de mudanças físicas no prédio do campus, a fim de se garantir acessibilidade arquitetônica a toda a comunidade escolar.

Coordenadoria Sociopedagógica

No ano de 2014, por meio da Resolução IFSP nº 138 de 04/11/2014, foi aprovado o Regulamento da Coordenadoria Sociopedagógica. Essa consiste em uma equipe multiprofissional, articulada e de ação interdisciplinar, composta por Assistente Social, Pedagogo, Psicólogo, Técnico em Assuntos Educacionais e Assistente em Administração (incluído pela Resolução nº 41/2015), podendo ter atuação de outros servidores. Tem por objetivo assessorar o pleno desenvolvimento do processo educativo, orientando, acompanhando, intervindo e propondo ações que visem promover a qualidade do processo de ensino e aprendizagem e a permanência e conclusão com êxito dos estudantes no IFSP, nas modalidades presencial e a distância.

Atuando de forma integrada, articulando saberes, a equipe assessora o desenvolvimento do processo educativo, orientando, acompanhando e propondo ações que visem a promoção da qualidade do processo de ensino e aprendizagem e a permanência dos estudantes no câmpus.

Atendendo ao que propõe a resolução n. 138, de 4 de novembro de 2014, a coordenadoria sociopedagógica do câmpus Bragança Paulista:

- I. Acompanha e implementa políticas em conjunto com a Pró-Reitoria de Ensino do IFSP. Dentre as políticas que a Coordenadoria Sociopedagógica do câmpus acompanhou e implementou neste último ano, destacam-se a própria elaboração o Projeto Político Pedagógico do câmpus, a contribuição ao processo de formação continuada com docentes, o acompanhamento aos Projetos Pedagógicos de Curso, a condução do NAPNE do câmpus, a recepção dos alunos, entre outros.
- II. Acompanha as deliberações dos conselhos consultivos e deliberativos e promove suas implementações.
- III. Apresenta à comunidade escolar as ações vinculadas à Coordenadoria Sociopedagógica. A Coordenadoria Sociopedagógica dispõe de um espaço no mural do câmpus e também perfil no Facebook (@cspbra) e Instagram (@socioifspbra), nos quais divulga suas ações, além de disponibilizar informações na página do câmpus na internet.
- IV. Propõe e promove ações de recepção dos estudantes ingressantes. O planejamento dessas ações considera a necessidade de integrar os novos alunos com os docentes, coordenadores e demais alunos, bem como estimular o pertencimento e o estreitamento do vínculo dos estudantes ao IF, de maneira a apresentar as informações mais relevantes sobre a organização do câmpus, dentre elas:
 - Breve histórico do câmpus e cursos oferecidos;
 - Estrutura física e administrativa do IFSP-BRA;
 - Visita guiada no campus;
 - Apresentação das coordenadorias, projetos e núcleos;
 - Estrutura física e administrativa do IFSP-BRA;
 - Bate-papo com o coordenador do curso veteranos e egressos;
 - Oficinas com os docentes.
- V. Acompanha os estudantes no processo de ensino e aprendizagem. O acompanhamento individualizado é realizado ao longo do ano letivo. A demanda é repassada ao setor pelos professores de forma individual ou nas reuniões de área. Outro mecanismo utilizado para o levantamento das demandas é o conselho de classe pedagógico, momento em que são identificados os alunos com necessidade de acompanhamento individualizado. O acompanhamento é realizado pela pedagoga em diálogo com os docentes, de acordo com a demanda de cada aluno. Além disto, o setor organiza palestras, oficinas e rodas de conversa com os alunos a fim de auxiliá-los no processo de aprendizado, organização com os estudos e assuntos diversos.
- VI. Atende, orienta, encaminha e acompanha os estudantes e familiares no âmbito sócio psicoeducacional. Os alunos com demandas específicas, identificadas pelos docentes e coordenadores de área, são atendidos pela profissional mais relacionada a essa demanda. Em muitos casos, além das orientações ao aluno, é constatada a necessidade de contatar a família. Além disso, ocorre o encaminhamento para o serviço adequado, como, por exemplo, a rede municipal de saúde quando constatada a necessidade de acompanhamento especializado e contínuo, ou para o Conselho Tutelar, quando pertinente. O atendimento é feito principalmente por meio

de entrevistas/conversas com o estudante e familiares, oportunidade em que estes recebem orientação, aconselhamento e/ou encaminhamento. Eventualmente são utilizados também telefonemas, mensagens de texto e e-mails. Cabe ressaltar que durante o período de Ensino Remoto Emergencial, devido à pandemia de Covid-19, exclusivamente estão sendo utilizados estes meios virtuais para contato com a comunidade escolar. Nos meses em que não há inscrição para o Programa de Auxílios a quantidade de atendimentos no Sociopedagógico varia muito, numa média de 5 a 20 por dia, considerando todos os tipos de atendimento acima mencionados. Em época de inscrição/renovação para auxílios, geralmente fevereiro, março, junho e novembro, a quantidade de atendimentos aumenta consideravelmente devido à entrega de documentos pelos estudantes e à realização de entrevistas, numa média de 15 a 30 por dia.

- VII. Orienta os estudantes sobre seus direitos e deveres como cidadãos. Essa orientação é feita especialmente no momento da acolhida, no início de cada período letivo, e sempre que se faz necessário.
- VIII. Reúne subsídios para a construção, elaboração, atualização e reformulação do Projeto Político-Pedagógico do câmpus. A partir do processo de construção do PPP desencadeado pela reitoria do IFSP, a Coordenadoria Sociopedagógica do câmpus vem acompanhando a elaboração do documento.
- IX. Desenvolve, implanta e acompanha ações de apoio pedagógico, psicológico e social junto aos estudantes, de acordo com as demandas identificadas.
- X. Identifica demandas, promove propostas de ações de formação continuada de docentes e de servidores. Duas servidoras da Coordenadoria Sociopedagógica participam da equipe atualmente.
- XI. Orienta o corpo docente no que se refere às necessidades dos estudantes no processo de ensino e aprendizagem.
- XII. Contribui na ação docente quanto aos procedimentos pedagógicos. Tal contribuição ocorre especialmente pela participação dos profissionais nas reuniões de curso.
- XIII. Elabora instrumentos de pesquisas para compreender e analisar os motivos que levem à retenção e à evasão dos estudantes em parceria com outras instâncias do IFSP. Uma das formas de atuação da Coordenadoria Sociopedagógica é o contato com os alunos que não efetivaram matrícula no período previsto e a elaboração de registros dos motivos que levaram os alunos a não efetivarem a matrícula. Outra ação é uma entrevista que o aluno deve obrigatoriamente passar no caso de trancamento de matrícula ou desligamento formal da instituição.
- XIV. Propõe, implanta, acompanha e avalia propostas de prevenção e intervenção ao baixo rendimento, retenção e evasão escolar. Entre as ações recentemente devolvidas, acrescenta-se, em especial, projeto de ensino iniciado pela pedagoga do setor que tem como objetivo proporcionar uma tutoria entre os licenciandos em Matemática do câmpus e os estudantes dos cursos técnicos integrados com dificuldades de aprendizagem em disciplinas exatas. Posteriormente, uma professora de matemática assumiu o projeto. Hoje ele se encontra suspenso devido aos desafios do ensino remoto, porém é uma ação que surtiu bons resultados e pretende-se retomá-la com o retorno às aulas presenciais.
- XV. Propõe e colabora com ações inclusivas e adaptativas de acordo com as demandas identificadas do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE).
- XVI. Propõe ações afirmativas de acordo com as demandas identificadas.

- XVII. Estabelece parcerias para promoção de ações culturais e educativas na perspectiva da inclusão e do enfrentamento a preconceitos e valorização às diversidades. Cabe salientar que duas servidoras do setor integram a Comissão da Diversidade do campus, que realiza, dentre outras ações, as Semanas da Diversidade e da Consciência Negra no campus, em junho e novembro, respectivamente.
- XVIII. Articula parcerias nas ações de promoção à saúde dos estudantes.
- XIX. Participa na elaboração e execução de projetos, em parceria com outras instâncias do IFSP, com o intuito de proporcionar formação integral aos estudantes.
- XX. Acompanha a implantação e o desenvolvimento do Programa de Assistência Estudantil. A Coordenadoria Sociopedagógica elaborou o “Projeto de Assistência Estudantil do IFSP - Campus Bragança Paulista”, que norteou as ações nessa área para o ano de 2021. Um maior detalhamento deste Programa será apresentado no item “Assistência estudantil”, deste Projeto.
- XXI. Participa e contribui nas instâncias de planejamento pedagógico.
- XXII. Organiza e participa das reuniões de pais. Seguindo o calendário acadêmico, as reuniões são conduzidas com o objetivo de informar aos pais as ações realizadas pela instituição, tanto no que se refere ao processo de ensino dos alunos como também questões gerais da escola. É também momento em que os docentes e a pedagoga ficam à disposição dos pais para conversas individuais sobre os alunos, a fim de acompanhar o desempenho dos filhos, identificar limites e potencialidades, bem como construir estratégias de superação.
- XXIII. Elabora documentos e relatórios conforme instruções do campus e da Pró-Reitoria de Ensino.
- XXIV. Dialoga com as instâncias de representação estudantil.
- XXV. Promove e/ou participa da organização de encontros, palestras e seminários destinados à comunidade escolar.
- XXVI. Realiza supervisão pedagógica.
- XXVII. Participa dos conselhos de classe consultivos e deliberativos.

Assistência Estudantil

A Assistência Estudantil é uma política baseada no Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído pelo Decreto nº. 7.234 de 19 de julho de 2010, e tem por objetivo a promoção do acesso, permanência e construção do processo formativo dos estudantes, contribuindo na perspectiva de equidade, produção de conhecimento e melhoria do desempenho escolar destes.

Em 02 de junho de 2015, foram aprovadas duas resoluções no âmbito do IFSP que dizem respeito à Assistência Estudantil, a de nº 41, que alterou a resolução anterior (nº 135/2014) e estabeleceu princípios e diretrizes para a Política de Assistência Estudantil, tratou da constituição e atribuições da Comissão Permanente da Assistência Estudantil. Tratou ainda, dentre outros assuntos, do atendimento ao discente pela Coordenadoria Sociopedagógica, estabelecendo no capítulo IV, artigo 11, que a equipe mínima desse setor deve ser composta por: assistentes em administração, Técnico(a) em Assuntos Educacionais, Psicólogo(a), Pedagogo(a) e Assistente Social, visando resguardar que o atendimento aos discentes seja condizente com os princípios estabelecidos pela Política de Assistência Estudantil. A outra resolução aprovada foi a de nº 42, que alterou a resolução anterior (nº 136/2014) e tratou da Normatização dos Auxílios da Política de Assistência Estudantil.

A Assistência Estudantil é composta pelo Programa de Auxílio Permanência, Programa de Ações Universais e pelo Acompanhamento Discente, tanto no que se refere a parte pedagógica, quanto à psicológica e social.

Programa de Auxílio Permanência

O Programa de Auxílio Permanência é voltado aos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica. O principal objetivo do programa é apoiar a permanência dos estudantes na instituição, custeando parcialmente as despesas destes, por meio de auxílios financeiros mensais, entre eles: alimentação, moradia, creche (apoio aos estudantes pais e mães), transporte, apoio didático-pedagógico e saúde.

No ano de 2021, até o mês de agosto, 235 estudantes foram atendidos mensalmente pelo Programa de Auxílio Permanência. Ao todo 427 estudantes se inscreveram nos 3 processos seletivos realizados até o referido mês.

A atribuição dos auxílios é norteadada pela análise socioeconômica realizada pelo profissional do Serviço Social, que busca identificar os estudantes mais vulneráveis do ponto de vista socioeconômico, a fim de que os auxílios alcancem aqueles que mais necessitam, e que por falta de recursos financeiros teriam maiores chances de abandonar os estudos ou ter um aproveitamento insatisfatório.

Programa de Ações Universais

As ações do Programa de Ações Universais englobam atividades ligadas aos eixos de esporte, cultura e inclusão digital e são voltadas a todos os estudantes, independentemente de seu perfil socioeconômico. As ações são desenvolvidas por meio de elaboração de projetos com a participação de estudantes, professores e técnicos-administrativos.

Respeitando o que consta na resolução 41/2015 - IFSP, pode ser utilizado recurso financeiro da Assistência Estudantil (PNAES) para execução de projetos de Ações Universais, desde que não prejudique a execução do Programa Auxílio Permanência. Tendo isso em conta e o fato do orçamento da Assistência Estudantil disponível para o campus Bragança Paulista não ter sido suficiente para atender aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, nos últimos 3 anos não foi possível executar projetos de Ações Universais com verba do PNAES.

No período de 2020-2021, considerando o cenário de pandemia do Covid-19, que gerou profundos impactos sociais e econômicos, bem como a necessidade do isolamento social, que, por consequência, acarretou a demanda por ensino não presencial e a garantia do direito à educação nas condições atuais, as ações universais foram executadas com orçamento do próprio campus e versaram exclusivamente sobre a dimensão da inclusão digital, prestada via Auxílio Emergencial para Conectividade (Acesso à internet e/ou aquisição de equipamentos). Foram atendidos 156 estudantes no total, dentro período acima citado.

Por conta da pandemia foram realizadas outras ações com a colaboração do Setor Sociopedagógico e da Coordenadoria de Apoio ao Ensino, são elas: entrega de kits de alimentação (157 estudantes atendidos entre 2020/2021) e entrega de chips de dados, estes últimos fornecidos pelo MEC (49 estudantes atendidos entre 2020/2021).

Acompanhamento discente

O acompanhamento discente é o acompanhamento ao longo do tempo, realizado por meio de atendimento, orientação e encaminhamento dos estudantes à rede de

atendimento municipal, no âmbito social, pedagógico ou de atendimento psicológicos e, se necessário, dos pais e responsáveis. Podem ser realizadas ainda reuniões socioeducativas, entrevistas, acompanhamento da frequência escolar, visitas domiciliares, palestras, oficinas, dentre outros.

Capítulo 6 - Diagnóstico da situação atual

A aquisição de um processo de ensino e aprendizagem de qualidade requer a identificação dos desafios que se apresentam no percurso educativo. Tais desafios se vinculam a organização do trabalho pedagógico da escola em todos os campos, colocando a necessidade de diagnosticar os principais problemas da escola encontrados pela comunidade. A partir dos diagnósticos pode se, então, estabelecer propostas de ações para a superação destes problemas.

Sendo assim, seguem os desafios institucionais que necessitam ser enfrentados pelo Câmpus, bem como propostas coletivas de superação:

6.1 - Ensino

Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio

Levantamento/identificação dos problemas	Definição de prioridades	Estratégia de Ações	Cronograma de ações
Necessidade de Reformulação dos PPCs dos três Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio.	Reformular os PPCs dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio.	a) Organizar reuniões das CEICs para reformulação dos PPCs; b) Elaborar propostas para os PPCs; c) Encaminhar as propostas dos PPCs para análise/aprovação.	Final de 2022.

<p>Necessidade de aprimorar a construção dos saberes a partir da integração do conhecimento.</p>	<p>Aprimorar a aprendizagem a partir de projetos integradores.</p>	<p>a) Articular ações de capacitação sobre o tema com os docentes, Equipe de Formação Continuada, Coordenadoria de Gestão de Pessoas e Direção;</p> <p>b) Implantar projetos integradores como prática pedagógica nos cursos Técnicos Integrados;</p> <p>c) Incluir nos novos projetos pedagógicos a integração do conhecimento a partir do desenvolvimento de projetos.</p>	<p>A partir de 2022.</p>
<p>A interdisciplinaridade ocorre de maneira esporádica.</p>	<p>Estabelecer a interdisciplinaridade na rotina dos docentes.</p>	<p>a) Estabelecer calendário para reuniões dos docentes, com o objetivo de planejar e propor atividades interdisciplinares;</p> <p>b) Contemplar o tema nos Encontros de Formação Continuada.</p>	<p>Ação continuada.</p>

<p>Visitas técnicas a empresas, trabalhos de campo, atividades culturais em teatros, museus, exposições, passeios etc. acontecem de forma pontual.</p>	<p>Aprimorar a aprendizagem, articulando saberes com a prática profissional e social.</p>	<p>a) Definir comissões específicas para a organização dessas atividades; b) Organizar visitas técnicas em empresas e instituições de ensino; c) Organizar visitas em espaços culturais e artísticos, museus, bibliotecas, teatros.</p>	<p>Ação continuada.</p>
<p>Baixa presença dos APLs nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.</p>	<p>Estreitar os laços com as empresas e indústrias da região.</p>	<p>a) Fortalecer as ações do Projeto de Extensão Conexão Indústria; b) Elaborar Plano de Trabalho Anual das atividades do Projeto; c) Compartilhar o Plano de Trabalho com os docentes, para articulação das ações com os Planos de Aulas.</p>	<p>Ação continuada.</p>
<p>Necessidade de otimização dos laboratórios (indústria/informática).</p>	<p>Promover a atualização e divulgação permanente dos laboratórios.</p>	<p>a) Identificar necessidades de aprimoramento e atualização dos laboratórios; b) Elaborar projetos de aquisição de equipamentos; c) Estabelecer parcerias com Instituições de Ensino e Pesquisa e com os setores produtivos econômicos dos APLs.</p>	<p>Ação continuada.</p>

<p>Necessidade de fomentar o desenvolvimento sustentável.</p>	<p>Articular o tema sustentabilidade nos PPCs dos cursos, incluindo-o nos Planos de Ensino.</p>	<p>a) Contemplar o tema na reformulação do PPC; b) Organizar de grupos de trabalho temático; b) Promover ações de sustentabilidade no Campus; c) Articular as atividades de ensino, pesquisa e extensão com a Comissão de Sustentabilidade.</p>	<p>a) Final de 2022 para a Reformulação do PPC; b) Ação continuada. c) Ação continuada.</p>
<p>Necessidade de ampliar a participação e permanência dos alunos.</p>	<p>Ampliar a participação discentes nas atividades acadêmicas.</p>	<p>a) Ampliar o atendimento aos alunos, em especial aos que apresentam dificuldades de aprendizagem; b) Estimular a participação dos alunos em atividades culturais, de pesquisa, visitas técnicas, projetos .</p>	<p>Ação continuada.</p>
<p>Baixa participação dos estudantes em Feiras de Ciências, Olimpíadas e Competições Tecnológicas.</p>	<p>Ampliar a participação de estudantes, docentes e técnicos em eventos científicos, feiras de conhecimento e concursos.</p>	<p>a) Adequar os PPCs dos cursos técnicos de forma a incentivar o desenvolvimento de projetos; b) Formar grupos de estudos direcionados para competições específicas; c) Identificar os eventos relacionados às áreas de atuação dos cursos; d) Incentivar a participação de estudantes em eventos científicos, tais como feiras, congressos e olimpíadas de conhecimento; e) Incentivar a produção científica e a divulgação dos</p>	<p>Ação Continuada.</p>

		projetos de pesquisa desenvolvidos.	
Necessidade de estimular a participação social e cidadã.	Articular os conhecimentos e promover ações de inserção social e cidadã nos cursos.	a) Contemplar o tema na reformulação dos PPCs; b) Promover ações de inserção social no âmbito da indústria e outros setores econômicos; c) Articular as atividades de ensino, as ações do NEABI e Formação continuada; d) Incentivar o desenvolvimento de projetos de extensão e ofertar cursos de extensão em parceria com instituições de promoção social.	a) Final de 2022; b) Ação continuada. c) Ação continuada. d) Ação continuada.
Baixo percentual das mulheres nos cursos da área de Exatas.	Promover a participação das mulheres nos cursos da área de Exatas.	a) Fortalecer as ações do Projeto de Extensão IF Meninas; b) Articular ações do Projeto com os PPCs; c) Promover a divulgação das ações na comunidade; d) Estabelecer parcerias com instituições de ensino e pesquisa.	Ação continuada.

Curso Técnico em Mecatrônica nas formas Concomitante/Subsequente

Levantamento/identificação dos problemas	Definição de prioridades	Estratégia de ações	Cronograma de ações
Evasão elevada no curso Técnico Concomitante em Mecatrônica	Reduzir a evasão	oferecer curso em semestral e em dois períodos Trabalhar com projetos de monitoria,	Necessidade de execução permanente

		acompanhamento dos estudantes com vulnerabilidade social, divulgação processo seletivo	
Necessidade de aprimorar a construção dos saberes a partir da integração do conhecimento.	Aprimorar a aprendizagem a partir de projetos integradores	Implantar projetos integradores como prática pedagógica nos cursos da Área da Indústria; Incluir nos novos projetos pedagógicos a integração do conhecimento a partir do desenvolvimento de projetos.	A partir de 2022
Necessidade de capacitação técnica para os docentes	Identificar a necessidade de capacitação técnica de docentes.	Levantamento de demandas; Compartilhamento de Projetos de Capacitação; Participação da Comissão de Formação Continuada	Ação continuada.
Otimização dos laboratórios da área da indústria	Promover a atualização e divulgação permanente dos laboratórios da área da indústria.	Identificar necessidades de aprimoramento e atualização dos laboratórios; Elaborar projetos de aquisição de equipamentos; Estabelecer parcerias com Instituições de Pesquisa e Ensino e setores produtivos econômicos dos APLs	Ação continuada.
Atividades e projetos de pesquisa	Ampliar o desenvolvimento de projetos de pesquisa, orientação dos projetos por docentes e participação dos estudantes	Identificar as linhas de pesquisa dos docentes, da Área; Divulgar as linhas de pesquisa e projetos desenvolvidos; Participação no Conpesq;	Ação Continuada
Necessidade de se trabalhar o tema	Incluir a	Discutir formas para incluir o tema	Final de 2022

“sustentabilidade” nos cursos da Área	sustentabilidade nos projetos dos cursos da Área.	“sustentabilidade” nos cursos da Área; Discutir com as Comissões para reformulação dos cursos como e o que incluir nos PPC de forma a contemplar a “sustentabilidade” nos projetos dos cursos	
Proposição de cursos de formação inicial/continuada comunidade interna/externa	Projetos de cursos de extensão voltados para demandas do arranjo produtivo local	Formar comissão; Reunião com docentes para identificação das demandas; Elaboração de projetos	Ação continuada.
Incentivo a disponibilização de atividades complementares aos cursos	Promoção de Atividades Acadêmicas, Científicas e Culturais (AACC)	Formar comissão; Reunião entre docentes e assistência social/representante de bairro para identificação das demandas; Elaboração de projetos	Ação continuada.
Elaboração de acordos de cooperação e/ou parcerias	Projetos de cursos de parceria voltados para demandas do arranjo produtivo local	Formar comissão; Reunião com docentes para identificação das demandas; Elaboração de projetos	Ação continuada.
Incentivo a estágio Curricularização da extensão	Indissociabilidade e entre a curricularização da extensão e os PPC's dos cursos	Alinhar com Presidente da comissão de reformulação dos cursos e do PPC	Final de 2022
Ausência de acompanhamento contínuo da efetividade das ações previstas no Projeto Político-pedagógico (PPP)	Definição de calendário público contendo o planejamento da execução das ações previstas no PPP	Realizar reuniões com os gestores do câmpus para a definição de prazos, responsabilidades e ações previstas no PPP Responsável	Ação contínua a ser realizada a cada início de ano letivo

		Institucional: Diretor Adjunto Educacional	
Interdisciplinaridade entre componentes curriculares complementares e suplementares	merge entre componentes do mesmo período contemplado no PPC's dos cursos	Alinhar com Presidente da comissão de reformulação dos cursos e do PPC	Final de 2022
Baixa participação de estudantes em feiras de ciências, olimpíadas e competições tecnológicas	Ampliar a participação de estudantes, docentes e técnicos em eventos científicos, Feiras do conhecimento e concursos	Identificar os eventos relacionados a área de atuação dos cursos; Incentivar a participação de estudantes em eventos científicos como Feiras, Congressos e Olimpíadas do conhecimento; Incentivar a produção científica e a divulgação dos projetos de pesquisa desenvolvidos;	Ação Continuada
Realizar visitas técnicas, trabalhos de campo e atividades culturais como visitas em empresas, museus, passeios, exposições etc.	Aprimorar a aprendizagem articulando saberes com a prática profissional e social	Organizar visitas técnicas em empresas e instituições de ensino Organizar visitas em espaços culturais e artísticos, museus, bibliotecas, teatros.	Ação continuada
Socializar e divulgar com mais amplitude o Projeto de Extensão Conexão Indústria tanto para comunidade interna quanto externa	Fortalecer as ações do Projeto de Extensão Conexão Indústria	Elaborar Plano de Trabalho Anual das atividades do Projeto; Compartilhar o Plano de Trabalho com os docentes e articulando as ações com os Planos de Aulas;	Ação continuada

Necessidade de Reformulação do PPC dos Cursos Técnicos Integrados e concomitante	Reformular o PPC	Organizar reuniões da Ceic para reformulação dos PPPCs	Final de 2022
Baixa participação de estudantes em feiras de ciências, olimpíadas e competições tecnológicas	Ampliar a participação de estudantes, docentes e técnicos em eventos científicos, Feiras do conhecimento e concursos	Identificar os eventos relacionados a área de atuação dos cursos; Incentivar a participação de estudantes em eventos científicos como Feiras, Congressos e Olimpíadas do conhecimento; Incentivar a produção científica e a divulgação dos projetos de pesquisa desenvolvidos;	Ação Continuada
Fomentar a participação social e cidadã	Articular os conhecimentos e promover ações inserção social e cidadã nos cursos	Reformular os PPCs; Promover ações de inserção social no âmbito da Indústria e outros setores econômicos; articular as atividades de ensino, as ações do NEABI; continuada Incentivar e ofertar cursos de extensão em Parceria com instituições de promoção social	Final de 2022
Necessidade de aprimorar a construção dos	Aprimorar a aprendizagem a	Implantar projetos como prática	Ação continuada.

saberes a partir da integração e interdisciplinaridade do conhecimento entre áreas afins e incomuns.	partir de projetos integradores. estabelecer a cultura entre a comunidade docente para o desenvolvimento e parceria de estratégias de conteúdos integradores/interdisciplinares	pedagógica nos cursos da Área da Indústria; Incluir nos novos projetos pedagógicos a integração do conhecimento a partir do desenvolvimento de projetos.	
--	--	---	--

Curso Superior de Bacharelado em Engenharia de Controle e Automação

Levantamento/ Identificação dos problemas	Definição de prioridades	Estratégia de ações	Cronograma de ações
Necessidade de capacitação técnica para os docentes	Identificar a necessidade de capacitação técnica de docentes.	Levantamento de demandas; Compartilhamento de Projetos de Capacitação; Participação da Comissão de Formação Continuada	Ação continuada.
Otimização dos laboratórios da área da indústria	Promover a atualização e divulgação permanente dos laboratórios da área da indústria.	Identificar necessidades de aprimoramento e atualização dos laboratórios; Elaborar projetos de aquisição de equipamentos; Estabelecer parcerias com Instituições de Pesquisa e Ensino e setores produtivos econômicos dos APLs	Ação continuada.
Atividades e projetos de pesquisa	Ampliar o desenvolvimento de projetos de pesquisa, orientação dos projetos por	Identificar as linhas de pesquisa dos docentes, da Área; Divulgar as linhas de pesquisa e projetos desenvolvidos;	Ação Continuada

	docentes e participação dos estudantes	Participação no Conpesq;	
Proposição de cursos de formação inicial/continuada comunidade interna/externa	Projetos de cursos de extensão voltados para demandas do arranjo produtivo local	Formar comissão; Reunião com docentes para identificação das demandas; Elaboração de projetos	Ação continuada.
Incentivo a disponibilização de atividades complementares aos cursos	Promoção de Atividades Acadêmicas, Científicas e Culturais (AACC)	Formar comissão; Reunião entre docentes e assistência social/representante de bairro para identificação das demandas; Elaboração de projetos	Ação continuada.
Elaboração de acordos de cooperação e/ou parcerias	Projetos de cursos de parceria voltados para demandas do arranjo produtivo local	Formar comissão; Reunião com docentes para identificação das demandas; Elaboração de projetos	Ação continuada.
Baixa participação de estudantes em feiras de ciências, olimpíadas e competições tecnológicas	Ampliar a participação de estudantes, docentes e técnicos em eventos científicos, Feiras do conhecimento e concursos	Identificar os eventos relacionados a área de atuação dos cursos; Incentivar a participação de estudantes em eventos científicos como Feiras, Congressos e Olimpíadas do conhecimento; Incentivar a produção científica e a divulgação dos projetos de pesquisa desenvolvidos;	Ação Continuada
Realizar visitas técnicas, trabalhos de	Aprimorar a aprendizagem	Organizar visitas técnicas em empresas e	Ação continuada

campo e atividades culturais como visitas em empresas, museus, passeios, exposições etc.	articulando saberes com a prática profissional e social	instituições de ensino Organizar visitas em espaços culturais e artísticos, museus, bibliotecas, teatros.	
Socializar e divulgar com mais amplitude o Projeto de Extensão Conexão Indústria tanto para comunidade interna quanto externa	Fortalecer as ações do Projeto de Extensão Conexão Indústria	Elaborar Plano de Trabalho Anual das atividades do Projeto; Compartilhar o Plano de Trabalho com os docentes e articulando as ações com os Planos de Aulas;	Ação continuada
Baixa participação de estudantes em feiras de ciências, olimpíadas e competições tecnológicas	Ampliar a participação de estudantes, docentes e técnicos em eventos científicos, Feiras do conhecimento e concursos	Identificar os eventos relacionados a área de atuação dos cursos; Incentivar a participação de estudantes em eventos científicos como Feiras, Congressos e Olimpíadas do conhecimento; Incentivar a produção científica e a divulgação dos projetos de pesquisa desenvolvidos;	Ação Continuada

Curso Superior de Licenciatura em Matemática

Levantamento/ Identificação dos problemas	Definição de prioridades	Estratégia de ações	Cronograma de ações
Evasão	Diminuir a evasão	Identificar as principais causas e promover ações de combate.	Ação continuada.

Pouca procura para ingresso no curso	Dar mais visibilidade ao curso	Campanhas e ações de divulgação.	Ação continuada.
Dificuldades em adaptação ao curso dos estudantes ingressantes	Ampliar as ações existentes.	Identificar e discutir as principais dificuldades para superá-las.	Ação continuada.
Necessidade de atualização do curso	Reformulação do Projeto Pedagógico do Curso	Seguir os trâmites conforme as resoluções e portarias	Por demanda

Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (ADS)

Levantamento/ Identificação dos problemas	Definição de prioridades	Estratégia de Ações	Cronograma de ações
1-Edital nº 36, 12 de julho de 2021- ENADE	Participar do ENADE 2021	Estudar o Edital; Levantar os estudantes habilitados; Atualizar SUAP; Inscrever estudantes no INEP; Convocar os estudantes; Orientar os estudantes; Acompanhar publicações;	Julho/2021 até set./2022

<p>2 - Atender ao Currículo Referência e Curricularização da Extensão</p>	<p>Reformular o Projeto Pedagógico de Curso ADS</p>	<p>Estudar a regulamentação sobre a Curricularização da Extensão; Atender ao Currículo Referência; Atender demandas do mercado; Elaborar novo PPC; Tramitar novo PPC.</p>	<p>Dez /2022</p>
<p>3- Dificuldade na divulgação dos processos seletivos</p>	<p>Melhorar a divulgação dos processos seletivos na Região Bragantina</p>	<p>Criar procedimentos; Captar recursos financeiros para divulgação dos cursos;</p>	<p>Sob demanda</p>
<p>4-Portarias e Instruções Normativas.</p>	<p>Adequar os Projetos Pedagógicos de Cursos atendendo às demandas institucionais e do mundo do trabalho.</p>	<p>Aplicar os Estatutos em conformidade com as regulamentações/ resoluções e Portarias do IFSP.</p>	<p>Ação continuada.</p>
<p>5- Necessidade de ampliação dos convênios</p>	<p>Promover novas parcerias</p>	<p>Estabelecer Acordos de Cooperação Técnica entre duas ou mais instituições públicas ou privadas, visando a realização de um trabalho conjunto, de interesse comum.</p>	<p>Sob demanda.</p>

6 -Inexistência de equipamentos e softwares para elaboração e correção.	Promover a capacitação dos docentes para o uso do moodle como ferramenta para elaboração e correção.	Pesquisar e apresentar soluções que atendam a tais necessidades e promover a capacitação dos docentes;	2023
7-Falta de motivação dos estudantes	Capacitar todos os docentes do curso	Promover a capacitação de docentes em metodologias ativas e alternativas para desenvolver abordagens didáticas mais atraentes objetivando a motivação dos estudantes.	Ação continuada.

Curso Superior de Tecnologia em Mecatrônica Industrial

Levantamento/ Identificação dos problemas	Definição de prioridades	Estratégia de ações	Cronograma de ações
O curso Tecnologia em Mecatrônica Industrial tem seu principal problema a baixa procura na região o que levou o campus escolher a extinção do mesmo. Foi realizada uma pesquisa na região e verificou-se também a baixa aceitação pela indústria local.	Finalizar as formações dos últimos estudantes que apresentam as condições; Realizar a extinção do curso.	Formar os últimos estudantes através do cumprimento das disciplinas faltantes; Realizar quando possível aplicação do excepcional aproveitamento de estudos.	2022 2º semestre = Formar estudantes restantes dentro das estratégias de ações; Final de 2022 = Finalizar o curso.

Biblioteca

Levantamento/ Identificação dos problemas	Definição de prioridades	Estratégia de ações	Cronograma de ações
Os Planos de Ensino são atualizados no mínimo uma vez a cada dois anos, ou conforme a necessidade identificada no curso.	Adequar, completar e atualizar o acervo em conformidade com os Projetos Pedagógicos dos Cursos e seus Planos de Ensino.	Atualização dos Planos de Ensino no sistema Pergamum após o Processo orientado pela Instrução Normativa PRE/IFSP nº 001, de 11 de fevereiro de 2019, inclusão das planilhas de cotação para Aquisição de Acervo Bibliográfico	Em conformidade com as atualizações.
Identificação das necessidades informacionais e de lazer dos usuários.	Enriquecimento do acervo com aquisição de obras das diversas áreas do conhecimento, pautada na Política de Desenvolvimento de Coleções das Bibliotecas do IFSP, bem como aquisição de outros materiais educativos e de lazer.	Verificação, através de relatórios estatísticos, obras/temas mais emprestados, coleta de sugestões de aquisição.	Anualmente.
Pouca familiarização e uso da Biblioteca Virtual e bases de dados e outras fontes de informação.	Incentivo ao uso da biblioteca virtual e bases de dados e demais fontes disponíveis.	Ofertar treinamentos sobre as mesmas.	Semestralmente
Dificuldades no uso de normas.	Desenvolvimento de palestras e treinamentos específicos em conjunto com docentes.	Colaboração com as disciplinas relacionadas com metodologia de pesquisa e estágio para desenvolvimento de palestras sobre normas e afins.	Semestralmente

Divulgar mais obras literárias, auxiliando no desenvolvimento do hábito da leitura.	Implementação de novas estratégias de incentivo à leitura.	Implantação do Clube da Leitura, com rodas de conversa sobre obras e outras atividades relacionadas.	Em até 2 anos.
CBI atua pouco em conjunto com outros setores administrativos.	Pesquisar junto aos setores do Câmpus como a Coordenadoria de Biblioteca pode atuar junta a eles.	Dependerá dos resultados identificados nos levantamentos.	Indeterminado
Quadro de equipe insuficiente: a CBI possui apenas três servidores, o que compromete a execução do trabalho do setor, pois as bibliotecárias acabam atuando a maior parte do tempo no serviço operacional, como empréstimos e devoluções, etc., dificultando atividades específicas do cargo, como processamento técnico, desenvolvimento de projetos, atividades administrativas, e diversos.	Ampliar o quadro de servidores atuantes na CBI.	Necessário 1 (um) servidor Auxiliar de Biblioteca e/ou Auxiliar Administrativo e/ou Assistente em Administração.	Prioritário, no entanto, a meta apontada depende de atores externos a CBI, o que inviabiliza estipular prazos.
Usuários não possuem habilidades para identificar suas necessidades informacionais, avaliar, saber buscar e usar eficientemente a informação desejada.	Desenvolvimento de ações voltadas à competência em informação com os usuários.	Ensinar mais sobre o sistema de classificação e organização da informação na biblioteca, no uso do acervo, na identificação de tipos de obras, uso do catálogo online e demais fontes de pesquisa, atuando em conjunto com	Indeterminado

		outras metas supracitadas.	
Climatização não adequada	Instalação de sistema de ar condicionado central, com controle de níveis de temperatura e umidade, visando a conservação do acervo e conforto térmico dos usuários.	Projeto Institucional.	Em até 4 anos.
Design do espaço pouco atraente.	Tornar o espaço visualmente mais atrativo, através de pinturas, artes, mobília criativa, etc.	Projeto Institucional.	Em até 4 anos.

Coordenadoria Sociopedagógica

Levantamento/ Identificação dos problemas	Definição de prioridades	Estratégia de ações	Cronograma de ações
A equipe sociopedagógica está incompleta (falta TAE e assistente em administração).	Completar a equipe	Redistribuição de servidores	Indeterminado
A equipe sociopedagógica está com elevada demanda, que somada a incompletude da equipe, sobrecarrega as servidoras do setor.	Aprimorar a distribuição das tarefas entre setores.	Distribuição de atribuições em parceria com a CAE	Ação continuada.

Percebeu-se um aumento nos casos de baixa frequência e desistências nos cursos técnicos integrados.	Diminuir a evasão.	Acompanhamento quinzenal da frequência dos estudantes	Ação continuada.
Necessidade de profissional para Atendimento Educacional Especializado (AEE).	Aprimorar o atendimento aos estudantes com necessidades específicas.	Contratação de professor AEE.	Indeterminado
Contratação de mais profissionais Tradutores-Intérpretes de Libras.	Aprimorar o atendimento ao estudante surdo no campus.	O NAPNE está realizando Estudo Preliminar para a contratação de mão-de-obra por meio de licitação.	2022

Carácter Geral

Levantamento/ Identificação dos problemas	Definição de prioridades	Estratégia de ações	Cronograma de ações
Necessidade de capacitação técnica para os docentes.	Identificar a necessidade de capacitação técnica dos docentes nas áreas técnicas e formação geral.	a) Efetuar levantamento de demandas; b) Compartilhar os Projetos de Capacitação; c) Participar da Comissão de Formação Continuada; d) Elaborar política de capacitação dos docentes de acordo	Ação continuada.

		com os valores do PPP.	
Necessidade de ampliação das atividades e projetos de pesquisa.	<p>a) Criar grupos de pesquisa;</p> <p>b) Ampliar o desenvolvimento de projetos de pesquisa e o envolvimento dos docentes na orientação dos projetos com participação dos estudantes.</p>	<p>a) Identificar as linhas de pesquisa dos docentes;</p> <p>b) Divulgar as linhas de pesquisa e projetos desenvolvidos;</p> <p>c) Estimular a participação dos estudantes em pesquisas;</p> <p>d) Estimular a participação no Conpesq.</p>	Ação Continuada.
Necessidade de fortalecimento da identidade institucional do campus na cidade e na região.	Ampliar e fortalecer a identidade do campus na cidade e na região.	<p>a) Realizar ações que contribuam para o fortalecimento da identidade do campus junto à imprensa, empresas, escolas, clubes de serviço e outras instituições;</p> <p>b) Divulgar a identidade visual da instituição.</p>	Médio prazo.

Necessidade de adequação e ampliação dos ambientes para práticas corporais, culturais e de lazer	Adequar e ampliar os ambientes para práticas corporais, culturais e de lazer	Criar espaços de convivência discente para a prática de atividades diversas.	Médio prazo.
Ausência de acompanhamento das ações previstas no PPP e demais documentos institucionais.	Definição de calendário público contendo o planejamento da execução das ações previstas no PPP e demais documentos institucionais.	Realizar reuniões com os gestores do campus para a definição de prazos, responsabilidades e ações previstas no PPP e demais documentos institucionais.	Ação contínua.

6.2 - Pesquisa

Levantamento/identificação dos problemas	Definição de prioridades	Estratégia de ações	Cronograma de ações
Baixa participação em atividades de pesquisa e baixa produção científica.	Definir e executar ações de incentivo de participação dos docentes ou grupos de pesquisas Aumentar a produção científica por parte da comunidade	Levantar as áreas de pesquisas dos docentes do câmpus. Maior incentivo em Horas-Aula destinadas à pesquisa.	Ação contínua.

	acadêmica do Câmpus.	Definir políticas de incentivo.	
Baixa quantidade de submissão de projetos de pesquisa para editais de fomento externos.	Definir e executar ações de incentivo de participação dos docentes ou grupos de pesquisas nesses editais. Alcançar pelo menos duas submissões de projetos em editais de qualquer área do conhecimento a cada 2 anos.	Levantar as áreas de pesquisas dos docentes do câmpus. Maior incentivo em Horas-Aula destinadas à pesquisa. Definir políticas de incentivo.	Ação contínua.
Dificuldades de acesso e uso dos espaços e equipamentos do Câmpus para pesquisa.	Revisão e eventual atualização das normas e regulamentos do uso dos espaços e equipamentos do Câmpus para pesquisa. Simplificação dos procedimentos envolvidos.	Levantar demandas de uso dos espaços de pesquisa do campus. Políticas que assegurem acesso adequado aos equipamentos/recursos/espços para atividades de pesquisa. Revisão periódica dos documentos normatizadores.	Ação contínua.
Pouco conhecimento da comunidade interna sobre os grupos de pesquisa do campus. Ausência de um encontro periódico dos grupos de pesquisa do campus.	Melhorar a divulgação das atividades dos grupos de pesquisa no site institucional. Realizar encontro de grupos de pesquisa do Campus, presencial ou virtual, e estabelecer periodicidade (por exemplo bi-anual).	Fomentar e estimular junto aos grupos de pesquisa, a divulgação de suas reuniões, atividades e trabalhos publicados. Articular reunião/encontro periódico entre os grupos de pesquisa do campus, podendo incluir pesquisa e extensão.	Ação contínua.

Baixa adesão e envolvimento dos alunos do ensino médio em atividades de pesquisa.	Obter maior participação dos alunos do ensino médio em atividades de pesquisa	Estimular a divulgação das atividades dos pesquisadores e grupos de pesquisa do Campus. Levantar as possíveis áreas temáticas para orientadores. Promover um encontro dos orientadores com as turmas de ensino médio.	Ação contínua.
---	---	---	----------------

6.3 - Extensão

Levantamento/identificação dos problemas	Definição de prioridades	Estratégia de ações	Cronograma de ações
Organização, acompanhamento do desenvolvimento dos cursos de extensão	Acompanhar e supervisionar o desenvolvimento das propostas pedagógicas do curso de extensão	Designar servidor para fazer o acompanhamento pedagógico dos cursos de extensão	Curto prazo
Diminuta participação da Comunidade Externa em eventos	Ampliar a divulgação das ações desenvolvidas no câmpus; Analisar o conteúdo ofertado e o público alvo desejado	Aprimorar a propaganda do Instituto realizada na cidade e na região através da imprensa local e redes sociais; Praticar ações específicas de divulgação para cada público alvo	Ação contínua.
Baixa efetivação das matrículas no cursos FIC por falta de envio de documentos pelos candidatos sendo necessário a	Efetivar mais matrículas da primeira chamada dos editais	Alterar o fluxo de envio de documentos; Aderir ao sistema de matrículas do gov.br	Ação contínua.

utilização de listas de espera e deixando o processo mais lento e trabalhoso			
Evasão em cursos FIC	Analisar os cursos e o conteúdo ofertado; Entender os motivos das evasões	Revisar os PPCs dos cursos; Levantar as demandas da região; Realizar pesquisas com alunos evadidos	Ação contínua.
Apoiar Ações, Programas e Projetos de Extensão	Consolidar as ações de Extensão como processo educativo, cultural e científico, articulado com o ensino e a pesquisa no cotidiano acadêmico e no mundo do trabalho.	Promover a integração entre as Coordenadorias de Ensino, Pesquisa e Extensão; Incentivar a participação dos docentes, técnicos administrativos e estudantes em ações de extensão.	Ação contínua.
Desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica	Impulsionar o desenvolvimento da extensão e da divulgação científica.	ampliar o acesso à educação profissional e à qualificação; socializar e divulgar experiências extensionistas	Ação contínua.
Curricularização da Extensão	Promover debates e ações que propiciem a oferta de ação de extensão como atividade curricular	Assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para as áreas de grande pertinência social.	2022
Falta de conhecimento e dificuldade de interpretação de normas, leis, obrigações e procedimentos pelos alunos	Orientar os alunos sobre as obrigações referentes aos estágio desde o início do curso	Apresentar as atribuições do setor aos alunos nos cursos; Divulgar material necessário aos alunos e professores; Ofertar cursos de interpretação de	Ação contínua.

estagiários		texto; Ampliar a atuação dos coordenadores de estágio.	
Falta de uma participação maior dos orientadores de estágio na vivência com o estagiário.	Criar uma relação mais próxima entre estagiário, orientador e CEX	Promover encontros entre orientador e estagiário; Realizar reuniões entre orientador e CEX; Seguir de forma mais efetiva todos os itens previstos no regulamento de estágio aprovado pela portaria 1204/2021	Curto Prazo
Falta de estrutura física e tecnológica	Informatizar rotinas e adquirir equipamentos	Adquirir uma Impressora devido a necessidade de arquivamento físico de documentos; Desenvolver módulo no SUAP para o controle de eventos; Utilizar o gov.br para matrícula nos cursos de Extensão; Realizar a digitalização de todos os documentos	Curto e Médio Prazo
Trocas constantes de Coordenador no setor, inviabilizando a continuidade de trabalhos anteriores	Conscientizar os servidores sobre as atividades e a importância da Coordenação;	Apresentar as atribuições do setor a todos os servidores; Expor os resultados obtidos junto a comunidade interna e externa; Criar uma relação forte entre o coordenador e demais servidores do setor	Curto Prazo
Falta de pessoal, a CEX possui dificuldade de encontrar coordenador com perfil de gestor e conta com apenas 3 servidores (incluindo o coordenador) que	Ampliar o quadro de servidores no setor; Promover treinamentos;	Promover cursos de gestão, comunicação e administração de processos; Promover treinamento aos servidores referentes às diversas ações executadas; Necessário ao menos mais um	Curto e Médio Prazo

atuam nas diversas ações como atendimento, documentação, arquivamento, cadastramento, emissão de certificados, estágio, PRONATEC, visitas técnicas, eventos, acompanhamento de egressos, convênios, palestras, projetos sociais, relações internacionais, cooperativismo e empreendedorismo além de comissões diversas		servidor para auxiliar nas ações operacionais que envolvem os cursos, acordos, eventos e convênios.	
--	--	---	--

6.4 - Administrativa

Levantamento/identificação dos problemas	Definição de prioridades	Estratégia de ações	Cronograma de ações
Infraestrutura da escola	Instalação da cobertura da quadra poliesportiva e adequação do espaço	1 - Buscar recursos junto a Reitoria; 2 - Elaborar e executar projeto de instalação da cobertura da quadra poliesportiva	2022
	Construção do Refeitório	1 - Buscar recursos junto a Reitoria; 2 - Elaborar e executar projeto de construção do refeitório	2023
	Construção do Auditório	1 - Buscar recursos junto a Reitoria; 2 - Elaborar e executar projeto de construção do Auditório	2025
	Ampliação da área	1 - Buscar recursos	2025

	de Lazer e Descanso dos Estudantes e Servidores	junto a Reitoria; 2 - Elaborar e executar projeto de ampliação da área de lazer.	
	Instalação de Coberturas nas passarelas e rampas de acesso da escola	1 - Prever no orçamento do campus recursos; 2 - Elaborar o DFD 3 - Elaborar o ETP 4 - Elaborar o Termo de Referência e o Edital 5 - Realizar o Processo licitatório 6 - Contratar a execução do serviço de instalação de Coberturas nas passarelas e rampas de acesso da escola	2024
	Realizar a Pintura da Escola	1 - Prever no orçamento do campus recursos; 2 - Elaborar o DFD 3 - Elaborar o ETP 4 - Elaborar o Termo de Referência e o Edital 5 - Realizar o Processo licitatório 6 - Contratar a execução do serviço de pintura da escola	2022
	Elaboração e execução de Projeto de Climatização para o campus	1 - Prever no orçamento do campus recursos; 2 - Elaborar o DFD 3 - Elaborar o ETP 4 - Elaborar o Termo de Referência e o Edital 5 - Realizar o Processo licitatório 6 - Contratar a execução do serviço e aquisição de materiais para a climatização do campus	2023

	Instalação da Usina Fotovoltaica	Acompanhar junto a Reitoria a execução da instalação da Usina Fotovoltaica no campus	2022
Fornecer aos estudantes uma alimentação mais saudável	Adequação da Alimentação dos Estudantes do Ensino Médio	1 - Estudar formas de fornecer aos estudantes alimentos mais saudáveis. 2 - Elaborar o DFD 3 - Elaborar o ETP 4 - Elaborar o Termo de Referência e o Edital 5 - Realizar o Processo licitatório 6 - Contratar o fornecimento de alimentos saudáveis pra os estudantes do ensino médio.	2023
Falta identificação do prédio do campus	Instalação de Letreiro de identificação para promover uma identificação visual satisfatório para quem esteja nas áreas externas próximas, contribuindo para a promoção do Campus	1 - Prever no orçamento do campus recursos; 2 - Elaborar o DFD 3 - Elaborar o ETP 4 - Elaborar o Termo de Referência e o Edital 5 - Realizar o Processo licitatório 6 - Contratar a execução do serviço de instalação de Letreiro de identificação na fachada do prédio do campus	2022
Segurança dos bens materiais e comunidade escolar	Adequação da Segurança do Campus	1 - Instalar todas as Câmeras de Segurança já adquiridas 2 - Adequar o Sistema de Alarme as necessidades da escola	2022
Falta de motivação dos servidores	Promover a satisfação das pessoas, no	1- Tratar a todos com distinção e igualdade, mesmo	Ação contínua.

	<p>exercício de suas funções , para que possa refletir em um excelente atendimento para a sociedade e desenvolvimento das atividades do setor , atingindo seus objetivos.</p>	<p>que não pertençam ao mesmo partido ou departamento de trabalho, pois todos trabalham para um só erário e mesma população. 2 - Promover o equilíbrio e a harmonia no ambiente laboral, onde todos possam trabalhar com alegria e se expressar com saudável bom humor. 3 - Trabalhar muito em equipe, onde a partilha de dons e qualidades faz com que um se beneficia do outro sem perder sua identidade. 4 - Realizar reuniões setoriais e dinâmicas para aprimorar o desenvolvimento das atividades e atingir o interesse público</p>	
<p>Visibilidade das ações e dados administrativos e acadêmicos</p>	<p>Gerar uma maior transparência das ações e dados administrativos e acadêmicos</p>	<p>Disponibilizar e dar publicidade no site do campus de todas as ações e dados administrativos e acadêmicos</p>	<p>Ação contínua.</p>

Salientamos que as metas e respectivos responsáveis ora propostos são sugestões e as datas são previsões que podem sofrer alterações devido às condições do Câmpus, principalmente relacionadas ao espaço físico e à quantidade de servidores.

Capítulo 7 - Construção e Reconstrução do Projeto Político Pedagógico

A escola como uma instituição social voltada para a educação do cidadão, tem como objetivo principal a sua instrução e a sua formação. Entretanto, esses objetivos podem ser alcançados com uma melhor qualidade quando integrados e articulados aos objetivos administrativos.

Por perceber isto, é que optamos por reestruturar o Projeto Político Pedagógico da escola, entendendo que todos os envolvidos no processo deveriam ser protagonistas desta ação e assim participarem de forma efetiva na reconstrução do mesmo, de suas mudanças e enfrentamento de obstáculos, fortalecendo seu papel de norteador das atividades educativas.

Todavia, com a participação da comunidade escolar na reestruturação do PPP, houve um repartir de responsabilidades da equipe diretiva com todos que passavam a ser agentes públicos e democráticos, frente às demandas sociais, pedagógicas e administrativas do dia-a-dia da Unidade Escolar.

Este trabalho não representa uma nova revelação, mas confirma a inegável importância do PPP como elemento crucial no estabelecimento de gestão democrática e de uma educação pública de qualidade, onde todos devem trabalhar em conjunto para obter um resultado afinado e um sucesso comum.

Esperamos que nos próximos anos após a concretização deste trabalho, alcancemos o objetivo de obter a participação efetiva da comunidade escolar e local.

Considerando que é do interesse da sociedade que seus cidadãos sejam educados, instruídos e formados, é importante entender como as políticas educacionais podem fazer a diferença no âmbito escolar para a efetivação da melhoria da qualidade do ensino e aprendizagem.

Para que a escola, realmente, alcance os seus objetivos, é de fundamental importância que a construção e o acompanhamento do Projeto Político Pedagógico estejam alicerçados em uma administração participativa, coletiva, em que as decisões sejam democratizadas e que o seu processo de avaliação e revisão seja uma prática coletiva constante, como oportunidades de reflexão para mudanças de direção e caminho.

Concluimos então que reestruturar o PPP do Câmpus Bragança Paulista foi uma tarefa extremamente importante e necessária, dada a necessidade do feito para o desenvolvimento de um trabalho de qualidade, em que se entende a importância da coletividade nesse processo dinâmico de construção de identidade da escola em tempos de mudanças significativas na educação brasileira.

Consideramos realizado o processo de reestruturação do PPP do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, Campus Bragança Paulista. Temos, porém, a certeza de que foi dado um importante passo, pois a equipe se conscientizou da grande relevância de se rever ações educativas cotidianas no processo escolar.

7.1 - Avaliação do processo de construção

O processo de construção do projeto político-pedagógico de uma escola é dinâmico, exige esforço coletivo e comprometimento. Não é apenas a elaboração de um documento

escrito; deve ser legitimado na ação. É um desafio para a transformação da realidade que se apresenta.

A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, lei nº 9394/1996, institui-se a gestão democrática como um princípio fundamental das instituições públicas de ensino. Observa-se no artigo 14 da referida lei que a gestão democrática é assegurada pela participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político pedagógico da instituição escolar. Neste sentido, para a elaboração do presente projeto pedagógico formou-se uma comissão, instituída pela Portaria Nº BRA.0075/2021, de 05 de julho de 2021, com servidores, discentes e representantes da comunidade externa que exercem diferentes funções para o desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico (PPP) do câmpus. O trabalho da presente comissão foi direcionado por dois balizadores:

- 1) Os documentos norteadores da Pró-reitoria quanto a estrutura e elaboração do Projeto Político Pedagógico: Ofício Nº 23/2021 - PRO-ENS/RET/IFSP e o Ofício N.º 46/2021 - PRO-ENS/RET/IFSP
- 2) A participação efetiva da comunidade acadêmica, não somente os profissionais da educação como previsto na LDB.

Os trabalhos sucederam estudos acadêmicos sobre projeto político pedagógico, leitura dos documentos e normatizações do próprio IFSP e dos marcos regulatórios da legislação educacional, diagnóstico da realidade atual a partir do olhar e da percepção da comunidade e por fim redação e revisão do documento. Observa-se que a comissão percebeu que o diagnóstico só seria significativo se efetivamente envolvesse a participação e a contribuição de todos os servidores, estudantes e também pais/responsáveis.

Assim, os trabalhos da comissão, a partir dos estudos acadêmicos e da contribuição da comunidade, concluiu que o presente projeto é um documento vivo, não apenas um instrumento burocrático, porque traz o olhar da coletividade para a visão de presente e futuro do câmpus, entretanto, é provisório porque entende também que a complexidade da realidade social provoca mudanças constantes dentro da instituição educacional.

Considerações Finais

Considerando o Projeto Político Pedagógico é um documento que deve estar em constante reformulação, de maneira a contemplar as mudanças da escola, sugere-se que hajam mais espaços de discussão para que toda comunidade escolar possa expressar suas idéias para melhoria da dinâmica escolar e do processo de ensino-aprendizagem.

Referências

ANDER-EGG, E. **Introducción a las técnicas de investigación social: para trabajadores sociales**. 7 ed. Buenos Aires: Humanitas, 1978. 283p.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996: Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 05 ago 2021.

BRASIL. **Lei 11.892**, de 29 de dezembro de 2008: Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 05 ago 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Um novo modelo de Educação Profissional e Tecnológica: Concepções e diretrizes**. Brasília, 2010.

DELLORS, J. **Educação um Tesouro a Descobrir**. São Paulo: Cortez, 1999.

FERRAROTTO, L.; NOGUERIA, C. F.; TOMAZ, Sandra C. **Avaliação Institucional Participativa - Fragilidades, Potencialidades e Possibilidades**. Campinas, Unicamp, 2014.

FORGRAD. **Resgatando espaços e construindo ideias: ForGRAD 1997 a 2004**. 3. ed. Uberlândia, MG: EDUFU, 2004. Disponível em: http://www.forgrad.com.br/documentos/publicacoes/publicacao_7.pdf. Acesso em: 11 ago. 2021

FORPROEX. **Fórum De Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus, AM, maio de 2012. Disponível em: <http://www.renex.org.br/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>. Acesso em: 11 ago 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Juventude, trabalho e educação no Brasil: Perplexidades, desafios e perspectivas**. In: NOVAES, R e Vanuchi, P. (orgs). *Juventude e sociedade - trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2004.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA . **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

IFSP. **PDI 2009-2013**. São Paulo, 2009.

IFSP. **PDI 2014-2018**. São Paulo, 2014.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. Resolução n.º 62/2018, de 07 de agosto de 2018. **Aprova a Organização Didática da Educação Básica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo.** Disponível em: https://jnd.ifsp.edu.br/images/documentos/OrgDidatica_Educacao-Basica_Resolucao_62-2018.pdf. Acesso em: 20 ago 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. Resolução n.º 147/2016, de 06 de dezembro de 2016. **Aprova a Organização Didática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – Cursos Superiores.** Disponível em: https://ifsp.edu.br/images/reitoria/Resolucoes/resolucoes2016/Resolucao_147_2016_Aprova_Organizacao_Didtica_Cursos_Superiores.pdf. Acesso em: 20 ago 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. Resolução n.º 02/2021, de 29 de junho de 2021. **Altera a resolução n.º 62/2018, de 07 de agosto de 2018, que trata da Organização Didática da Educação Básica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo.** Disponível em: <https://drive.ifsp.edu.br/s/mk6CuwplbBdAgsA#pdfviewer>. Acesso em: 20 ago 2021.

LEITE, D. **Reformas Universitárias: avaliação institucional participativa.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos.** São Paulo: Loyola, 2003.

PACHECO, Eliezer (Org.). **Institutos Federais: uma revolução da educação profissional e tecnológica.** São Paulo: Moderna, 2011.

PACHECO, Eliezer Moreira. MORIGI, Valter. **Ensino Técnico, Formação Profissional e Cidadania.** Porto Alegre: Tekne, 2012.

PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). **História da Cidadania.** 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2003.
VINHA, T; ASSIS, O. Z. M. “A construção de personalidades éticas e o papel da escola” disponível em: <https://pe.senac.br/congresso/anais/2015/arquivos/pdf/atlas/Texto%201%20Telma%20Vinha.pdf>

RAMOS, Marise Nogueira. **O projeto unitário de ensino médio sob os princípios do trabalho, da ciência e da cultura.** In: FRIGOTTO, Gaudêncio e CIAVATTA (orgs.). **Maria. Ensino médio. Ciência, cultura e trabalho.** Brasília, MEC/SETEC, 2004

VIGOTSKI, Lev Semenovich. A construção do Pensamento e da Linguagem. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2001.